

ODS

24

Relatório local
voluntário
sobre os **Objetivos
de Desenvolvimento
Sustentável** no
estado do Pará



Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará, Ano 2024
Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.seplad.pa.gov.br)

Publicação em formato digital. Produzido no Brasil – Pará

Este relatório foi elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P222r Pará. Governador (2023 – Helder Zaluth Barbalho)

Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará: 2024/ Helder Zaluth Barbalho. – Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, 2024.

222 p.: il. color.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Pará. 2. Agenda 2030. 3. Políticas Públicas. I. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará. II. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. III. Título.

CDD 333.72
CDU 502.13

ODS

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO



GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

Hana Ghassan Tuma

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Renata Mirella Freitas Guimarães De Souza Coelho

SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Maria de Nazaré Souza Nascimento

DIRETOR DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Silvio Darley Pereira Fernandes

REVISÃO

Maria do Perpetuo Socorro Garcia Castro
Bernadete de Jesus Barros Almeida

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Coordenadoria de Estudos Econômicos

Geovana Raiol Pires
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Marcelo Pereira Lobato
João Ulisses Barata da Silva
José Luiz Barbosa Silva
Wilgner Rodrigues Malcher

Coordenadoria de Gestão de Resultados

Mariana Nascimento Oliveira

COLABORAÇÃO

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Programas

Márcia Correia Lago Moura
Renato da Cunha Andrade
Waldiléia da Luz Corrêa

Coordenadoria de Planejamento e Políticas Públicas

Railson Lemos Mota
Elizanete da Silva Viterbino
Wilson Luiz Ribeiro da Costa

Coordenadoria de Gestão de Resultados

Luciana P. Bentes Guedes de Oliveira

Coordenadoria de Monitoramento de Projetos Estratégicos

Heraldo Marques Nogueira

2024



Sumário

6 Mensagem
do governador

8 Apresentação

11 Capítulo 1
ODS 1. Erradicação
da pobreza

20 Capítulo 2
ODS 2. Fome zero e
agricultura sustentável

33 Capítulo 3
ODS 3. Saúde
e bem-estar

47 Capítulo 4
ODS 4. Educação
de qualidade

66 Capítulo 5
ODS 5. Igualdade
de gênero

79 Capítulo 6
ODS 6. Água limpa
e saneamento

89 Capítulo 7
ODS 7. Energia
limpa e acessível

95 Capítulo 8
ODS 8. Trabalho
decente e
crescimento
econômico

-
- 109** Capítulo 9
ODS 9. Indústria,
Inovação e
Infraestrutura
- 124** Capítulo 10
ODS 10. Redução
das desigualdades
- 132** Capítulo 11
ODS 11. Cidades
e comunidades
sustentáveis
- 146** Capítulo 12
ODS 12. Consumo
e produção
responsáveis
- 154** Capítulo 13
ODS 13. Ação
contra a mudança
global do clima
- 170** Capítulo 14
ODS 14. Vida
na água
- 180** Capítulo 15
ODS 15. Vida
terrestre
- 191** Capítulo 16
ODS 16. Paz, justiça
e instituições
eficazes
- 207** Capítulo 17
ODS 17. Parcerias
e meios de
implementação
- 300** Bibliografia



Mensagem do Governador

Em 2015, a ONU propôs aos países membros a Agenda 2030, uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, que consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais constituem um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir a paz e a prosperidade para todos.

A partir de 2019, o Governo do Estado do Pará, consciente do seu papel estratégico, enquanto responsável pela gestão das políticas públicas em um estado de bioma 100% amazônico, detentor de uma área de mais de 1,24 milhão de km², no qual habitam, atualmente, cerca de 8,4 milhões de pessoas, buscou integrar-se a essa agenda global, por meio da agregação dos ODS ao seu processo de planejamento e gestão, ciente dos desafios que se aprofundam neste terceiro milênio, decorrentes de escolhas historicamente impactantes ocorridas na dimensões social, ambiental e econômica.

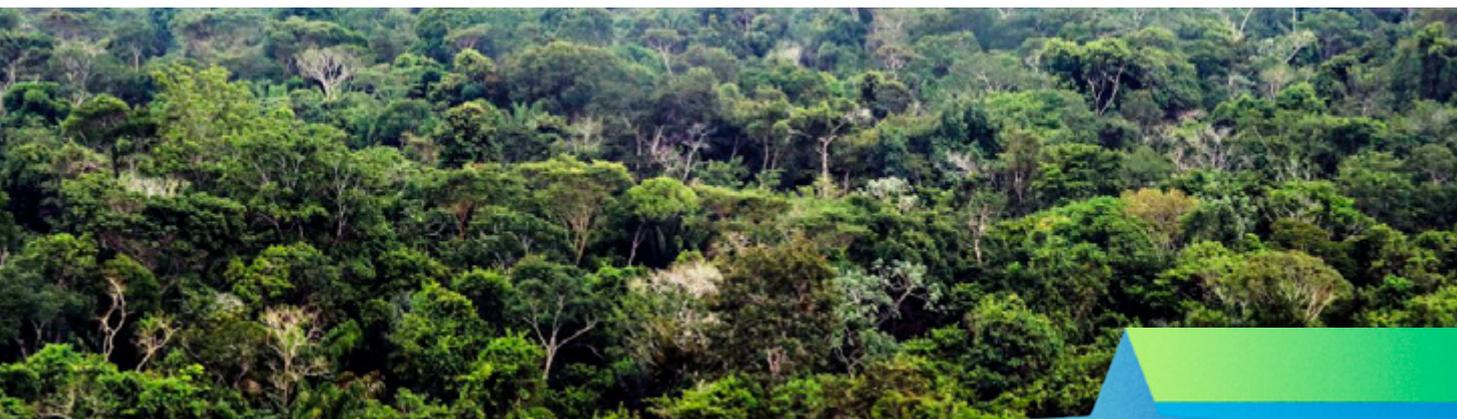
Atender com políticas públicas efetivas um território e população tão diversos, garantindo o bem-estar social a povos originários, ribeirinhos, quilombolas, moradores de centros urbanos periféricos, pequenos agricultores, com o mesma qualidade e intensidade dos que não se encontram nessa situação potencial de vulnerabilidade, exige inovação, comprometimento e capacidade de articulação interinstitucional e multinível, condições transversais a todos os 17 ODS.



Nesse sentido, comprometemo-nos a intensificar o conjunto de iniciativas, programas e projetos implementados e avançar para as necessárias mudanças que, de fato, impactarão na qualidade de vida da população do estado com melhorias no reposicionamento dos indicadores socioambientais, com vistas à implantação de novo modelo de desenvolvimento com equilíbrio ambiental e justiça social. Essa determinação é a força motriz das transformações iniciadas no presente e passaporte para um futuro promissor para todas as gerações.

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará



Apresentação

O Governo do Estado do Pará apresenta o Relatório Local Voluntário – RLV 2024, cumprindo o compromisso firmado em 2019, ao aderir ao Movimento Voluntary Local Review em Nova York, que estabelece o compartilhamento de informações sobre o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, organizado pela Prefeitura de Nova York e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2019, a gestão estadual concebeu o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2020–2023, inserindo na programação como uma das macroestratégias na definição das diretrizes e elaboração das ações a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo apresentado à sociedade durante a realização das 12 audiências públicas em todas as regiões de integração. Desse modo, foi possível fazer o alinhamento do PPA 2020–2023 aos 17 ODS e respectivas metas, refletido na publicação Caderno ODS, no ano de 2020, e acompanhado pelos Relatórios Local Voluntário do Pará, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

O relatório de 2024, referente ao ano de 2023, apresenta as principais entregas e serviços

oferecidos à população pelo Governo do Estado, por meio da execução de seu Plano Plurianual, alinhado às 169 metas dos 17 ODS pactuados na Agenda 2030 da ONU, iniciativa que vem ocorrendo desde 2020, conforme já mencionado, e que fecha um ciclo de esforços da gestão estadual em prol de contribuir para o alcance dos ODS.

Tais entregas e serviços são realizados por meio das políticas públicas setoriais, durante a execução dos programas, ações, planos e projetos da gestão estadual que vêm sendo elaboradas de forma estratégica, a exemplo das efetivações: Programa Água Pará; Programa Recomeçar; Programa Sua Casa; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD); Programa Saúde por Todo Pará; Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE); Programa Creche por Todo Pará; Programa Forma Pará; Programa Pará Mulheres 360º; Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH); Programa Energia Limpa; Programa Qualifica Pará; Programa Asfalto por todo Pará; Projeto Bolsa Pará; Programa de Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Startup); Projeto Web na Escola; Programa TerPaz; Programa de Regularização Fundiária Urbana; Plano Estadual Amazônia

Agora (PEAA); Plano Estadual de Bioeconomia (Planbio); Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN); Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais (PROSAF); Programa Descarboniza Pará; Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS); Programa Estadual de Conservação de Rios (PRÓ-RIOS); Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (Pará 2025), dentre outros.

Esse conjunto de iniciativas demonstra a priorização da gestão estadual em políticas alinhadas à Agenda 2030, em busca de melhores condições de vida à população do Estado. Nesse sentido, com base nas entregas anunciadas nessa publicação, e agregada às dos anos anteriores, é possível observar alguns avanços importantes em prol do alcance das metas dos ODS, por meio de alguns indicadores das áreas pautadas na referida agenda, ou do volume de acesso a determinados programas, sobretudo os de caráter transversais que produzem impactos em mais de um dos 17 ODS.

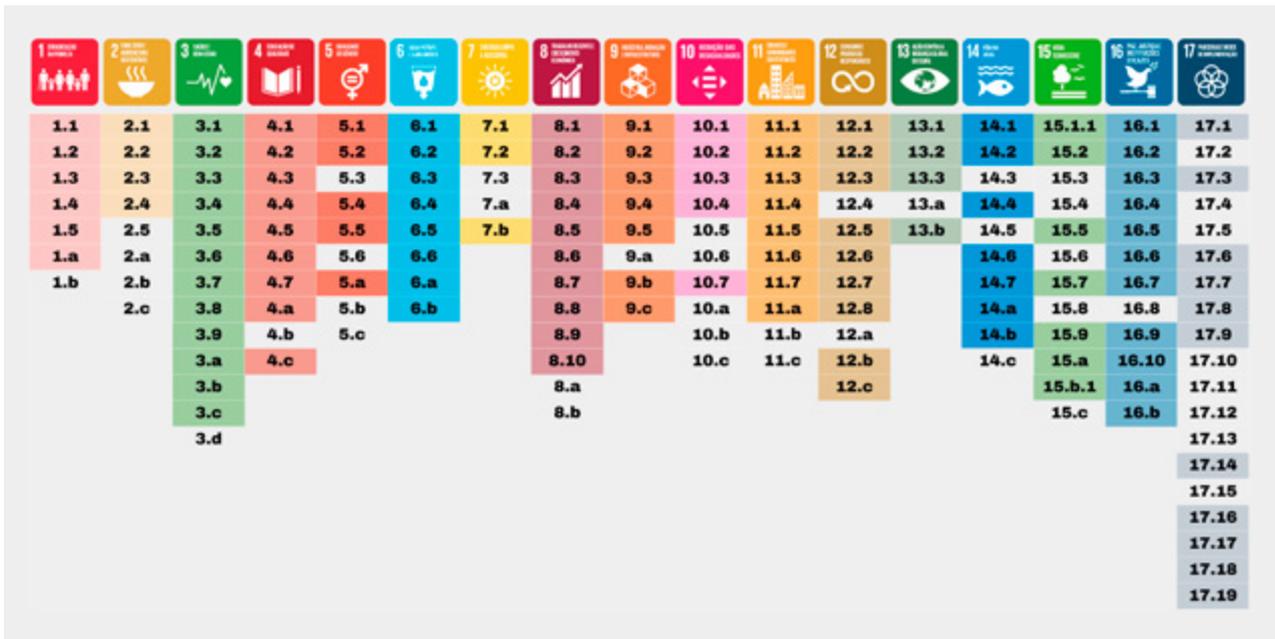
Destaca-se o Plano Estadual Amazônia Agora que foi lançado em 2019, e no período de 2020 a 2023 concretizou importantes iniciativas, a exemplo da criação do Fundo Amazônia Oriental (FAO), que já arrecadou R\$ 31 milhões até 2023 (14 meses de operação), e dos Territórios Sustentáveis, que já beneficiaram 5 mil produtores rurais e agricultores com a implementação de sistemas de produção sustentáveis economicamente, feitos em cima da cadeia do cacau e do açaí, prioritariamente. Com a implantação do Plano de Bioeconomia, em 2023, foram investidos R\$ 35 milhões, em ações que impactaram mais de 60 mil pessoas, em todos os municípios (275 negócios apoiados e 38 mil pessoas

capacitadas); entre outras iniciativas. Como exemplo de resultados desses quatro anos de execução do PEAA, o estado em 2023 apresentou redução de 21% na área desmatada acumulada no de 2023, em relação ao ano de 2022, além de avançar de 78,36% de áreas cadastráveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 2020, para 85,33% até agosto de 2024. Os resultados exemplificados contribuem de forma direta com alcance de algumas metas dos ODS 12, 13, 15 e 17.

Ressalta-se também o Programa Sua Casa, que oferece concessão de benefícios econômicos, destinado à construção, reforma, ampliação, melhoria ou adaptação de unidade habitacional, pagamento de serviços, além da concessão de benefícios fiscais a empresas fornecedoras de material de construção, que no período de 2020 a 2023 somou 61 mil famílias vulneráveis beneficiadas, com um investimento totalizado em R\$ 670,5 milhões. Essa iniciativa produz impactos diversos na vida da população paraense, sobretudo a de maior carência, impactando em reduções da pobreza para além da renda (ODS 1), acesso a melhores condições de habitação e saneamento, reduzindo desigualdades (ODS10), além de avançar na garantia de em um dos direitos constitucionais, o de moradia digna (ODS 11), demonstrando a transversalidade do programa e seus benefícios.

O Quadro a seguir registra as metas correspondentes aos 17 ODS para as quais encontram-se ações, programas e projetos no ano de 2023, que colaboraram, em alguns aspectos, para os preceitos estabelecidos nas metas de cada um dos ODS. Em 2023, o governo estadual apresentou realizações/entregas em 126 (74,6%) das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

Quadro de metas ODS, com realizações - 2023



O gráfico, a seguir, apresenta resumo da evolução do alcance das referidas metas nos quatro últimos exercícios.

Resumo da evolução de metas ODS com contribuição de ações do PPA 2020/2023 – 2020, 2021, 2022 e 2023.

% Metas ODS Realizadas

RLV 2020

105 metas

62,1%

RLV 2021

117 metas

69,2%

RLV 2022

122 metas

72,2%

RLV 2023

126 metas

74,6%

Elaboração: Seplad, 2024

Nos capítulos seguintes deste Relatório são apresentadas as evidências das realizações da gestão estadual no ano de 2023, em colaboração com os 17 ODS e suas respectivas metas.



OBJETIVO 1.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA**OBJETIVO 1.****Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.**

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 da ONU, "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares", é um compromisso global que a gestão estadual abraça com firmeza. Este capítulo destaca as ações desenvolvidas pelo governo estadual para alcançar essa meta estruturante, portanto, basilar para o enfrentamento da pobreza extrema e reduzindo pela metade a população em situação de pobreza, monetária e não monetária.

Para responder ao macro desafio da erradicação da pobreza, o Governo do Pará desenvolve políticas públicas estratégicas que visam garantir o acesso universal ao sistema de proteção social, priorizando os mais vulneráveis. Essa rede de promoção e proteção inclui programas de transferência de renda, acesso à saúde e educação de qualidade, e outras medidas que garantem dignidade e oportunidades para todos.

Metas Brasileiras

Meta 1.1

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20¹ per capita por dia.

Meta 1.2

Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

Meta 1.3

Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Meta 1.a

Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.

Meta 1.4

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

Meta 1.5

Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

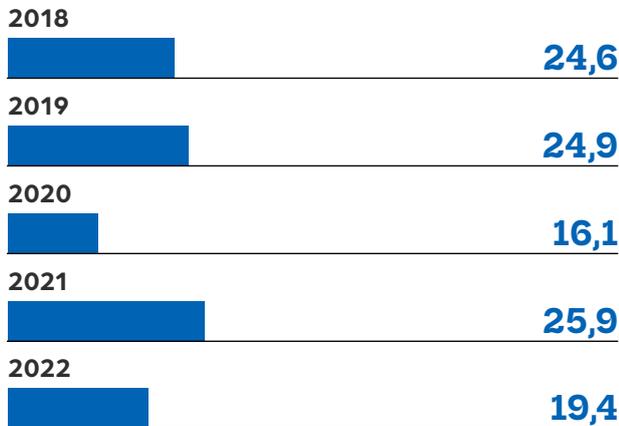
Meta 1.b

Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

¹ A meta utiliza como referência o dólar internacional (PPC\$) – isto é, o dólar na unidade monetária expressa pela paridade de poder de compra (PPC). A Paridade do Poder de Compra (PPC) é uma métrica que serve para comparar as moedas de vários países por meio de um índice para o poder de compra. A PPC leva em conta a quantidade de moeda para comprar algo em um país, que pode ser comparada com a medida de outros países. Ou seja, ela usa o preço de bens e serviços.

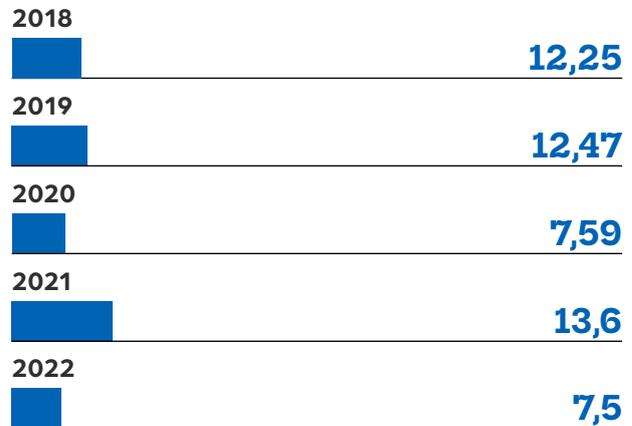
Onde estamos

Taxa de **Pobreza (%)**



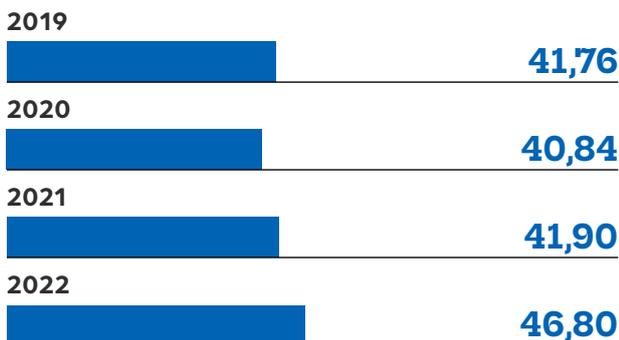
Fonte: IBGE-Sínteses de Indicadores Sociais 2022, 2024.
*Atualizado em julho de 2024

Taxa de **Extrema Pobreza (%)**



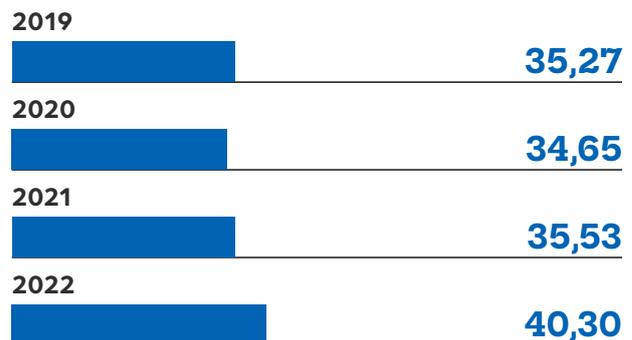
Fonte: IBGE-Sínteses de Indicadores Sociais 2022, 2024.
*Atualizado em julho de 2024

Taxa de **Pobreza | CadÚnico (%)**



Fonte: IBGE-Sínteses de Indicadores Sociais 2022, 2024.
*Atualizado em julho de 2024

Taxa de **Extrema Pobreza | CadÚnico (%)**



Fonte: IBGE-Sínteses de Indicadores Sociais 2022, 2024.
*Atualizado em julho de 2024

O que fizemos

Em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Governo do Pará prioriza ações voltadas à erradicação da pobreza em todas as suas formas. Nesse contexto, este tópico apresenta um panorama das entregas e iniciativas realizadas em 2023, as quais contribuíram para o alcance das metas do ODS 1.

No Pará, em 2022, havia 665 mil pessoas abaixo da linha de extrema pobreza (menos de US\$ 2,15 PPC 2017²), representando 7,50% da população paraense, e 1,7 milhão de pessoas abaixo da linha de pobreza (menos de US\$ 3,65 PPC 2017¹) o equivalente a 19,40% dos paraenses. Considerando dados do Cadastro Único (CADÚnico) que é um

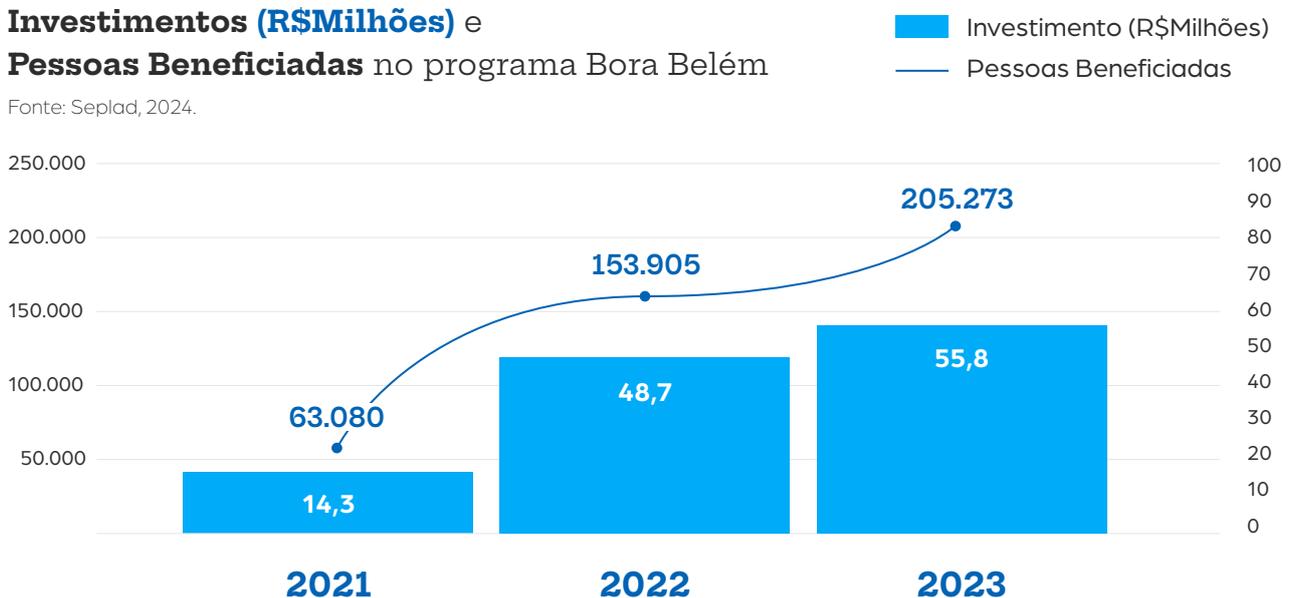
instrumento coordenado pelo Ministério da Cidadania que tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda, sendo também pré-requisito para participação em mais de 30 programas e serviços disponibilizados, verifica-se que 40,30% dos cadastrados encontram-se em situação de extrema pobreza e 46,80% em situação de pobreza.

Uma das estratégias de combate à situação de extrema pobreza e à pobreza são os programas de transferência de renda, e nesse contexto, o Programa Bora Belém, implementado pela Prefeitura de Belém em 2021, em parceria com o Governo do Estado, oferece um auxílio financeiro de até R\$ 450,00 mensais para famílias em situação de vulnerabilidade social, elevando seu nível de

renda e permitindo o acesso a necessidades básicas como alimentação, moradia e saúde. O Bora Belém contribui diretamente para o cumprimento de diversas metas do ODS 1, principalmente as **metas 1.1; 1.2 e 1.3**. Destaca-se, ainda, o efeito multiplicador do investimento no programa na economia local, impulsionando o consumo e a geração de renda, complementando o programa Bolsa Família e garantindo um atendimento mais abrangente às famílias em situação de vulnerabilidade. Em 2021, o programa beneficiou 63.080 pessoas, com um investimento de R\$ 14,3 milhões; em 2022, o número de beneficiários saltou para 153.905, com um investimento de R\$ 48,7 milhões; e em 2023, o programa atingiu 205.273 pessoas, com um investimento de R\$ 55,8 milhões.

Investimentos (R\$Milhões) e Pessoas Beneficiadas no programa Bora Belém

Fonte: Seplad, 2024.



Outra iniciativa importante na complementação de renda da população vulnerável, direcionada a um público específico, é o Benefício Estadual para Pessoas Acometidas pela Hanseníase (BEPAH), que contribui

para o alcance das **meta 1.1, 1.2 e 1.3**. Instituído pelo Governo do Estado do Pará para o combate à pobreza e à exclusão social de indivíduos que enfrentam as consequências da hanseníase, o programa beneficiou cerca

2 Linha de pobreza nacional - Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.



Mais de 230 famílias paraenses já foram beneficiadas no **Programa Água Pará**

de 1.885 pessoas, com um investimento de R\$ 118 milhões. Do ponto de vista do Fortalecimento da Rede de Proteção Social, o BEPAH se articula com outras políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social, como o Bolsa Família, fortalecendo a rede de proteção social.

Outro benefício da Gestão Estadual como subsídio à renda da população paraense vulnerável, que contribui com a **meta 1.1 e 1.2**, é o Programa Água Pará, que em 2023 beneficiou 237 mil pessoas, assegurando o pagamento do consumo mensal de água (até 20 m³) para famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e beneficiárias de programas sociais. Ressalta-se que o Programa foi

vencedor da categoria "Voto Popular" e ganhou o prêmio nacional ESG, do Grupo Tribunal de Santos em São Paulo, pautado em boas práticas ambientais, sociais e de governança.

No Programa Água Pará, também foram investidos R\$ 300 milhões em benefício de mais de 230 mil famílias na quitação de faturas de contas de água, o que contribui com a **meta 1.4** do ODS 1 da Agenda 2030 da ONU, que busca garantir acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico. Ao garantir o acesso à água potável para famílias em situação de vulnerabilidade, a iniciativa promove a saúde pública e a segurança alimentar e nutricional.

Outro programa que contribui diretamente para o alcance das **metas 1.1 e 1.2** do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 da Agenda 2030 da ONU é o Programa Recomeçar, que oferece auxílio financeiro de um salário mínimo como apoio à superação dos desafios socioeconômicos causados por enchentes

e secas, eventos climáticos que afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade. Em 2023, o programa alcançou mais de 16 mil famílias em 25 municípios, com investimento total de R\$ 23 milhões. Essa ação é relevante para a erradicação da pobreza extrema e a promoção da inclusão social.



Com o **Programa Recomeçar**, muitas famílias ganham a ajuda que precisam no momento difícil

Os equipamentos sociais como as Usinas da Paz (UsiPaz) contribuem diretamente para o alcance da **meta 1.3** do ODS 1, ao ampliar o acesso a serviços essenciais para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo direitos, com vistas à inclusão e redução das desigualdades sociais. Em 2023, a Usina da Paz Guamá em Belém foi a nona unidade em funcionamento no estado. Localizadas nas regiões Guajará (Belém, Ananindeua e Marituba) e Carajás (Canaã dos Carajás e

Parauapebas), nas UsiPaz foram realizados cerca de 2,2 milhões de atendimentos integrados a diversas políticas públicas como: emissão de documentos, cursos de qualificação profissional, palestras socioeducativas, atendimento médico, odontológico, psicológico, consultoria jurídica, oferta de modalidades esportivas como natação, hidroginástica basquete, vôlei, artes marciais, futebol, futsal, dança e cursos específicos de redação, português e matemática, dentre outros.



Usinas da Paz trazem nova vida para vários lugares

Em 2023, em alinhamento às finalidades da **meta 1.3**, destacam-se as ações desenvolvidas de forma continuada no âmbito da assistência social. Houve investimento de R\$ 11,5 milhões aplicados em ações de Proteção Social de Alta Complexidade.

Os abrigos estaduais de mulheres localizados em quatro Regiões de Integração viabilizam ações articuladas à rede de atendimento

à violência contra mulher, garantindo proteção integral e acolhimento provisório para cerca de 200 mulheres e seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça. Os serviços de atendimento personalizado são disponibilizados na perspectiva de promover o exercício da cidadania, construção de projetos pessoais de superação da situação de violência, desenvolvimento de capacidade e oportunidades para a autonomia pessoal e social.

As unidades de acolhimento à pessoa idosa Lar da Providência e Socorro Gabriel, localizadas em Belém, ofertaram serviços de acolhimento institucional de longa permanência e atenderam em torno de 90 idosos em situação de rua, violência, negligência, entre outras situações que provocam danos e agravos à condição de vida e impedem o idoso de usufruir da autonomia e do seu bem-estar.

Como contribuição à **meta 1.4**, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 da Agenda 2030 da ONU, que visa “garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais”, destaca-se o Programa “Sua Casa”, que garante o acesso à moradia digna para famílias vulneráveis, contribuindo para a promoção da inclusão social e a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis, contribuindo também com a **meta 1.2**, na redução da pobreza não-monetária e com a **meta 1.5**, na resiliência dos pobres e vulneráveis. O “Sua Casa” destaca-se como uma intervenção ao enfrentamento do déficit habitacional no Pará, com aplicação de investimentos no valor de R\$ 28 milhões, beneficiando 29.182 famílias em 2023.

O saneamento básico se constitui em direito humano essencial para a saúde pública, à proteção ambiental e a qualidade de vida da população, alinhado à **meta 1.4**. O Governo do Pará possui investimentos para o cumprimento dessa política pública, voltados à ampliação e

modernização da infraestrutura, com foco na captação, tratamento e distribuição de água potável, com destaque para:

- **Conclusão do sistema de abastecimento de água do setor Estrela**, no município de Castanhal-Pará, que beneficiou cerca de 16 mil habitantes.
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no município de Óbidos**, com a realização de mais de 1.150 novas ligações.
- **Substituição da tubulação do sistema de captação de água no município de Oriximiná**, garantindo maior qualidade e segurança no fornecimento de água para a população.

Como apoio à **meta 1.a**, que visa “garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza”, a gestão estadual investiu cerca de R\$ 1,8 bilhão em serviços, benefícios, programas e projetos nas áreas de Assistência Social, Atendimento Socioeducativo, Segurança Alimentar e Nutricional, visando a garantia da proteção social aos cidadãos, contribuindo no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social das famílias e indivíduos no Pará.

Destaca-se ainda em contribuição à **meta 1.a** o apoio à efetivação do Sistema único de Assistência Social (SUAS), em 2023, por meio de cofinanciamento estadual foram repassados \$ 17,9 milhões às gestões municipais. Esse investimento destinou-se a programas, projetos e ações no âmbito da proteção básica e especial com base nas demandas socioassistenciais locais.

2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



OBJETIVO 2.

**Acabar com a fome,
alcançar a segurança
alimentar e melhoria da
nutrição e promover a
agricultura sustentável.**

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



OBJETIVO 2.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

O ODS 2 direciona iniciativas que visem abolir com todas as formas de fome e a desnutrição, a fim de garantir que todas as pessoas, especialmente crianças e idosos, tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos. É composto de oito metas, sendo cinco finalísticas e três de implementação.

O estado do Pará é um dos maiores produtores de alimento no Brasil, porém, somente 52,2% dos seus domicílios, em 2023, declaram-se em situação de segurança alimentar, ou seja, com pleno acesso dos moradores aos alimentos, tanto em quantidade suficiente, como em qualidade adequada. Os 47,8% restantes apresentaram alguma característica de insegurança alimentar.

Em 2023, o Governo do Estado realizou projetos e atividades que contribuíram no todo ou em parte para o alcance das metas do ODS 2. Essas entregas fomentam o aumento da produtividade agrícola e viabilizam o acesso de pessoas, principalmente aquelas mais vulneráveis a alimentos seguros e saudáveis

As metas nacionais referentes aos ODS 2, conforme observou-se contribuição no exercício de 2023, são as apresentadas a seguir.

Metas Brasileiras

Meta 2.1

Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

Meta 2.2

Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.

Meta 2.3

Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades

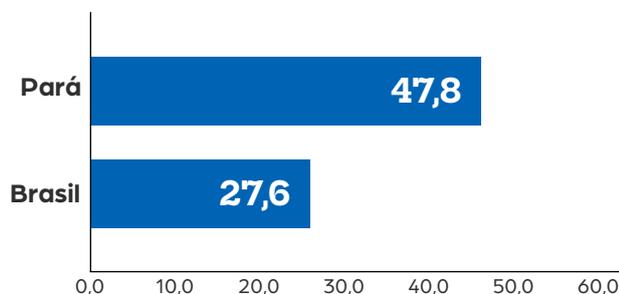
tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.

Meta 2.4

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

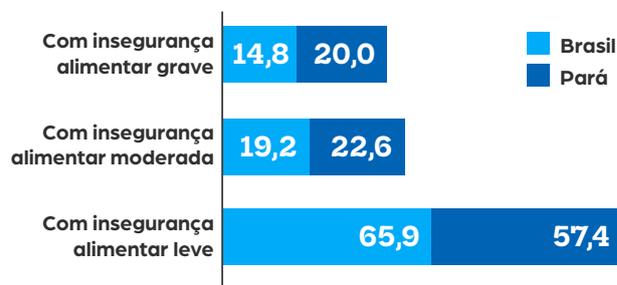
Onde estamos

Percentual de **Domicílios com Insegurança Alimentar 2023**



Fonte: IBGE/PnadContinua, 2023.

Percentual de **Percentual de Domicílios com Insegurança Alimentar, por escala 2023**



Fonte: IBGE/PnadContinua, 2023.

Nota:

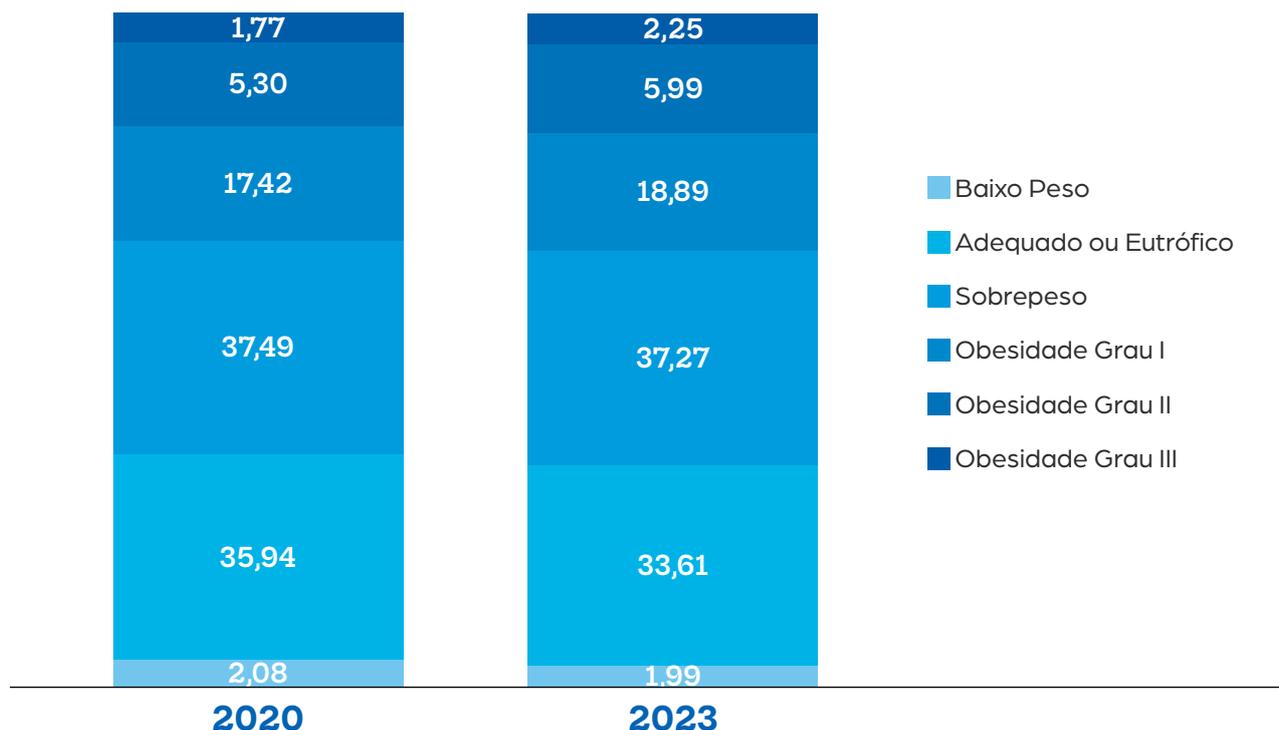
Segurança alimentar: domicílios com pleno acesso dos moradores aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como em qualidade adequada

Insegurança alimentar leve: referenciam preocupação com o acesso aos alimentos no futuro, e nos quais já se verifica não só o comprometimento da qualidade da alimentação, como também a adoção de estratégias para manutenção de uma quantidade mínima de alimentos disponível aos seus integrantes

Insegurança alimentar moderada: domicílios cujos moradores, sobretudo os adultos da família, passaram a conviver, no período de referência, com restrição quantitativa de alimentos.

Insegurança alimentar grave: domicílios que, além dos membros adultos, as crianças, quando presentes, também passaram por privação severa do consumo de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais aguda, a fome.

Estado nutricional dos indivíduos acompanhados na fase adulta 2020/2023 (%)



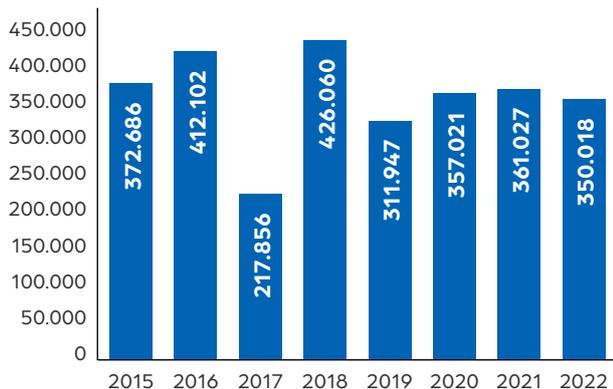
Fonte: [Ministério da Saúde-SISVAN](#)

Nota: Acompanhados pelo serviço de atenção básica do Ministério da Saúde, 2023.

Culturas com **maior quantidade produzida (2022)**

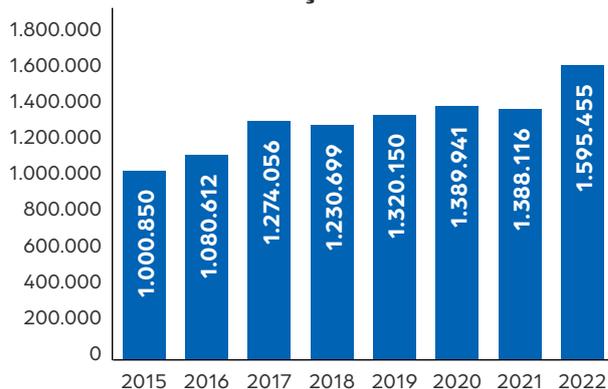
Cultura	Posição no Ranking	Toneladas Produzidas	Variação % 2021-2022
 ABACAXI	1º	350.018	-3%
 AÇAÍ	1º	1.595.455	14,93%
 CACAU	1º	145.994	-0,2%
 DENDÊ	1º	2.901.177	1,93%
 MANDIOCA	1º	4.157.308	2,55%

Abacaxi



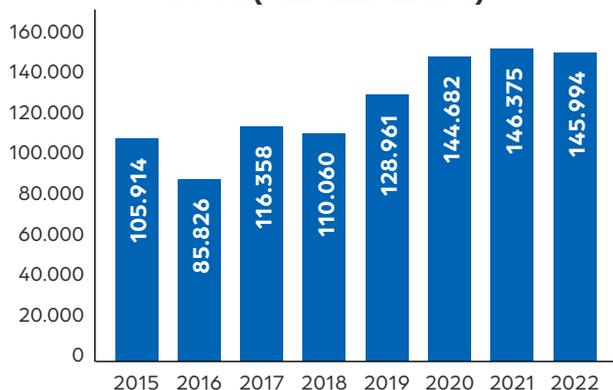
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Açaí



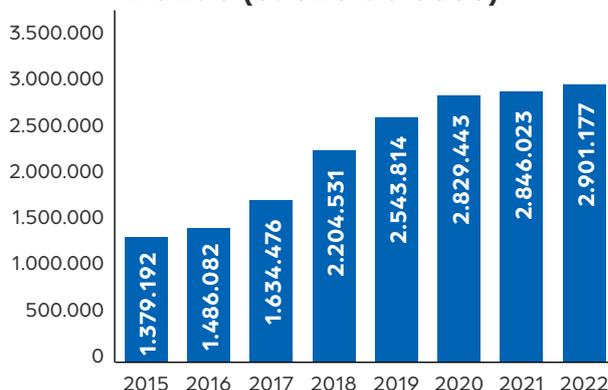
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Cacau (em amêndoa)



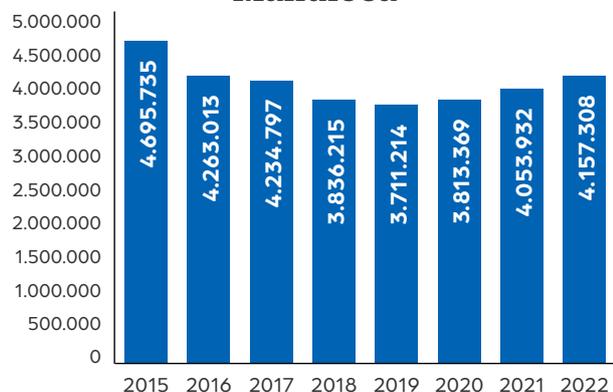
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Dendê (cacho de coco)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Mandioca

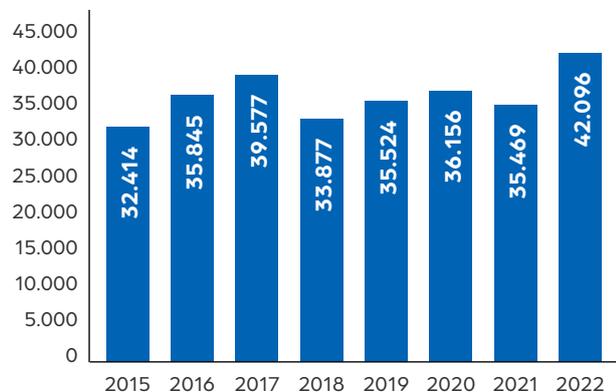


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Outros destaques das culturas produzidas no Pará (2022)

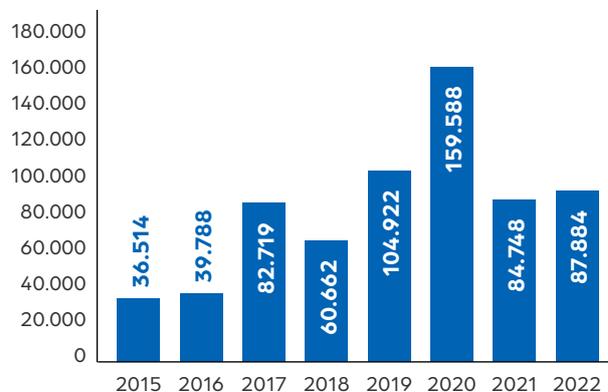
Cultura	Posição no Ranking	Toneladas Produzidas	Variação 2021-2022
 PIMENTA-DO-REINO	2º	42.096	18,7%
 LIMÃO	3º	87.844	3,7%
 COCO-DA-BAÍA	3º	175.022	4,39%
 LARANJA	7º	264.651	13,55%

Pimenta-do-reino



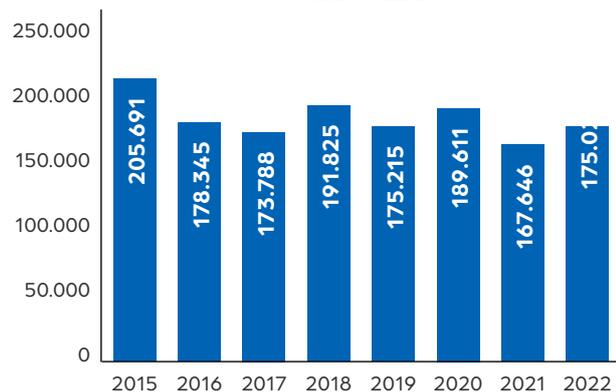
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Limão



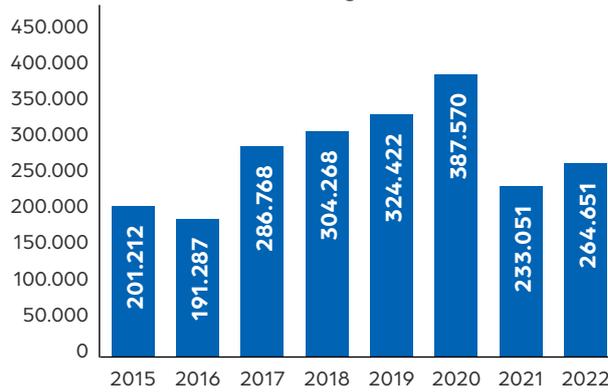
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Coco-da-baía



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Laranja

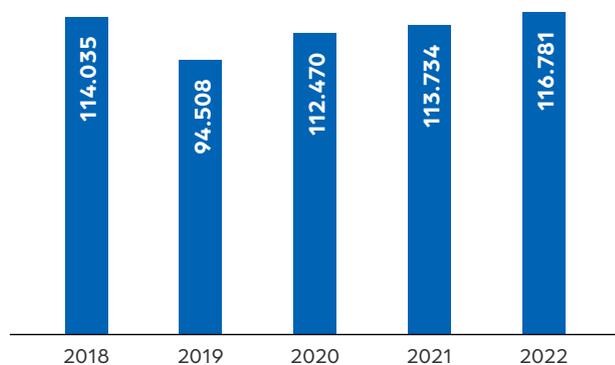


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Destaque da produção de grãos (2022)

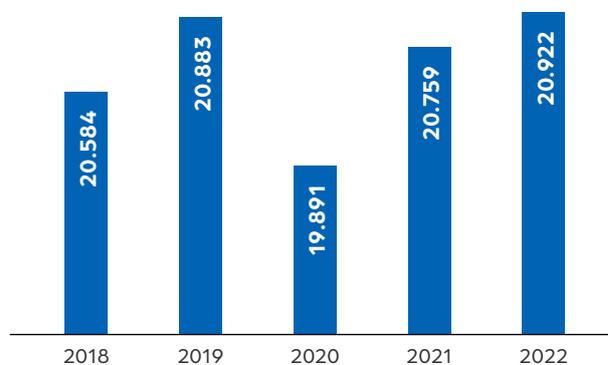
Cultura	Toneladas Produzidas	Variação % 2021-2022
 ARROZ	116.781	2,7%
 FEIJÃO	20.922	0,7%
 MILHO	1.240.534	10,5%
 SOJA	2.574.954	3,6%

Arroz (em casca)



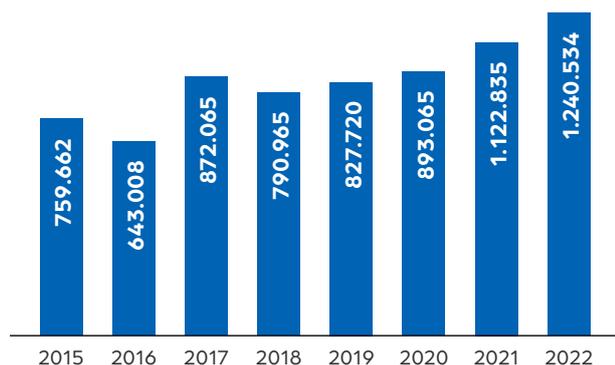
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Feijão



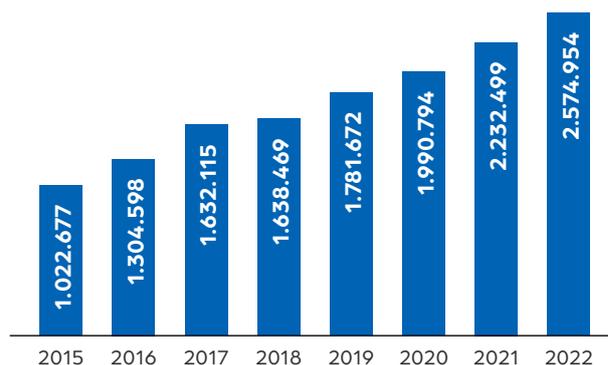
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Milho (em grão)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Soja (em grão)

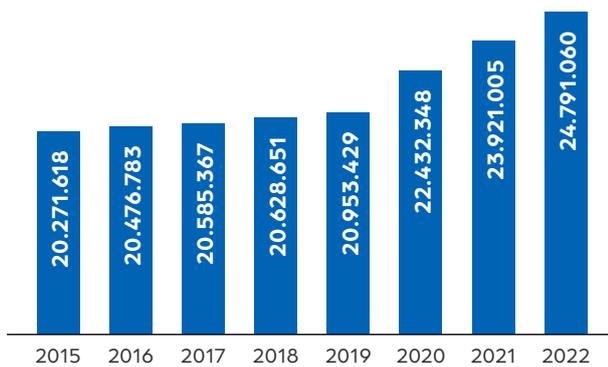


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Pecuária - Rebanhos (2022)

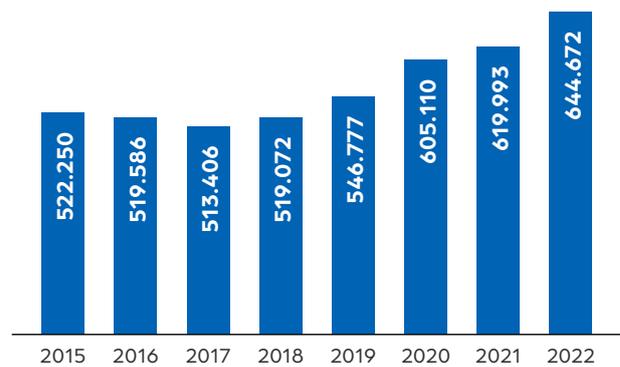
Rebanho	Cabeças	Varição 2021-2022
 Bovino	24,8 milhões	3,8%
 Bubalino	644 mil	4%

Bovino



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Bubalino



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

O que fizemos

Em resposta às demandas da sociedade paraense e alinhado às diretrizes estratégicas, o Governo do Pará criou, em 2023, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF), a fim de contribuir para o aumento da produtividade da agricultura familiar, à geração de renda para os agricultores, à melhoria da segurança alimentar das famílias e a promoção da sustentabilidade da produção agrícola.

Essa atuação contribui significativamente para o alcance das metas do ODS 2, com ênfase nas **metas 2.1** (acabar com a fome e acesso a alimentos seguros), **2.2** (erradicar as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade) e **2.3** (aumentar

a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos).

Em 2023, uma das formas de fomento à agricultura familiar ocorreu pela distribuição de diversos insumos e materiais essenciais para a produção, como: 12.321kg de sementes de milho e 10.997.490 mudas/sementes de cacau, adubos, mudas de plantas ornamentais, medicinais e manivas melhoradas. A política estadual fomentou a mecanização de áreas de agricultores familiares como estratégia para o desenvolvimento de atividades produtivas destinadas ao cultivo de abacaxi, macaxeira e mandioca; plantio de feijão caupi, mandioca, milho, banana e pastagem.



Agricultura familiar
paraense ganhou
investimento especial



Já são mais de **8 milhões de hectares** de terra regularizados e vidas mudadas para melhor

Outra contribuição importante à **meta 2.3** ocorreu nos setores agropecuário e pesqueiro, com atendimento de aproximadamente 900 pescadores e aqüicultores com orientações e assistência técnica sobre cultivo e fomento à produção pesqueira e outros, colaborando também com a **meta 2.4** (Sistemas Sustentáveis por meio de Assistência técnica).

Destacam-se ainda, em 2023, como contribuição à **meta 2.4**, os sistemas sustentáveis de produção de alimentos que atenderam 34 mil pessoas de 144 municípios do Estado, com ações de extensão rural, incluindo agricultores familiares, não familiares, quilombolas, assentados, aqüicultores, pescadores e organizações sociais. As ações resultaram na emissão de 5.270 Cadastros Ambientais Rurais (CAR), Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), 14.083 Cadastros Nacionais da Agricultura Familiar (CAF) e na elaboração de 1.287 Projetos de Crédito Rural, que totalizaram R\$ 64,41 milhões em investimentos. Esses produtores receberam também capacitações e outras atividades técnicas.

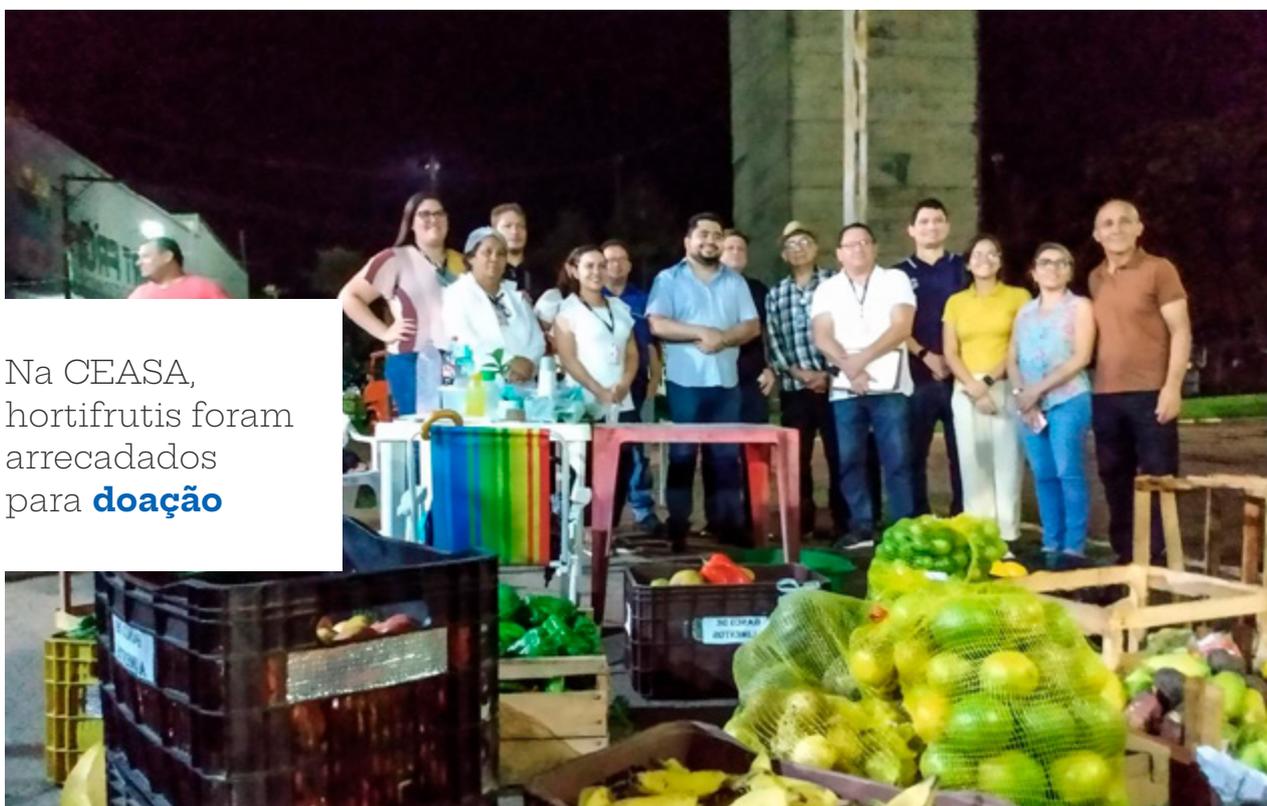
Ressalta-se ainda no âmbito da **meta 2.1**, que visa garantir o acesso a alimentos seguros, principalmente para grupos vulneráveis, ações em 2023 para prevenir, controlar e erradicar doenças em animais e pragas em vegetais, beneficiando cerca de 15 mil propriedades rurais. Destacam-se: a demarcação de rotas de risco para a monilíase do cacauieiro no oeste do Pará, visando proteger a cacauicultura detectada Amazonas, estado fronteiriço.

A classificação de produtos de origem vegetal em três Regiões de Integração (Guajará, Guamá e Rio Caeté) é medida importante para garantir o acesso a alimentos seguros e de qualidade. Em 2023, foram avaliados cerca de 53 mil itens, incluindo arroz beneficiado e em casca, feijão, castanha do Pará, pimenta do reino e fibra de juta. Essa iniciativa contribui diretamente para o alcance da **meta 2.1** que trata sobre a produção e o consumo livres de contaminantes.

Além da segurança alimentar, a classificação dos produtos propiciou

o atendimento dos padrões exigidos pelo mercado consumidor. A iniciativa também contribui para o fortalecimento da economia local com incentivo à produção e comercialização de produtos de origem vegetal com qualidade certificada. Com essa garantia, abrem-se novas oportunidades para os agricultores e cooperativas da região, gerando renda e desenvolvimento local, contribuindo ao mesmo tempo para o alcance da **meta 2.3** no que tange às possibilidades de aumento de renda do pequeno produtor.

No intuito de contribuir para o alcance da **meta 2.2**, que trata da Segurança Alimentar e Nutricional, o Governo do Pará, em 2023, adotou medidas emergenciais para combater a fome na capital do estado. O Projeto Banco de Alimentos garante a concessão de cestas de alimentos para cerca de 450 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, residentes nas áreas mais vulneráveis de Belém. A iniciativa se configura como uma estratégia crucial para garantir o acesso à alimentação adequada e de qualidade para as famílias em vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos.



Na CEASA, hortifrutis foram arrecadados para **doação**

Localizado em Belém, capital, o Restaurante Prato Popular, também contribui para a segurança alimentar e nutricional dessa população, tendo oferecido, em 2023, cerca de 60 mil refeições saudáveis e a preços acessíveis, garantindo o acesso à alimentação adequada para as famílias de baixa renda, combatendo a fome e promovendo a saúde e o bem-estar.

Fora da capital, no município de Ulianópolis, a implantação de uma Cozinha Comunitária representa um importante passo no combate à fome e à insegurança alimentar na região sudeste do Pará. Com capacidade para produzir 250 refeições de qualidade por dia, a Cozinha atende famílias beneficiárias de programas sociais e usuárias da rede de assistência social do município.

As referidas iniciativas de Belém e Ulianópolis contribuem para o alcance das **metas 2.1 e 2.2**, visando erradicar a fome e garantir o acesso seguro e permanente a alimentos de qualidade para todos; e buscam eliminar todas as formas de má nutrição, principalmente a desnutrição infantil, e garantir o acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos, respectivamente.

A implantação de oito hortas pedagógicas é outra contribuição importante às **metas 2.2 e 2.3** (busca duplicar a produtividade agrícola e da pesca sustentável e os sistemas alimentares resilientes). Em 2023, buscando promoção da inclusão social e da geração de renda para famílias em situação de vulnerabilidade,

as instalações localizadas nos municípios de Baião, Belém, Cametá, Oeiras do Pará e Parauapebas beneficiaram 80 famílias que aprenderam técnicas de plantio, colheita e comercialização de produtos agrícolas.

Merecem destaque, também, os investimentos realizados para a modernização das Centrais de Abastecimento de Agricultura Familiar (CEAFs) das regiões Guajará, Guamá, Marajó, Rio Capim, Rio Caeté e Tocantins. As CEAFs receberam kits de equipamentos, maquinários, materiais para escritório e de armazenagem, o que contribuirá para a melhoria da qualidade dos produtos ofertados, redução do desperdício e o aumento da renda dos agricultores familiares.



Garantia de
alimentação saudável
e de qualidade
no **Restaurante
Prato Popular**

3 SAÚDE E BEM-ESTAR**OBJETIVO 3.**

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR**OBJETIVO 3.****Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.**

Em 2023, o Governo do Pará segue desenvolvendo ações para alcançar as metas e contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da ONU, item deste capítulo, que visa garantir uma vida plena e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. Para alcançar esse objetivo, o governo do Pará tem atuado com referência na universalização do SUS, por meio de ações que priorizem da redução da mortalidade materna e infantil e garantir um planejamento reprodutivo adequado; combate às doenças transmissíveis; prevenção de doenças não transmissíveis; fortalecimento da pesquisa e investimento em saúde; e reforçar os sistemas de alerta precoce aos riscos à saúde da população.

Metas Brasileiras

Meta 3.1

Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.

Meta 3.2

Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

Meta 3.3

Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.

Meta 3.4

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

Meta 3.5

Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Meta 3.6

Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.

Meta 3.7

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

Meta 3.8

Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

Meta 3.9

Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

Metas Brasileiras

Meta 3.a

Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

Meta 3.b

Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.

Meta 3.c

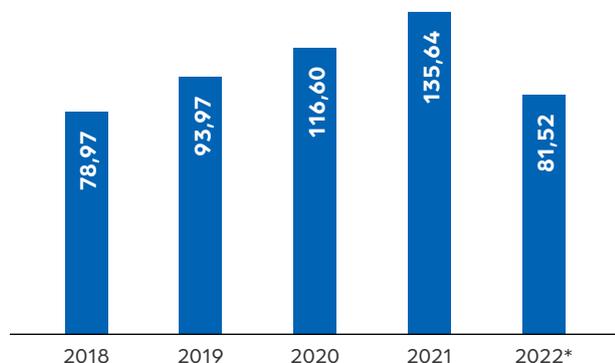
Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

Meta 3.d

Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.

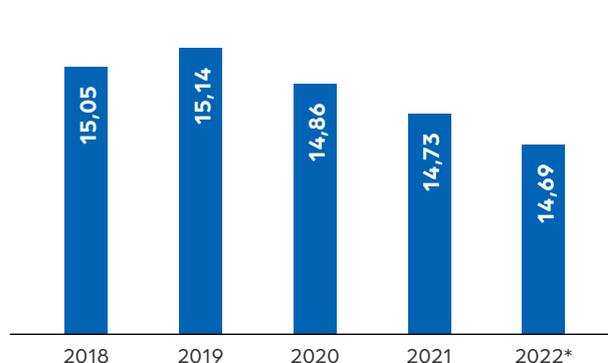
Onde estamos

Taxa de Mortalidade Materna



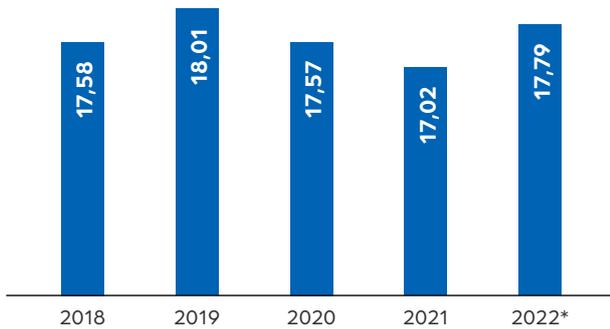
Fonte: Sespa/Fapespa, 2024. (*) preliminar

Taxa de Mortalidade Infantil



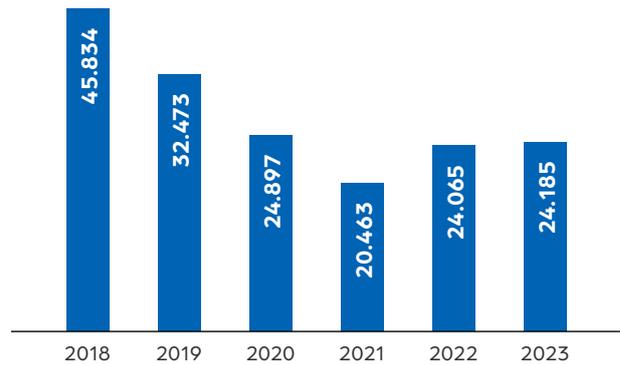
Fonte: Sespa/Fapespa, 2024. (*) preliminar

Taxa de Mortalidade na Infância



Fonte: Sespa/Fapespa, 2024. (*) preliminar

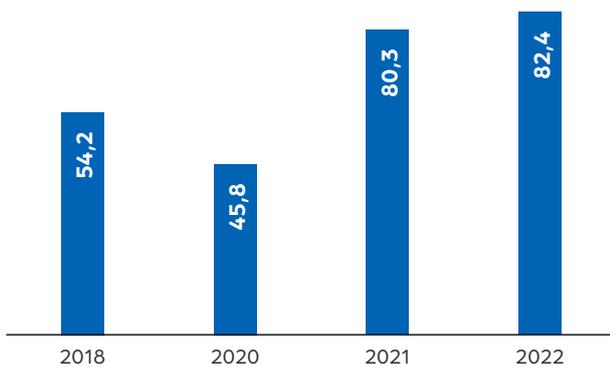
Nº de Casos de Malária



Fonte: MS/Boletim Malária nas regiões amazônica e extra-amazônica by Malária – Brasil, 2024.

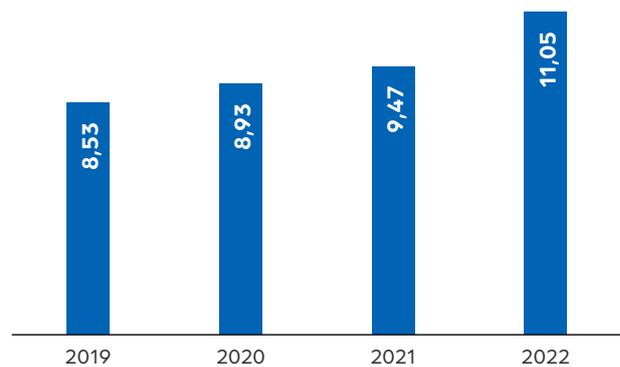
Nota: Série atualizada em julho/2024.

Nº de Casos Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTI)



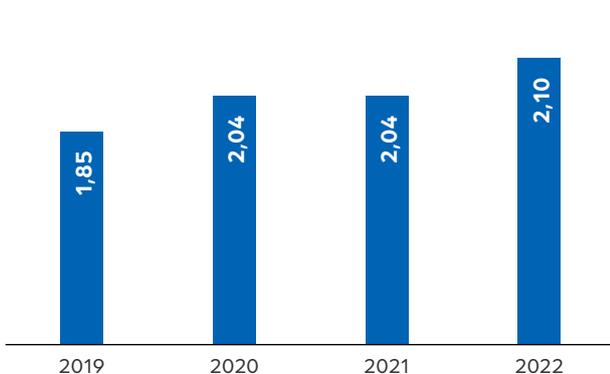
Fonte: Sespa/Fapespa, 2024. (*) preliminar

Médicos por 10 mil habitantes



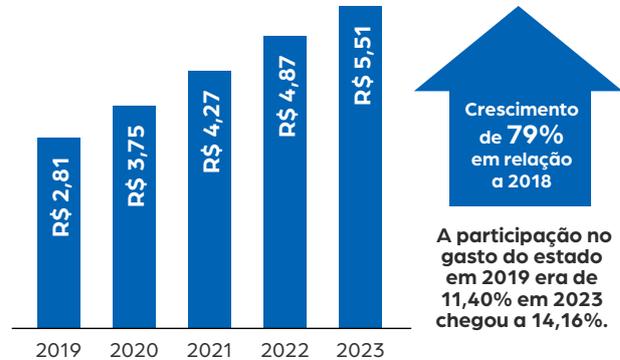
Fonte: Sespa/Fapespa, 2024.

Leitos por Mil Habitantes



Fonte: Sespa/Fapespa, 2024.

Gastos com Saúde (em bilhões)



Fonte: STN-SISCONF, 2024.

O que fizemos

A Constituição Federal em seu art. 6º garante o direito à saúde para todos. É dever do Estado assegurá-lo em suas três esferas (União, Estados e Municípios). Enquanto sistema, as ações, programas e projetos de saúde são divididos por níveis de complexidade: os municípios geralmente são responsáveis pela atenção primária (prevenção e cuidado básico) e o Estado e a União pela atenção média (cuidados mais complexos que a primária) e alta complexidade (cuidados especializados e de alta tecnologia).

O governo estadual, diante do desafio de alcançar maior abrangência, mais eficácia e qualidade, tem investido na ampliação e requalificação a rede hospitalar em todas as Regiões de Integração do estado.

No que se refere às metas **3.1, 3.2 e 3.7**, respectivamente potencializadoras para o enfrentamento da redução da mortalidade materna, da mortalidade na infância e acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, em 2023, destaca-se a ampliação de 3% no número de leitos cirúrgicos do estado, provenientes em grande medida do aumento de 7% dos leitos obstétricos cirúrgicos, ou seja, passando de 786 para 840. Nesse sentido, a área obstétrica é prioridade da gestão estadual para a diminuição da mortalidade materna.

Destacam-se ainda investimentos em serviços de saúde de média e alta complexidades à população, especialmente os usuários da Santa Casa de Misericórdia, em Belém, que em 2023 implantou o Centro de Estudos e Treinamento em Saúde (CETS), com investimento

de R\$ 8 milhões, objetivando impactar fortemente na qualidade da formação de profissionais de saúde em residência médica e multiprofissional. Outra ampliação importante, no valor de R\$ 3,2 milhões, foi a criação da nova UTI São Damião, equipada com 10 leitos, direcionado ao atendimento de cuidados intensivos pediátricos.

Em 2023, a Santa Casa do Pará atendeu 35 mil mulheres na área de Urgência e Emergência Obstétrica; quase 23 mil internações feitas no hospital; 154 mil atendimentos no Complexo Ambulatorial, 859 mil exames laboratoriais e quase 105 mil exames de imagens entre os quais RX, mamografia, ultrassonografia, endoscopia e ressonância. Foram 8.910 partos (3.556 normais e 5.354 cesáreas); 5.483 cirurgias (2.691 adultos e 2.792 infantil).

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), em 2023, obteve resultado formidável no campo da pesquisa, ganhando o selo Qmentum Internacional, um dos maiores programas mundiais de excelência e acreditação em saúde, reconhecimento aos importantes serviços de saúde oferecidos pela instituição.

Ressalta-se que os cuidados dispensados aos pacientes pediátricos refletem a conquista de outras premiações em 2023, com foco na saúde da criança por meio do atendimento infantil. As certificações foram concedidas para dois Hospitais na Iniciativa Amigo da Criança, totalizando hoje 13 Hospitais Amigos da Criança no estado. Os hospitais certificados foram "Hospital 5 de Outubro" e "Hospital Daniel Gonçalves", do município de Canaã de Carajás/PA, na Região Carajás.

Em 2023, o conjunto de políticas públicas integradas à saúde da criança possibilitou a disponibilidade da Triagem Neonatal para a Toxoplasmose Congênita, através das articulações interinstitucionais, entre o Instituto de Ciências de Saúde (ICS) / Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), para organização da assistência à criança triada para Toxoplasmose Congênita. Com a conclusão das obras do Laboratório Central (LACEN), foi garantida a realização do processamento de amostras do Teste do Pezinho e Toxoplasmose Congênita, cumprindo, a 1ª Etapa da Lei nº 14.154/2021.

Quanto à **meta 3.3**, que busca “acabar como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis”, o Governo do Estado intensificou campanhas de prevenção em áreas endêmicas no Pará, para combater a malária e as arboviroses, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, em resposta ao aumento significativo de

casos de Malária e arboviroses, incluindo a dengue, registrada no início de 2023.

A ação incluiu capacitação técnica para aprimorar o conhecimento e as habilidades dos profissionais da saúde na identificação, diagnóstico e tratamento das doenças, além de medidas de controle e prevenção. A campanha busca alcançar toda a população afetada, com foco nas áreas mais vulneráveis e com maior incidência das doenças, visando **intervenções eficazes**.

Destaca-se ainda que, em 2023, o Pará alcançou pelo quarto ano consecutivo reduções do número de casos de algumas doenças endêmicas, como chikungunya, dengue e zika. Os casos de dengue, registrados no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), demonstram que, até outubro de 2023, foram notificados 5.363 casos suspeitos; desses, 2.408 foram confirmados. A incidência dos casos de febre chikungunya segue em queda, de modo que, até a 40ª semana de 2023, o Pará registrou 794 casos notificados e destes 99 confirmados (SINAN), as demais ainda em análise, apresentando redução em relação ao ano anterior.



Agentes de saúde visitam comunidades para levar mais qualidade de vida

Como contribuição para o alcance da **meta 3.4**, que visa “reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento”, destacam-se:

- **Melhorias para o tratamento de câncer e hemoterapia:** Expansão do setor de quimioterapia e a implantação da agência transfusional no Hospital Regional Público de Castanhal (HRPC), na região do Guamá e adjacências, possibilitando a oferta de diversos tipos de procedimentos quimioterápicos, incluindo terapia-alvo, hormonoterapia, imunoterapia, terapia endovenosa e quimioterapia oral em ambiente mais adequado e confortável para os pacientes oncológicos, além de melhorar a eficiência e o acesso aos serviços oncológicos na região. A agência transfusional é responsável por armazenamento e distribuição de bolsas de sangue para garantir a disponibilidade de sangue e componentes sanguíneos com segurança, contribuindo para a saúde e o tratamento de pacientes em situações críticas.
- **Realização dos serviços de transplantes:** O Hospital Regional do Tapajós (HRT), em Itaituba, alcançou um marco histórico na saúde pública regional ao realizar com sucesso o implante de Estimulador de Nervo Vago (ENV) em uma paciente de seis anos com epilepsia. Esse procedimento médico de alta complexidade, que garante o acesso a um tratamento inovador e eficaz, foi integralmente custeado pelo SUS, cerca de R\$ 200 mil.
- **Outra entrega importante foi a elaboração de um estudo sobre mutações no citomegalovírus (CMV) em transplantados renais,** pesquisadores do Hospital Ophir Loyola (HOL), em Belém, fundamentados com a descoberta de alterações genéticas associadas à resistência a medicamentos antivirais. O estudo, publicado na *Cell Transplantation*, revista internacional da editora norte-americana “SAGE Publishing”, foi a primeira descoberta em pacientes do Norte do Brasil, tendo inscritos e acompanhados 81 transplantados, 74% homens e 26% mulheres, com idade média de 44 anos.
- **Prevenção de suicídio e saúde mental:** Contratação de mais 40 leitos de internação psiquiátrica em hospital de retaguarda para pacientes em crises. Também garante apoio a municípios com a Implantação de mais 04 (quatro) Serviços de Residência Terapêuticas (SRTs), objetivando ampliar o acesso de usuários aos serviços de atenção psicossocial. Além de rever o fluxo urgência e emergência psiquiátrica na rede de serviços orientada, em busca da redução do índice “Crise Constante e Reincidências de Urgências”.

Quanto à **meta 3.5**, que busca “Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool”, o Governo do Pará por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que atua, especialmente nas escolas de territórios vulnerabilizados, alertando quanto à prevenção, risco e consequências do uso de álcool e outras drogas.

A Implementação da Rede de Atenção Psicossocial, serviço efetivado em parceria com a União, Estado e Municípios, atendeu 12 municípios disponibilizando um conjunto articulado de diferentes pontos de atenção à saúde. Instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com finalidade de acolher pessoas com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Destaca-se, ainda, a realização da Semana de Prevenção às Drogas, no período de 24 a 31/08, em Santarém, em parceria com o Conselho Estadual sobre Drogas (CONED), vinculado à Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), com palestras educativas sobre a Política Estadual de Prevenção às Drogas, capacitando ao final 70 pessoas. Durante a Semana foram realizadas panfletagens em Alter do Chão e Marcha contra as Drogas 2023, nas ruas da cidade Santarém.

Quanto às contribuições à **meta 3.6**, que visa reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito, em 2023, o Governo do Pará promove melhorias na gestão do trânsito, com investimentos em educação no trânsito; adequação de unidades de atendimento ao público; fiscalização e sinalização no trânsito.

Para a viabilização das estratégias de prevenção de acidentes foram investidos cerca de R\$ 6 milhões reais, com o intuito de formar cidadãos conscientes, o foco das ações ocorreu em vias públicas, escolas e empresas, com orientações sobre alcoolemia, uso de capacete, cinto de segurança, uso de celular e demais comportamentos potencializadores de acidentes no estado. Além disso, o Departamento de Transito do Estado (DETRAN) realizou cursos de Formação e Atualização de Mototaxistas e Motofrentistas, condutores de transporte escolar e de transporte de passageiros e, ainda, professores agentes multiplicadores para educação e trânsito seguro.

As adequações no Detran, em 2023, atingiram 14 unidades, beneficiando sete das 12 Regiões de Integração. Destaca-se a implantação da Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no município de Rurópolis, em parceria com a Prefeitura Municipal, passando a totalizar 52 unidades direcionadas para o atendimento em todo estado, incluindo a sede na capital, além dos nove postos avançados, que abrangem 87% da frota de veículo e 91% dos condutores registrados no estado. A perspectiva de implantação de mais 5 unidades, cujo processo de homologação concluído, com entrega prevista aos próximos anos.



Em Rurópolis, o CIRETRAN trouxe **novas melhorias**



Novidades e melhorias na sede do **Detran**



Destacam-se ainda as melhorias na sede do DETRAN, com a implantação do Detranzinho, espaço lúdico para atendimento a estudantes e atividades educativas de trânsito com modelagem baseada no trânsito na cidade de Belém, com ruas, veículos e sinalização de trânsito

É um espaço pedagógico para a educação de trânsito de crianças e jovens, com área total de 1.500m², tornando-se referência na educação infantojuvenil sobre as leis e boas práticas de trânsito, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.



A gestão estadual, em 2023, com vistas à redução da violência e mortalidade no trânsito, intensificou as ações de fiscalização de trânsito investindo em novas tecnologias, como o sistema de monitoramento; aumentou a frota de viaturas com 80 novas unidades, totalizando 15.458 operações de fiscalização nas vias em todo o Estado. Também investiu em ações de sinalização de trânsito em vias municipais e rodovias estaduais com a conclusão da implantação de 14 projetos de sinalização, em sete das 12 Regiões de Integração, conjunto de ações que priorizam a preservação da vida do paraense.

Outra contribuição importante da gestão estadual foi com a **meta 3.8**, que consiste em assegurar, por meio do SUS, a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS, por meio



de entregas importantes para saúde da população do Pará. Destacam-se:

- **Inauguração do Hospital Regional da PA-279 em Ourilândia do Norte**, com uma estrutura de 120 leitos (30 são de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal, pediátrica e adultos), além de dispor de pronto-socorro e diversas especialidades como traumatologia e oncologia, com previsão de atendimento de cerca de 500 mil pessoas, abrangendo mais 14 municípios da Região. Trata-se de um avanço na descentralização dos serviços de saúde de média e alta complexidades na Região Araguaia;

- **Em 2023, a ampliação de leitos da rede SUS, especialmente os cirúrgicos**, ampliados em 3%, de 2.781, em 2022, para 2.859, visando zerar a fila de espera. Ressalta-se que esse incremento abrange leitos obstétricos cirúrgicos em maior número, que subiram 7%.
- **Melhorias no acesso aos serviços de saúde em áreas remotas ou de difícil acesso**, com foco nos serviços de urgência e emergência, como Afuá na Região de Integração Marajó, que recebeu duas "ambulanchas", totalizando para o estado R\$ 386 mil. O aumento significativo em investimentos semelhantes em unidades móveis fluviais: teve ampliação de 14, em 2018, para 40, em 2023.
- **Expansão dos serviços de Telemedicina no estado**, com a implantação de pontos de acesso ao serviço de Telemedicina nos municípios de Gurupá, Prainha, Juruti, Óbidos, Belterra, Monte Alegre e Trairão, totalizando, em 2023, 73 municípios do Estado. Esse resultado superou o estabelecido pelo Ministério da Saúde, que elegeu 56 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para acessarem o projeto, fruto de uma parceria do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI) com o Hospital Israelita Albert Einstein. Durante o ano, foram ofertadas mais de 19 mil teleinterconsultas nas especialidades Reumatologia, Psiquiatria, Pneumologia, Neurologia pediátrica, Neurologia, Endocrinologia e Cardiologia clínico adulto, contribuindo para a descentralização da assistência médica especializada à população paraense, bem como à redução do número de transferências de pacientes entre localidades.
- **As ações itinerantes no estado, levando "Saúde por Todo o Pará", efetivadas por equipes do Projeto Tersaúde, juntamente com equipes do Programa Ter Paz**, transcorreram com abrangência territorial através de mutirões de atendimento, realizando cobertura a municípios, disponibilizando atendimentos básicos, com ênfase principalmente, na prevenção do adoecimento, campanhas de multivacinação, consultas, exames especializados, atendimentos odontológicos, orientações preventivas na saúde da criança, da mulher, do adolescente, idosos e pessoas com deficiência.
- **Continuidade do projeto TerSaúde**, no qual o governo do Pará priorizou ações específicas a pessoas com deficiência que ainda não são atendidas pela rede de saúde. A ação é fruto de parceria entre a Secretaria de Saúde Pública (Sespa/Pa) e a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC), para realização de atendimento contínuo de moradores das proximidades e que frequentam as Usinas da Paz, em Belém. Por meio de cadastro de pessoas que possuem alguma deficiência dispõem-se as orientações sobre o tratamento e o acompanhamento na rede de saúde municipal e estadual, visando facilitar o acesso, a exemplo de atendimento de ortopedia e procedimentos específicos, como cirurgias e próteses. Em 2023, cerca de 150 pessoas já foram cadastradas, avaliadas e encaminhadas para a rede de serviços.

- **Ampliação das ações de Ensino e Serviços em Saúde que, em 2023, superou as expectativas na região Guajará.** Ofereceu atendimento básico e especializado em 36 áreas, como Clínica Médica, Pediatria e Odontologia. Foram realizados cerca de 195 mil procedimentos, 3% acima da meta definida para o ano, beneficiando a população local. Essa iniciativa demonstra o compromisso com a saúde e a qualidade de vida da população.

Quanto à **meta 3.9**, que pretende "reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo", destaca-se a ação de vigilância laboratorial, a qual é vinculada ao Laboratório Central do Estado (LACEN), equipamento público de referência nacional e estadual na realização de análises laboratoriais de vigilância ambiental, para monitoramento de água; e em vigilância sanitária, possibilitando a identificação do perfil epidemiológico das doenças, tendências e indicadores. Isso contribui para a tomada de decisões emergentes para a promoção e proteção da saúde pública no âmbito do SUS.

Entre outras atividades exercidas pelo LACEN, estão o assessoramento aos municípios e aos Centros Regionais de Saúde, na elaboração de normas técnicas e regulações das ações laboratoriais para a otimização de recursos e manutenção da logística de saúde. No campo das análises laboratoriais públicas e privadas consolida pesquisas na área, emissão de certificação da qualidade da água, auxilia na emissão de outorga estadual para uso dos recursos hídricos e promoção da qualificação profissional. Em 2023, o LACEN abrangeu as 12 Regiões de Integração, em todos os 144 municípios, realizando cerca de 46 mil

análises, um custo de cerca de R\$ 1 milhão de reais.

Com o objetivo de mitigar mortalidades precoce, com foco nas doenças respiratórias crônicas, a Sespa vem desenvolvendo ações voltadas para a cessação do tabagismo e doenças tabaco relacionadas, a exemplo do funcionamento dos Polos de Academia da Saúde com práticas corporais saudáveis e promoção da atividade física por meio das iniciativas da Atenção Primária em Saúde, contribuindo com a **meta 3.a**, no que tange ao fortalecimento do controle dos avanços ao tabagismo, conforme artigo 3º da convenção-quadro para controle do tabaco no Brasil (proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco).

Quanto às contribuições das ações do governo estadual à **meta 3.b**, que visa "apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população", ressaltam-se os investimentos a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão que garante a participação de pesquisadores e bolsistas em projetos científicos, além do fomento de outras ações vinculadas à ciência e tecnologia.

Entre os 731 projetos incentivados em 11 regiões de integração, destacam-se os que visam diretamente o bem-estar da população. Nestes inserem-se as campanhas de vacinação e da produção de absorventes ecológicos, iniciativa no campo da saúde pública quanto à preservação ambiental, contribuindo tanto

para a redução do descarte de resíduos sólidos, quanto à proteção da população.

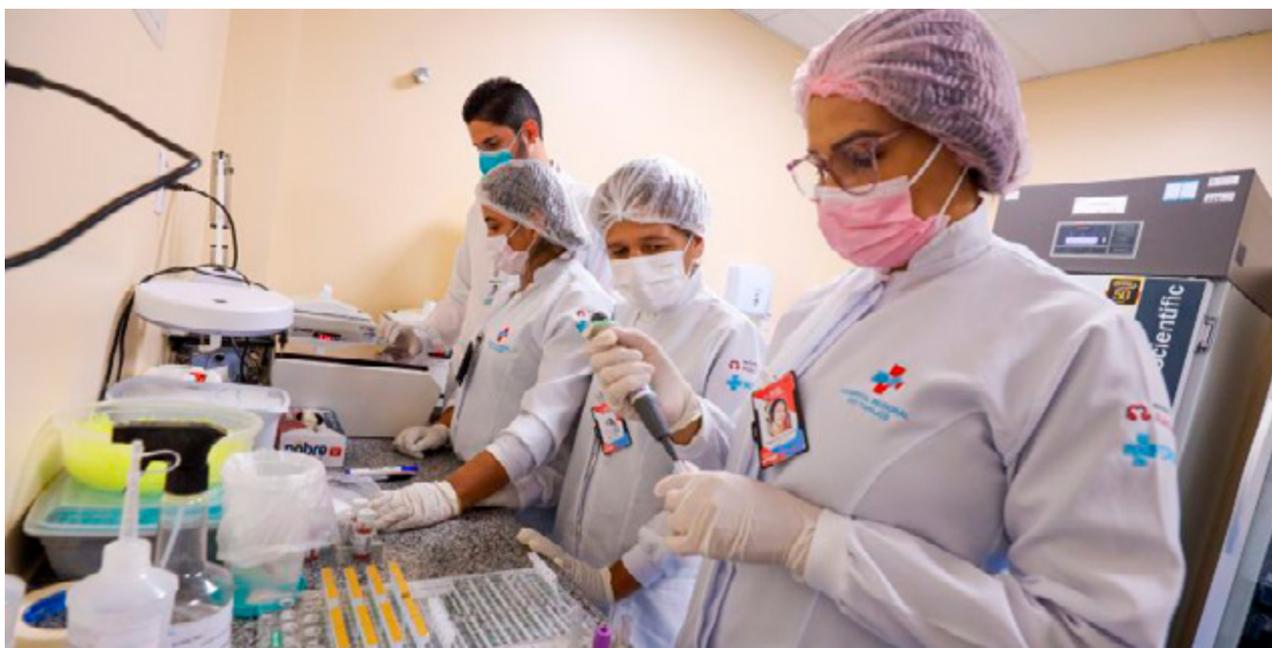
Ressaltam-se outros, como o projeto "A Vida com Hipertensão e Diabetes: Promovendo o Autocuidado", implementado no município de Tucuruí, na região Lago do Tucuruí, direcionado à busca ativa por pacientes com hipertensão e diabetes, do projeto "Capacitação de Enfermeiros acerca da Assistência Integral ao Pré-natal de Baixo Risco: Uma Proposta de Intervenção para a Diminuição da Morbimortalidade Materna", também em Tucuruí, com ênfase na capacitação dos enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde para o adequado planejamento de ações assistenciais no programa de pré-natal.

Com relação à **meta 3.c**, "Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis", no que diz respeito aos investimentos em saúde, no ano de 2023, o estado destinou R\$ 5,51 bilhões para ações e serviços de saúde pública, o que corresponde a 13,68% da Receita Corrente Líquida. Esse valor supera o limite mínimo constitucional para investimentos

em saúde pública por parte dos estados, estabelecido em 12%.

Como contribuição à **meta 3.c**, no âmbito da formação e retenção do pessoal da saúde, destaca-se o projeto "Acolher para Integrar e Fortalecer a Gestão", que em 2023 realizou ações focadas no desenvolvimento de competências técnicas, para 66 novos servidores da Secretaria Estadual de Saúde, oriundos de 03 processos seletivos. O projeto visa aprimorar a prestação de serviços e fortalecer a efetivação do SUS.

Destaca-se, ainda, no âmbito da formação, a ação da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA) de Redenção que qualificou 869 pessoas por meio de palestras informativas sobre doação de sangue e medula óssea, segurança transfusional, "Dia Nacional do Doador de Sangue", "Pit Stop", HEMOTUR e critérios básicos para doação. As capacitações incluíram funcionários de empresas, professores, coordenadores, profissionais da saúde, Hospital Materno Infantil, Hospital Iraci Machado, Departamento de Trânsito Municipal e organizações religiosas. Essa iniciativa beneficiou os municípios de São Félix do Xingu e Redenção.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**OBJETIVO 4.**

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**OBJETIVO 4.****Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.**

O ODS 4 visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, garantindo o acesso gratuito e de qualidade ao ensino primário e secundário, à formação profissional e ao ensino superior, de forma a desenvolver jovens e adultos com as competências necessárias, aptidões para o emprego trabalho decente e empreendedorismo, além de garantir habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a valorização da diversidade cultural. Por fim, proporcionar infraestrutura física escolar adequada, acessível, segura e inclusiva, além de garantir a qualificação de todos os professores da educação básica.

A seguir estão apresentadas as metas relacionadas ao ODS 4 que realizadas no exercício de 2023 pelo Governo Estadual, no âmbito da educação básica, profissional, superior, cultura, esporte e lazer.

Metas Brasileiras

Meta 4.1

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

Meta 4.2

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparadas para o ensino fundamental.

Meta 4.3

Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

Meta 4.4

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Meta 4.5

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

Meta 4.6

Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

Meta 4.7

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Meta 4.a

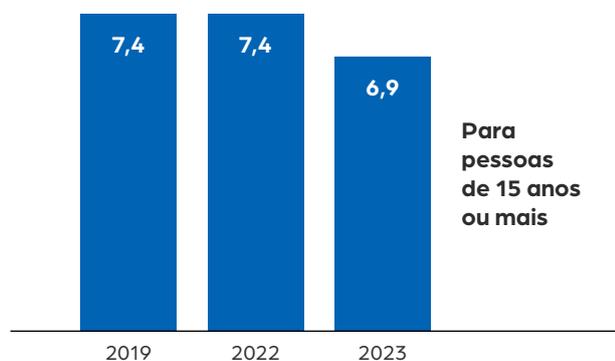
Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Meta 4.c

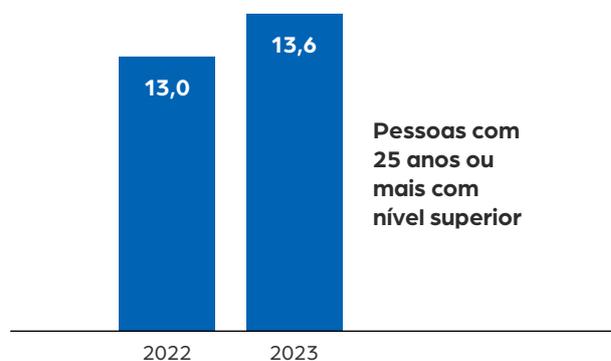
Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Onde **estamos**

Taxa de Analfabetismo

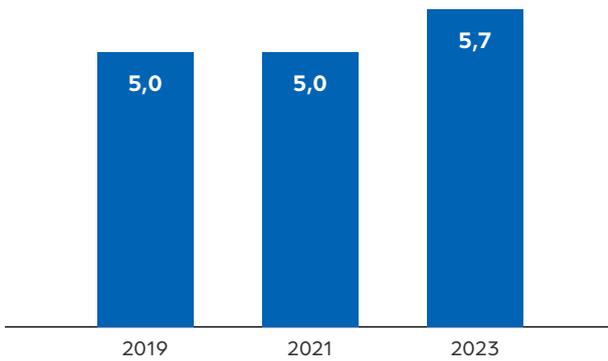


Nível de Instrução



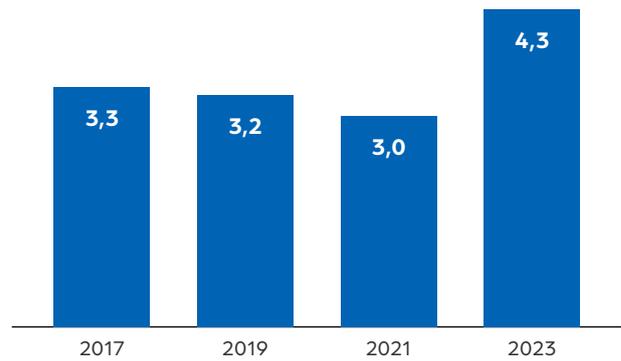
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Nota IDEB - Ensino Fundamental / Séries Iniciais



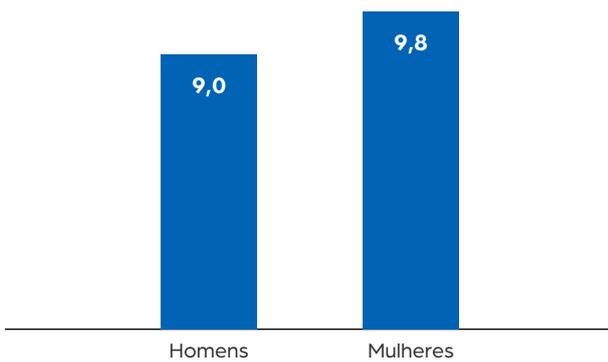
Fonte: MEC/Inep - *IDEB da Rede Estadual de Ensino

Nota IDEB - Ensino Médio



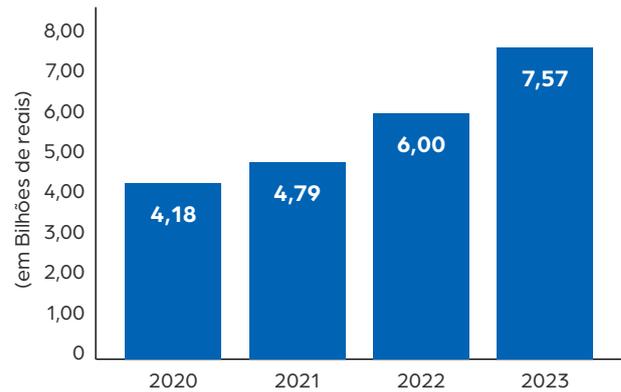
Fonte: MEC/Inep - *IDEB da Rede Estadual de Ensino

Anos de Estudo por Sexo - 2023



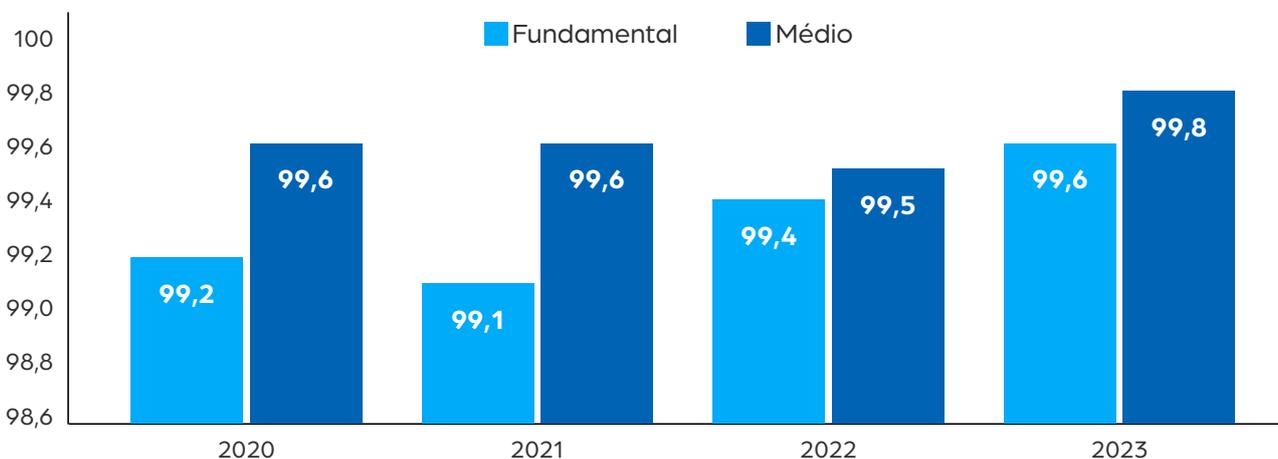
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Despesa Realizada (em bilhões R\$) Educação - Estado do Pará 2020-2023



Fonte: STN-SISCONF, 2023

Percentual de professores com formação adequada



Fonte: Censo da Educação Básica 2022/INEP. Nota: Atualização da série realizada em 2024.

O que fizemos

A Carta Magna de 1988, em seus artigos 205 e 208, consagra a Educação como direito social fundamental, incumbindo o Estado, em parceria com a família e a sociedade, de promovê-la e incentivá-la.

Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em consonância com o princípio constitucional, estabelece as diretrizes e normas gerais para a organização da educação nacional. Compreende-se, portanto, que a Educação, no Brasil, é um direito fundamental e um dever público, a ser construído de forma coletiva e com a participação de todos os entes federativos e da sociedade civil.

O Governo do Pará atua na educação básica, integralmente, no ensino médio, assim como possui participação direta em parte do ensino fundamental, e apoia o desenvolvimento da educação infantil. Seguindo as diretrizes estaduais, todas os municípios têm escolas com foco na qualidade para todos, inclusão e aprendizado igualitário, combatendo as

desigualdades na educação e na sociedade. Neste sentido, suas ações e programas estão diretamente alinhados ao alcance do ODS 4. Ressalta-se como principal resultado de 2023, nesse sentido, a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual de ensino, alcançando o Estado do Pará de 4,3 para o grau de ensino médio, passando de 26º em 2021 para 6º colocado na posição no ranking nacional em 2023.

Quanto ao acesso à educação básica, conforme prevê a meta 4.1, que visa garantir, até 2030, que todos os meninos e meninas concluam o ensino fundamental e médio em idades adequadas, equitativas, de boa qualidade, gratuitas e disponíveis nas redes públicas, a rede estadual de Educação efetivou, em 2023, 143.708 no ensino fundamental e 285.957 no ensino médio.

Como suporte à educação básica de qualidade, com vistas à garantia do acesso e permanência do aluno na escola, destacam-se as ações da gestão estadual, em 2023, que contribuem para a **meta 4.1**:

- **Entrega de 22 novos ônibus urbanos para o transporte escolar**, com capacidade para 29 alunos, totalmente acessíveis para pessoas com deficiência, impactando também na redução de custos com transporte para as famílias. As aquisições beneficiaram 21 municípios e foram viabilizadas por meio de um esforço conjunto entre diferentes esferas de governo: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), com recursos de emendas parlamentares, em parceria com o Ministério da Educação (MEC),

Entrega de
ônibus escolares
para **prefeituras
paraenses**



o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC).

- **Viabilização do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) recebeu um investimento de R\$ 70 milhões**, beneficiando alunos em todas as regiões do estado. Além disso, o governo destinou R\$ 18,5 milhões para a compra direta de alimentos, que foram distribuídos nas escolas da rede estadual e em municípios que não aderiram ao PEAE. Ressalta-se ainda o reajuste no valor por aluno no PEAE, que passou de R\$ 0,36, em 2022, para R\$ 1,50 em 2023, assim como

no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que elevou de R\$ 0,36 para R\$ 0,50, proporcionando aumento importante nos recursos destinados à alimentação escolar, além do fomento ao desenvolvimento local.

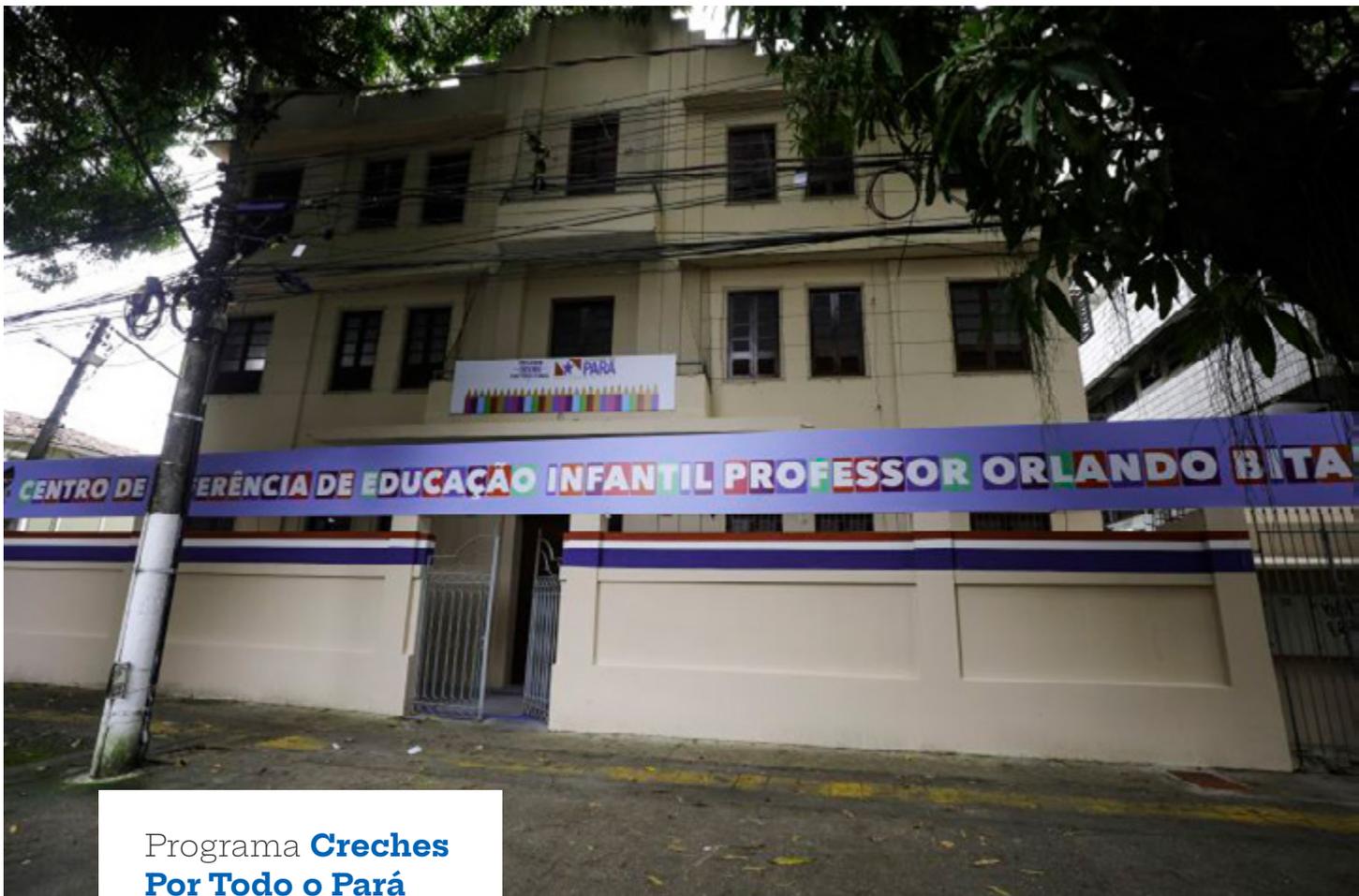
- **Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos** visa oferecer educação formal para quem não a concluiu, no ensino fundamental (a partir de 15 anos) ou médio (a partir de 18 anos). Inicialmente, o programa atenderia 84 municípios, mas foi expandido para 143, alcançando todas as regiões do estado, beneficiando aproximadamente 58 mil alunos.



Escola estadual **acolhe e diminui dificuldades** para pessoas que querem concluir o ensino médio por meio da EJA

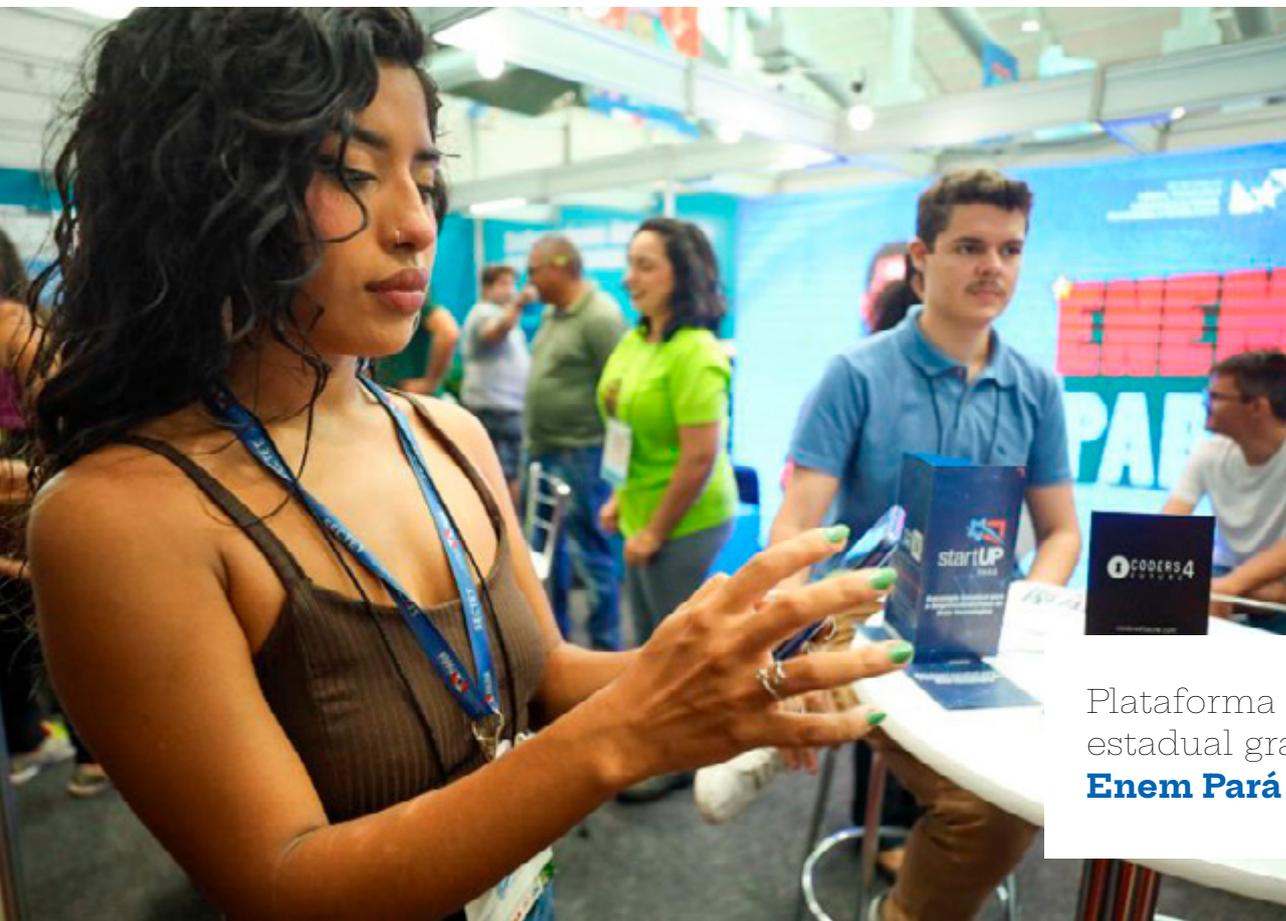
A educação infantil, sob responsabilidade municipal, recebe suporte do Governo do Estado através de medidas e ações que influenciam na qualidade do ensino, além de colaborar para um fluxo escolar correto, assegurando o ingresso no ensino fundamental na idade adequada. Essas ações contribuem para o alcance da **meta 4.2** da Agenda 2030, que visa garantir que a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância. Destacam-se:

- **Em regime de colaboração com a esfera municipal, o estado está implementando o Programa Creche por Todo Pará**, que objetiva apoiar e fortalecer a educação infantil nos municípios, além de beneficiar famílias, principalmente mães trabalhadoras
- **Formação para as equipes pedagógicas da Educação Infantil** com encontros formativos que visaram aprimorar o entendimento sobre o contexto e as práticas docentes na área. Além disso, a equipe marcou presença no encontro regional da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), que abordou os desafios e oportunidades de colaboração na Primeira Infância nas regiões Norte e Centro-Oeste.



Programa **Creches**
Por Todo o Pará

Com o objetivo de contribuir para o alcance da **meta 4.3** que prevê a equidade de acesso à educação superior e profissional até 2030, e a **meta 4.4** que aponta, até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo, o Governo do Estado desenvolveu entregas importantes, entre elas:



Plataforma
estadual gratuita
Enem Pará

- **Mais de 1.500 alunos da rede pública estadual do Pará, com prioridade para aqueles de famílias de baixa renda, foram beneficiados pelo “Projeto ENEM Pará” em 2023.** A iniciativa do Governo do Estado visou oferecer aulas preparatórias de qualidade para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), focando principalmente nos estudantes do terceiro ano do ensino médio. Por meio do projeto, os alunos tiveram acesso a materiais didáticos específicos para o ENEM, aprimorando seus conhecimentos e aumentando suas chances de sucesso no exame.
- **A formação profissional e tecnológica atendeu, em 2023, 7.839 alunos em oito regiões, com investimentos de R\$ 147 milhões aplicados na viabilização de cursos profissionalizantes,** voltados às demandas do mercado de trabalho e às necessidades regionais e da sociedade. Ademais, as abordagens são vinculadas às exigências das atividades produtivas, fomentando, também, o empreendedorismo e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da inclusão social. Foram investimentos em obras de infraestrutura, equipamentos,

logística e pagamento de pessoal. A Sectet, principal executora da ação (96% dos atendimentos), desenvolveu suas atividades em parcerias institucionais, dentre as quais com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio de diferentes modalidades de ensino médio, como: médio-integrado, educação de jovens e adultos (Proeja) e subsequente, atuando nas regiões: Carajás, Guamá, Baixo Amazonas, Araguaia e Guajará, sendo que os mais procurados em 2023 foram os cursos: Técnico de Enfermagem, Técnico em Administração e Segurança no trabalho. A Uepa também implementou a ação, em 2023, no curso Técnico de Enfermagem, pelo Forma Pará, nas regiões: Araguaia; Guajará; Marajó; Rio Caeté; e Tocantins.

- **Cursos de qualificação profissional voltados às potencialidades locais baseadas nas singularidades regionais, em 2023, abrangeram onze regiões de integração, um investimento de R\$ 10,2**

○ **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica** na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

milhões. Ressaltam-se as modalidades de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Educação à Distância (EAD), realizadas principalmente nas regiões: Carajás, Guajará e Xingu. Executou 75 cursos, resultado advindo de parcerias realizadas com o Sistema S (Senar, Senac, Senai), Instituto de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). O público atendido em sua maioria era vulnerável, oriundo da Usinas da Paz (2.540), os socioeducandos da Fasepa (79) e os custodiados em cumprimentos de medidas judiciais da Seap (589). Nessa linha, é importante citar a parceria entre Sectet e Uepa, na execução do Projeto “Empodera Marajoara”, voltado à formação multiprofissional às mulheres em situação de vulnerabilidade que residem na Ilha do Marajó. A capacitação envolveu palestras e rodas de conversas sobre Cidadania e Direito das Mulheres, Saúde Íntima da Mulher, Psicologia Preventiva e Lei Maria da Penha, assim como atividades nas áreas de gastronomia, estética e saúde, atingindo 241 pessoas qualificadas.



- No ano de 2023, por meio do Programa Forma Pará, avançou-se no caminho da universalização de acesso ao ensino superior, a partir dos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológica) realizados em parceria do Governo do Estado com Instituições de Ensino Superior – IESs, Prefeituras e Associações Municipais, atingindo resultados expressivos, em todos os municípios do estado:

1. Total de 35 editais para Processos Seletivos (PROSEL) do Forma Pará;
2. Total de 201 Cursos ofertados em 144 municípios;
3. Total de 9.712 vagas ofertadas.

Em 2023, com ênfase nas demandas regionais, a realização de 235 cursos atendeu 12 regiões de integração sob investimento de R\$ 53,5 milhões.



Cursos de nível superior ofertados pelo Governo do Estado

Em consonância à **meta 4.5**, que garante, até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, o governo do estado realizou, em 2023:

- **Apoio ao fortalecimento da rede de atendimento à Educação Especial**, na

Unidade Educacional Especializada (UEES) José Álvares de Azevedo, referência no atendimento à educação de pessoas com deficiência visual no Pará, acolhendo 330 alunos sob os princípios da educação inclusiva. A escola se consolida como referência, oferecendo suporte pedagógico excepcional no contraturno,

complementando o ensino regular e promovendo a alfabetização em Braille, uma conquista marcante para os alunos com deficiência visual.

- **Promulgação da Lei 10.046/2023 que visa suprir a carência de profissionais na educação escolar indígena do Pará,** através da contratação temporária de professores e outros técnicos. Reconhecida pelo MEC, essa modalidade de ensino oferece ensino infantil, fundamental e médio, respeitando as peculiaridades culturais indígenas. A lei estabelece critérios diferenciados para a contratação e amplia o tempo de trabalho dos professores indígenas.

Quanto às contribuições à **meta 4.6**, que busca garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática, a gestão estadual, em 2023, realizou um conjunto de ações e esforços nesta direção. Destacam-se:

- **Fomento à leitura e à escrita entre os estudantes da rede pública estadual, o projeto “Travessias Poéticas das Juventudes em Terra Firme”** se destaca como uma iniciativa inspiradora. Através de suas três edições, o projeto contribui para o desenvolvimento da compreensão textual, da criatividade e da expressão escrita, habilidades fundamentais para o sucesso tanto na vida escolar quanto na profissional.



Alunos da rede pública lançam obra na Feira do Livro

- **Publicação da Lei 9.867/23, que institui o programa Alfabetiza Pará, instrumento direcionado para o desenvolvimento dos alunos matriculados na rede estadual e municipal, anos iniciais.**

Com foco na melhoria do ensino ofertado, o programa prevê ações para ampliar a formação da equipe técnica, professores e gestores escolares; materiais complementares aos alunos e educadores; além do aperfeiçoamento do Sistema Paraense de Avaliação Educacional e de premiação das escolas e profissionais com os melhores resultados na avaliação externa do (Sispaee).

- **Disponibilidade de espaços físicos de leitura e pesquisas, entre elas Bibliotecas Arthur Vianna (Centur), Carmem Souza (Curro Velho), Francisco Paulo Mendes (Casa da Linguagem), e Professor Vicente Salles (Casa das Artes).** No exercício 2023, obtiveram uma média mensal cerca de 7.000

atendimentos presenciais, com mais de 4700 exemplares consultados. Desenvolveram-se ainda atendimentos On-line, Via plataforma própria do Sistema de Bibliotecas. Possibilitou-se à comunidade acesso à Biblioteca Virtual e ao Acervo de Obras Raras da FCP, que alcançaram média mensal de 6.500 usuários e média de 57.000 acessos ao acervo digitalizado.

- **Consolidação do projeto Leitura por todo o Pará,** com apoio às bibliotecas para criação de novos espaços de leitura e a qualificação dos serviços das bibliotecas existentes, oportunizando assessoramento técnico aos gestores de bibliotecas municipais. As ações para interiorização do projeto viabilizaram visitas técnicas para a reabertura de espaço ou para melhorias dos espaços já existentes, além de realização de oficinas de capacitação, atendendo 11 regiões de integração do estado



Autores da obra e professores no estande da Seduc

- **O Edital de Prêmio de Boas Práticas em Bibliotecas Comunitárias 2023, uma ação referente ao Programa Cultura do Governo do Estado do Pará,** que visa garantir os direitos culturais protegidos pelo art. 215 da Constituição Federal de 1988 e direitos humanos internacionalmente reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A iniciativa contribuiu para sustentabilidade econômica e social de profissionais que atuam em Bibliotecas Comunitárias no Estado do Pará, a fim de garantir a continuidade da formação e difusão cultural e artística local, a preservação dos direitos culturais da população na sua forma de expressar e de se reconhecer em bens culturais e artísticos. Em 2023, estima-se a contemplação de até 21 propostas de iniciativas culturais de modernização e qualificação de serviços em projetos de promoção de leitura no Estado do Pará, no total de R\$ 420.mil em premiação.

Em conformidade com o que é preconizado na **meta 4.7**, contribuindo para que todos

os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, em 2023 desenvolveram-se as seguintes iniciativas:

- **Readequação da estrutura e infraestrutura do Teatro Margarida Schivasappa e a entrega da primeira etapa da reforma do Espaço Líbero Luxardo** demonstram o compromisso com a acessibilidade cultural e com a preservação do patrimônio histórico.
- **A 26ª Feira Pan – Amazônica do Livro e das Multivozes/2023, realizada em Belém,** proporcionou aos estudantes e professores um conjunto de oportunidades, como o benefício de um bônus “Credlivro”, no valor de R\$ 200,00, que visa incentivar os professores a explorarem o universo literário e possibilitar a aquisição de livros de sua escolha. A iniciativa resultou em um investimento significativo de aproximadamente R\$ 402 mil, beneficiando mais de 10 mil educadores durante o evento.



A Feira Pan-Amazônica do Livro atrai visitantes e movimentava a economia e cultura



“Uma Noite no Museu”:
programa cultural que
movimenta a cidade

- **Campanha Cultura Eco**, promovida pela Funtelpa, ocorreu durante a Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, unindo sustentabilidade e incentivo à leitura de uma maneira criativa e eficaz, com incentivos à troca de mudas de plantas e copos retornáveis por livros, uma estratégia inteligente de promoção à leitura e a consciência ambiental. Mais de dois mil livros foram arrecadados e doados à biblioteca da Usina da Paz Professor Amintas Pinheiro, em Ananindeua, e na comunidade Floresta Park, demonstrando o compromisso da Campanha Cultura Eco com a educação e o acesso à leitura.
- **Realização do Projeto “Uma Noite no Museu”**, que proporcionou a interação entre o público e o acervo museológico para mais de 50 mil pessoas em 2023. A iniciativa é um exemplo da democratização do acesso à cultura e da promoção da educação patrimonial. Essa iniciativa visa aproximar a arte, a história e o turismo sendo fundamentais para a preservação do patrimônio artístico e a construção de uma sociedade mais engajada e participativa.
- **Investimento na construção de equipamentos de esporte e lazer como a reforma da quadra poliesportiva na E.E.E.F. Deputado Armando Corrêa**, além das entregas de academias ao ar livre em Benevides e Oeiras do Pará que garantem o acesso à prática esportiva para todos, contribuindo à promoção da saúde física e mental da população.
- **Realização do XII Jogos Abertos do Pará (JOAPA)**, que reuniram aproximadamente 7 mil atletas em diversas modalidades esportivas, cujo fomento ao esporte incentiva a promoção de valores como a disciplina, o respeito e a responsabilidade, além de contribuir para a integração regional e para o desenvolvimento do turismo no estado.

- **Aprimoramento da modalidade da Educação em tempo integral** com jornada de 9 horas diárias e 45 horas semanais, com um investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões. Em 2023, a modalidade atendeu 18 mil alunos em 82 escolas no Estado, com condições de formação e desenvolvimento na educação básica.
- **Programa de Apoio e Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação na Educação Básica** impulsionou ações por meio da colaboração ativa entre professores e alunos na elaboração de projetos e suporte financeiro. No ano de 2023, a rede estadual de ensino destacou-se com representante finalista do Prêmio Educador Transformador, oferecido pelo Instituto Significare, cujas práticas inovadoras e transformadoras na área da educação foram notáveis, contribuindo de forma significativa para melhorar a qualidade do ensino.
- **Manutenção das atividades do Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG)**, que garantiu a matrícula de um total de 1.169 alunos, sendo 1.093 no Ensino Fundamental, com 506 nos cursos de Iniciação Musical, 561 no Curso Preparatório, 26 nos Cursos livres de Violão e Guitarra e 76 no Ensino Técnico. O Curso Técnico do IECG é profissionalizante, adequou e formatou o seu Desenho Curricular seguindo as normas, estruturas e as diretrizes contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC).
- **“Música e Cidadania”, um Projeto de extensão da Fundação Carlos Gomes**, por meio do Instituto Estadual Carlos

Gomes. O Projeto funciona em parceria com organizações do terceiro setor, atendendo crianças na faixa etária 7 a 9, jovens e adultos, contribuindo para a formação integral e a inclusão social por meio do ensino da música. Atualmente o projeto desenvolve suas atividades em cinco polos, com 780 alunos matriculados nas instituições a saber: Associação Filantrópica Icuí Solidário-AFIS; Associação Assistencial Lar de Maria; Movimento de Emaús; Sociedade Beneficente Cristo Redentor e Grupo Espírita Jardim das Oliveiras.

Destacam-se ainda iniciativas em 2023 que, além de contribuir com a **meta 4.7** (garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável), também possuem impactos na **meta 4.3** (garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável).

- **O Bacharelado em Música do Instituto Estadual Carlos Gomes**, com oferta de 42 vagas, das quais 29 foram preenchidas.
- **Realização de ações de ensino com a promoção de 38 recitais** originados das atividades desenvolvidas em sala de aula e realizadas pelos alunos das classes de Instrumento, Canto, Regência de Bandas e Composição e Arranjo.
- Realização do I ENCSAX (Encontro de Saxofonistas), projeto de Extensão Universitária que envolveu a classe do Instituto Estadual Carlos Gomes, participação de três professores reconhecidos nacionalmente e de saxofonistas da comunidade local. Com

uma programação extensa envolveu a realização de masterclasses, palestras e recitais de música erudita e popular.

- **O 39º Festival de Música Brasileira como objetivo homenagear a música e os músicos brasileiros**, reservando anualmente uma semana para recitais dedicados à produção musical brasileira, erudita, popular e regional paraense. Nesta edição, um dos públicos atendidos foram 300 crianças e adolescentes do projeto Música e Cidadania. A programação foi composta por Mesa Redonda, Palestras, Masterclass e Recitais, com um total 600 pessoas participantes.
- **Realização do Projeto Cenas de Paz**, que integrou o programa “Territórios

de Pacificação” com ações educativas e culturais, prevenção da violência, tornando o Poder público cada dia mais presente em meio à comunidade. O projeto consiste em oficinas sobre linguagem da comunicação integrada, com quatro módulos: Expressão Corpo e Voz, Audiovisual, Rádio e Web. No ano foi realizado o projeto Cenas de Paz, na Usipaz do Benguí, em Belém, capital do Estado, e no município de Marituba, região metropolitana de Belém.

Com o objetivo de garantir a melhoria da infraestrutura educacional do estado, a execução de investimentos destinou-se à construção e reformas das instalações físicas da rede pública estadual de educação, contribuindo ao alcance com a **meta 4.a**. Destacaram-se em 2023:



O Governo liberou mais recursos para as **unidades educacionais**

- **O Programa “Dinheiro na Escola Paraense”, um investimento de aproximadamente R\$ 100 milhões, para 579 escolas estaduais em 124 municípios.** A iniciativa garantiu maior apoio e autonomia à gestão escolar, abrangendo todas as Regiões de Integração do estado.
- **Melhoria na infraestrutura física das escolas** para contribuir ao desenvolvimento de uma política pedagógica alinhada aos anseios de estudantes e profissionais da educação. Os projetos de reconstrução de unidades escolares incluíram salas de aula modernas, bibliotecas e



Programa Escola Segura: bem-estar para aprender melhor

laboratórios multidisciplinares. Foram 12 escolas entregues à sociedade, de 10 municípios, com investimento de R\$ 29 milhões, beneficiando cerca de 8,5 mil alunos.

- **Melhoria da infraestrutura educacional por meio do fornecimento de equipamentos inovadores,** modernização tecnológica das instalações das unidades de ensino, beneficiando um total de 260 instituições educacionais, representando um aumento significativo de 24% em comparação com o ano de 2022.
- **Implementação do Programa “Escola Segura”,** uma iniciativa estadual inovadora que visa promover um ambiente escolar seguro, com ações de prevenção à violência, e promoção do bem-estar de estudantes e profissionais da educação. Foram envolvidas 280 instituições de ensino que utilizaram o aplicativo “Alerta Pará Escola” para emergências, com um investimento de cerca de R\$ 54 milhões. Suas principais ações incluem o reforço de rondas escolares, suporte de equipes multidisciplinares e a realização de palestras envolvendo a comunidade escolar.
- **Modernização e adequação das Escolas de Ensino Técnico do Estado (EETEPAs),** um investimento em torno de R\$ 6 milhões na melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos e kits para essas unidades que atenderam mais de 23 mil alunos, promovendo a dinamização e qualidade da Educação Profissional.
- **Adequação e modernização da infraestrutura física e tecnológica Universidade Estadual do Pará (UEPA),** por meio de construção, reforma e ampliação de unidades

acadêmicas e administrativas. 23 dos 24 campi receberam investimentos em infraestrutura, contribuindo para o fortalecimento das ações do ensino, pesquisa e extensão.

Em consonância à **meta 4.c**, que visa qualificação adequada dos profissionais da Educação Básica, o Governo do Pará desenvolveu ações direcionadas aos gestores de Unidade Escolares (USEs) e Unidades Regionais de Ensino (UREs). Em 2023 foram qualificadas 3.852 pessoas em 130 municípios.

Destaca-se a capacitação dos profissionais da educação especial, com alinhamento, a elaboração de matrizes curriculares e um acompanhamento mais efetivo aos alunos com deficiência. Além disso, foram oferecidas orientações sobre planejamento estratégico, aprimorando as práticas educacionais.

Destaca-se ainda a Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica, que alcançou 143 municípios, abrangendo todas as 12 Regiões de Integração e estruturada por meio de seis eixos formativos, abordando temas essenciais para aprimoramento da prática educacional que incluíram Currículo, Metodologia e Práticas de Ensino na Educação Básica; Avaliação da Aprendizagem e o Uso Pedagógico de Indicadores Educacionais; Inclusão e Diversidade; Alfabetização e Letramento; Gestão e Políticas Públicas; e Educação Digital e Inovação. Além disso, os participantes receberam formação básica digital na plataforma AVACEFOR, preparando-os para conduzir oficinas do projeto TechCamp com enfoque em STEAM/robótica. A iniciativa também contemplou a distribuição de kits como estímulo à prática de robótica. Foram atendidos 28.529 servidores, com investimento de aproximadamente R\$ 7 milhões.

5 IGUALDADE
DE GÊNERO**OBJETIVO 5.**

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5 IGUALDADE
DE GÊNERO**OBJETIVO 5.****Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.**

O ODS 5 é um chamado à ação para alcançarmos a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Busca por meio de políticas públicas e estratégias privadas derrubar as barreiras e construir um futuro onde todas as mulheres e meninas possam ter as mesmas oportunidades e alcançar seu pleno potencial.

Metas Brasileiras

Meta 5.1

Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.2

Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.4

Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as

mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.

Meta 5.5

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.6

Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Metas Brasileiras

Meta 5.a

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.b.1br

Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.2.b.2br

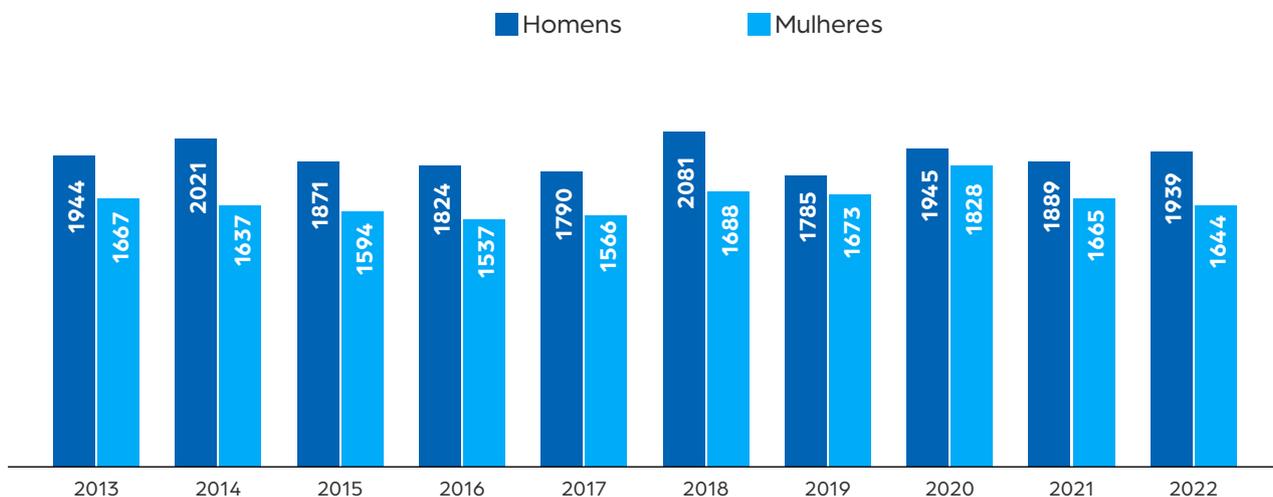
Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.b.3br

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Onde estamos

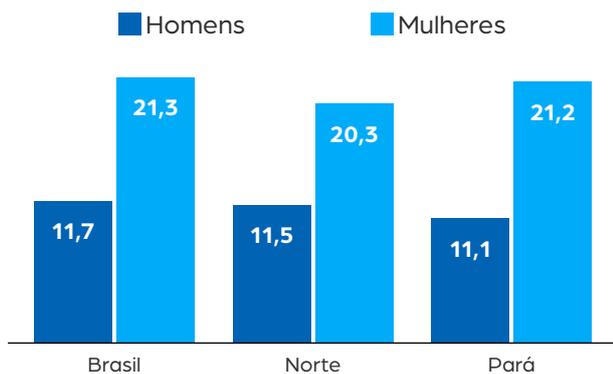
Rendimento Médio por Sexo, Pará 2013-2022



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

Número Médio de Horas Destinadas aos Afazeres Domésticos, 2022



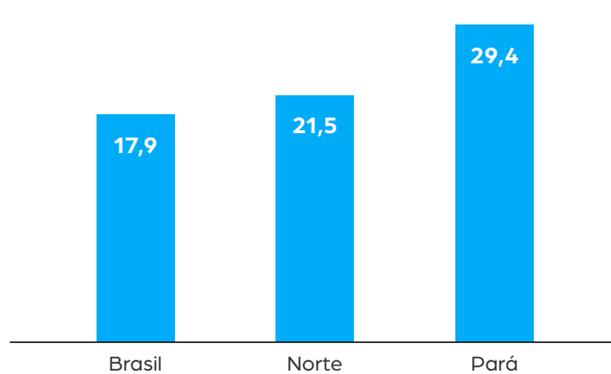
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

(1) Calculado apenas para as pessoas que declararam ter feito atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.

(2) Excluídas as pessoas sem declaração das horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.

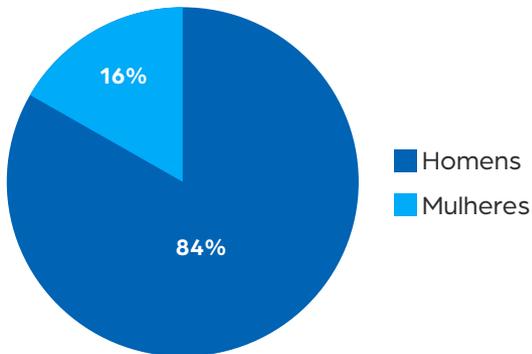
Proporção % de Cadeiras Ocupadas por Mulheres em Exercício na Câmara dos Deputados - 2023



Fonte: Congresso Nacional. Parlamentares em exercício.

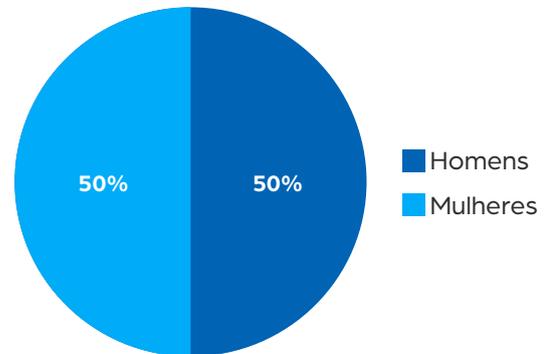
Disponível em <http://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>. Acesso em 24/11/2023.

Proporção de Mulheres Eleitas para Câmara de Vereadores do Pará, 2020



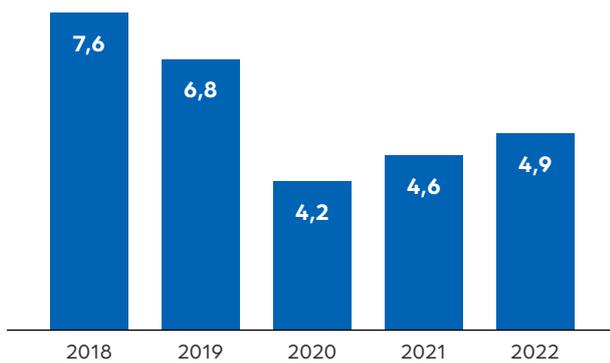
Fonte: TSE. Portal de dados abertos do TSE. Disponível em <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acessado em 10/12/2023.
Notas: Os resultados apresentados se referem apenas aos candidatos em eleições ordinárias.

Proporção de Mulheres Docentes de Ensino Superior, 2022



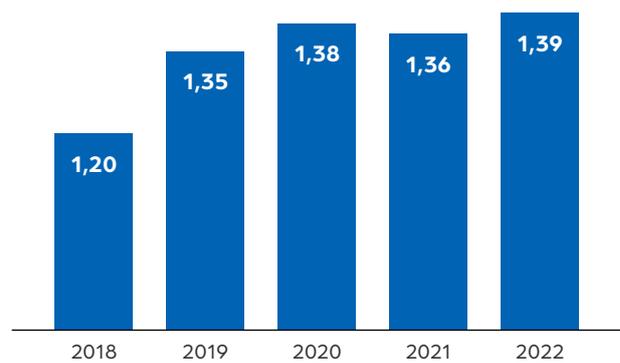
Fonte: MEC/Inep. Microdados do Censo do Ensino Superior 2022.
Notas: Inclui docentes de universidades, centros universitários, faculdades, IF e CEFET;
O mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições;
A abrangência geográfica corresponde à sede da IES.

Taxa de Homicídio de Mulheres por 100 mil habitantes



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública/DATASUS-MS/IBGE/Fapespa, 2024.
Nota: Ano de 2022 os dados são preliminares

Taxa de Feminicídios por 100.000 mulheres



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública/DATASUS-MS/IBGE/Fapespa, 2024.
Nota: Ano de 2022 os dados são preliminares

O que fizemos

Em 2023, o Governo do Pará sancionou a Lei nº 9.862, que estabeleceu a criação da Secretaria de Estado das Mulheres (Semu), espaço institucional de grande relevância para coordenação e articulação para a efetivação da política estadual para mulheres no Pará.

Também foi lançado o Programa Pará Mulheres 360°, abrangendo um conjunto de projetos prioritários para qualificação do atendimento às mulheres em seus diversos territórios, seja na cidade, no campo, na floresta, nas águas ou nas marés, alinhando-se diretamente com as **metas 5.1** (Eliminar todas as formas de discriminação em suas diversas intersecções) e **5.2** (Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios) da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Programa Pará Mulheres 360° contribui para o alcance da **meta 5.1**, que trata do fim da discriminação contra mulheres e meninas, com ações vinculadas a várias políticas públicas, quais sejam:

- **Observatório de Políticas Públicas para Mulheres:** Monitoramento e avaliação de políticas públicas para identificar e eliminar disparidades de gênero e garantir a efetividade das ações.
- **+ Saúde Mulher:** Ampliação do acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo consultas médicas, exames preventivos e acompanhamento pré-natal e pós-parto, promovendo a saúde integral da mulher e combatendo a violência obstétrica.
- **Autonomia Econômica e Empreendedorismo Sustentável:** Qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e promoção da economia solidária, empoderando as mulheres e garantindo sua autonomia econômica, combatendo a pobreza e a discriminação no mercado de trabalho.



Capacitação e inclusão digital fornecido às mulheres

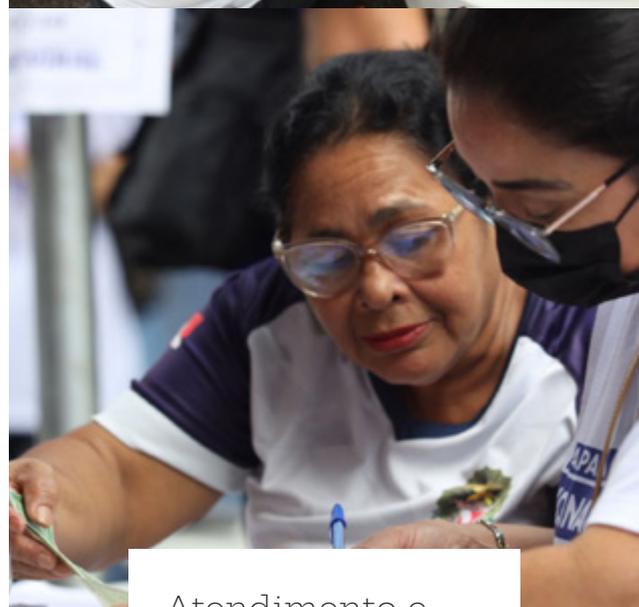


- **Formação Sociopolítica e Inclusão Digital de Meninas e Mulheres:**

Educação para a cidadania, inclusão digital e desenvolvimento de habilidades de liderança, conscientizando sobre os direitos das mulheres, ampliando suas oportunidades e fortalecendo sua participação na vida social e política, combatendo estereótipos e promovendo a igualdade de oportunidades.

Relativamente à **meta 5.2**, no que se refere ao combate à violência contra mulheres e meninas, o governo estadual implantou o:

- **Núcleo de Atendimento Especializado da Mulher**, disponibilizando acolhimento humanizado, acompanhamento individualizado e articulação com a rede de atendimento, auxiliando mulheres em situação de violência a reconstruírem suas vidas e conquistarem seus direitos, combatendo a violência doméstica, sexual e em outros contextos.



Atendimento e
acompanhamento
humanizado



Secretaria de Estado das Mulheres: um marco histórico na luta pela igualdade

Iniciativa importante para alcançar as **metas 5.2 e 5.5** dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam “eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas” e “garantir o acesso igualitário e pleno e participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão em todos os setores da sociedade”, o Governo do Pará instituiu a Câmara Técnica Interinstitucional de Gestão das Políticas Públicas para as Mulheres, composta por 35 organismos do estado, com 97% de representação feminina. Destaque para:

- **Elaboração do Pacto Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres:** Através da participação ativa e da expertise de diversas instituições, o Pacto buscará definir estratégias abrangentes e eficazes para o combate à violência contra mulheres em todas as suas formas, garantindo a segurança e o bem-estar das mulheres paraenses.
- **Fortalecimento da Política de Direitos da Mulher:** A Câmara Técnica servirá

como um espaço de diálogo e articulação entre os diferentes órgãos e entidades que atuam na área, promovendo a integração das políticas públicas e otimizando a utilização dos recursos disponíveis, consolidando uma política de direitos da mulher robusta e efetiva.

- **Ampliação da Participação das Mulheres na Tomada de Decisão:** A expressiva representatividade feminina na Câmara Técnica demonstra o compromisso com a participação das mulheres na construção de soluções para os problemas que as afetam, garantindo que suas vozes e necessidades sejam ouvidas e consideradas no processo decisório, em consonância com a **meta 5.5** dos ODS.

O projeto “Caravana da Mulheres – toda a voz em defesa das mulheres” se destaca como um marco na intensificação das estratégias para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra mulheres no estado, alinhando-se com a **meta 5.2** dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por meio de ações abrangentes e diversificadas a iniciativa alcançou resultados expressivos na promoção dos direitos das mulheres. Neste sentido, destacam-se algumas ações estratégicas, como:

- **Monitoramento e Fortalecimento Institucional:** O projeto promoveu o monitoramento constante da situação da violência contra mulheres, permitindo a identificação de pontos críticos e a tomada de medidas assertivas. A criação de Conselhos Municipais e Organismos de Políticas para as mulheres, com 20 instrumentos implantados, consolidou a rede de apoio e garantiu a participação ativa da sociedade civil na construção de soluções.
- **Capacitação e Conscientização:** A capacitação da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres foi fundamental para fortalecer as habilidades e conhecimentos dos profissionais que atuam na linha de frente, assegurando um atendimento mais qualificado e humanizado às vítimas. As Rodas de Conversas promoveram o diálogo e a troca de experiências entre diferentes grupos sociais, desmistificando crenças e estereótipos e conscientizando a população sobre a importância do combate à violência contra mulheres.
- **Empreendedorismo e Autonomia:** O Cadastro de Iniciativas de Empreendedorismo Econômico possibilitou o mapeamento e o apoio a projetos de geração de renda para mulheres, promovendo a autonomia financeira e a construção de um futuro mais promissor.

O “Caravana da Mulheres” atendeu diretamente 23 mil mulheres, oferecendo acolhimento, orientação e acompanhamento em suas trajetórias de superação da violência. O impacto indireto da iniciativa, alcançando cerca de 88 mil pessoas, demonstra o efeito multiplicador das ações e a importância do trabalho em rede para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este projeto representa o compromisso do estado com a promoção da igualdade de gênero e a erradicação da violência contra mulheres. As diversas ações fortaleceram a rede de enfrentamento, capacitaram profissionais, promoveram a conscientização e abriram portas para a autonomia das mulheres, impactando positivamente a vida de milhares de pessoas.

Outras contribuições importantes para o alcance das **metas 5.2 e 5.4** dos ODS’s, visando redução da violência contra a mulher e sua autonomia financeira, foram:

- **A criação da Secretaria da Mulher (SEMU)**, que representou um marco fundamental na institucionalização das políticas públicas para mulheres no Pará. A secretaria, equipada com sede e instalações próprias, assumiu um papel central na coordenação e execução de ações voltadas à promoção da autonomia, do bem-estar e da segurança das mulheres paraenses.
- **Articulação para implantação da Casa da Mulher Brasileira em Belém**, que será viabilizada por meio de parceria com o Governo Federal, através do Ministério das Mulheres. Este espaço inovador tem como objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes



O **Projeto Entre Elas** atendeu cerca de 12 mil mulheres em 2023

destinados a mulheres em situação de violência, oferecendo um atendimento humanizado e especializado em diversas áreas, como saúde, segurança pública, justiça, assistência social e promoção da autonomia financeira, reunindo em um só lugar o acolhimento e o suporte necessários para a reconstrução de suas vidas.

- **Na linha de fortalecer a rede de atendimento à mulher, o governo estadual, por meio da SEMU, se destacou ao conquistar o 5º lugar entre as 17 secretarias estaduais na habilitação para receber recursos do edital 2023 do Ministério da Mulheres.** Estes recursos serão destinados à estruturação dos organismos estaduais e municipais de políticas para mulheres, garantindo a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados.
- O **“Ônibus Lilás”** se destacou como um instrumento crucial na oferta de serviços essenciais para mulheres em situação

de vulnerabilidade. Através de ações itinerantes, o projeto proporcionou acesso a serviços de cidadania, atendimento psicossocial, orientação jurídica, educação e prevenção, tudo integrado às ações do programa Ter Paz.

- O **“Projeto Entre Elas”** se consolidou como um espaço de reflexão e empoderamento para mulheres nas regiões Guajará, Araguaia e Guamá. Através de atividades cuidadosamente planejadas, o projeto propiciou debates sobre os direitos das mulheres, abordando temas como a violência doméstica e a construção de relações saudáveis. Ao mesmo tempo, o projeto ofereceu qualificação profissional e oportunidades de geração de renda, promovendo a autonomia financeira e a construção de um futuro mais independente para as mulheres participantes. Foram cerca de 12 mil mulheres beneficiadas, impactando positivamente suas vidas e abrindo caminho para um futuro mais justo e igualitário.

- **Foram investidos em 2023 aproximadamente R\$ 11,5 milhões para o fortalecimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, beneficiando unidades estaduais de acolhimento (abrigos) para mulheres vítimas de violência doméstica e idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.
- **Os abrigos estaduais para mulheres em situação de violência, localizados nas regiões Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Guajará (Belém) e Xingu (Altamira)**, ofereceram acolhimento provisório e proteção integral para cerca de 200 mulheres e seus filhos. Com ações articuladas à rede de enfrentamento à violência contra a mulher, os abrigos garantiram um ambiente seguro e acolhedor, por meio de um conjunto de serviços personalizados voltados à construção de projetos pessoais de superação da violência, desenvolvimento de capacidades e a conquista da autonomia pessoal e social.

O ano de 2023 foi marcado por avanços significativos no Pará na promoção dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais (LGBTQIAPN+), alinhando-se à **Meta 5.1** dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através de políticas públicas direcionadas ao respeito à diversidade, à inclusão socioproductiva e ao combate à LGBTfobia, além de apoiar a **meta 5.2** com redução de violência, a **meta 5.4** com o empoderamento, e com a **meta 5.5** aumentando a participação plena e efetiva nas tomadas de decisão e igualdade de oportunidade de lideranças, sobretudo, de mulheres trans, destacam-se:

- **Reconhecendo a importância da autonomia econômica como ferramenta de empoderamento e inclusão, o governo estadual implementou uma política de incentivo, fomento e apoio à comunidade LGBTQIAPN+.** Essa estratégia se materializou em diversos projetos, como os cursos de qualificação profissional em



Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ foi celebrado com ações e projetos

Gastronomia para mulheres trans na Usipaz Marituba. Por meio da capacitação profissional, as mulheres trans puderam adquirir novas habilidades e ferramentas para conquistar a autonomia econômica e construir um futuro mais promissor.

- Em consonância com o compromisso de promover a visibilidade e a celebração da diversidade, o governo do Estado apoiou a realização da **21ª Parada do Orgulho LGBTIAPN+**. Este evento histórico reuniu milhares de pessoas em um momento de alegria, resistência e luta por seus direitos.
- **Consciente da importância da representatividade na construção de políticas públicas eficazes, o governo estadual fomentou a participação da comunidade LGBTIAPN+ em diversos espaços de discussão e decisão.** Através da participação em comitês, como o Comitê do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, e em Grupos de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho - 8ª Região, focado na empregabilidade para pessoas LGBTIAPN+, a comunidade pôde contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas.
- Outra iniciativa importante e necessária implementada pelo governo do estado em 2023 para o combate à LGBTfobia, foram as **campanhas de conscientização**, ações de educação em direitos humanos e apoio a iniciativas de combate à violência.

Reconhecendo a importância da participação das mulheres indígenas na

luta por seus direitos, o governo estadual apoiou a participação de 500 indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília. Este evento histórico reuniu milhares de guerreiras de todos os biomas e representantes de diversas etnias para reivindicar pautas relacionadas à garantia de direitos, com destaque para a adoção de estratégias conjuntas de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas indígenas. A participação do governo estadual na Marcha reforçou seu papel como aliado dos povos indígenas e contribuiu para o alcance das **metas 5.1 e 5.2** dos ODS.

Destaca-se, em 2023, a política voltada ao Cadastro Ambiental Rural Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), um dos instrumentos do Programa Regulariza Pará, que prevê o CAR Coletivo como um direito das comunidades e pode ser implementado em territórios titulados e não titulados. Em 2023, atingiu-se a marca de 50 CAR/PCT (de territórios quilombolas e assentados extrativistas) inscritos no Módulo Povos e Comunidades Tradicionais do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará, dos quais 37 eram Territórios Quilombolas com CAR/PCT, contemplando 518 mil hectares e beneficiando 9.555 pessoas, das quais 50% eram Mulheres. De forma semelhante, dos 13 Territórios Extrativistas com CAR/PCT contemplados, equivalente a 602 mil hectares, que beneficiaram 2.810 pessoas, 50% também eram Mulheres. Essa iniciativa contribui com a **meta 5.a**, que busca garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros.

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO**OBJETIVO 6.**

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO**OBJETIVO 6.****Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.**

O ODS 6 tem o propósito de garantir a universalização do acesso à água e ao saneamento até 2030. Para isso indica a necessidade de alcançar oito metas, cinco finalísticas e três de implementação.

Em síntese, o ODS 6 estabelece assegurar o acesso à água de qualidade, que seja fornecido a todos, independentemente de qualquer condição social, econômica, cultural, gênero ou etnia, e que não ofereça riscos à saúde humana. Recomenda a melhoria na qualidade da água nos corpos hídricos, com gestão integrada e eficiente, que reduza poluição, elimine a contaminação por substâncias perigosas, e alcançar o acesso ao saneamento e higiene adequados e equitativos sobretudo para as pessoas em situações de vulnerabilidade.

No Brasil, a Agência Nacional de Água (ANA), criada por meio da Lei Nº 14.026/2020, tem a missão de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e é a responsável por estipular as normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

A gestão, preservação e provimento de água potável e saneamento básico são atribuições das esferas governamentais federal, estadual e municipal, conforme a Constituição Federal e outros instrumentos legais. A divisão de competências sobre os recursos hídricos é definida em conformidade com a propriedade dos recursos, sendo da União aqueles que banhem mais de uma unidade federativa ou que estejam localizados em áreas transfronteiriças, cabendo as demais aos Estados.

O Governo do Pará, tem realizado esforços que contribuem para as metas do ODS 6 e mantém o compromisso de dar continuidade nos anos seguintes às obras e ações necessárias para o alcance integral das metas especificadas neste ODS, as quais serão apresentadas a seguir.

Metas Brasileiras

Meta 6.1

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

Meta 6.2

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Meta 6.3

Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.

Meta 6.4

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.

Meta 6.5

Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.

Meta 6.6

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.

Meta 6.a

Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

Meta 6.b

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.

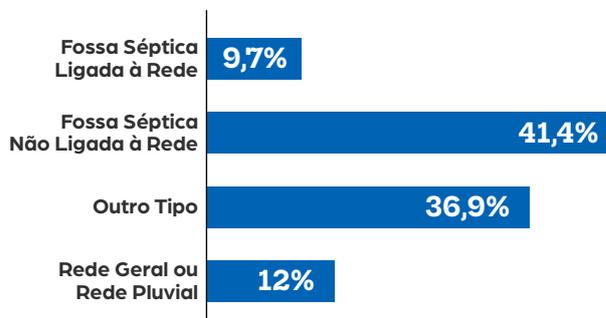
Onde estamos

Abastecimento de água 2022



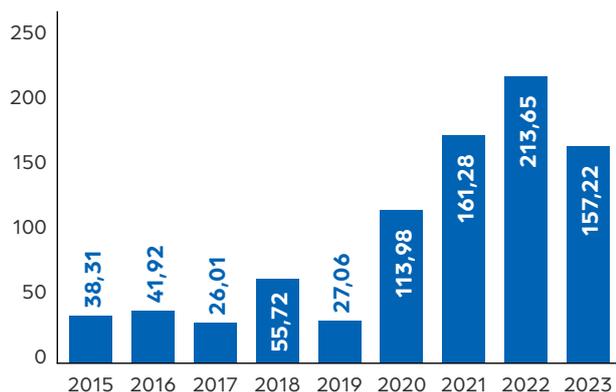
Fonte: IBGE: Pnad-Contínua, 2022

Esgotamento Sanitário 2022



Fonte: IBGE: Pnad-Contínua, 2022

Gasto estadual em Saneamento em Milhões, 2015-2023



Fonte: STN/Siconfi, 2023

O que fizemos

O governo estadual tem executado ações que vão ao encontro dos propósitos consubstanciados nas metas do ODS 6, organizando o planejamento e a programação orçamentária distribuídos nas grandes áreas de desenvolvimento urbano – habitação, saneamento e mobilidade, meio ambiente e ordenamento territorial sustentável, educação e garantia de direitos socioassistenciais.

Os investimentos nos sistemas de abastecimento de água dos municípios paraenses, por meio da construção ou ampliação, seguem sendo uma das prioridades, sejam as localidades atendidas pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), que atende 52 municípios quanto às que possuem sistemas ou microsistemas de abastecimento pelas Secretarias municipais de Obras Públicas.

Na área de saneamento, o governo estadual, em 2023, realizou ligações domiciliares com acesso à água nos municípios de Óbidos, Terra Alta, Santarém, Alenquer e Castanhal. Também concluiu o prolongamento e substituição da tubulação do sistema de captação de água em Oriximiná; e ampliou e implantou sistema de abastecimento de água com as obras de macrodrenagem em Belém.

São obras que contribuíram para melhorar a infraestrutura, especialmente de captação e tratamento de água, e o acesso à água potável, colaborando para o alcance das **metas 6.1 e 6.2**, possibilitando melhorar a qualidade de vida das pessoas e prevenir doenças, com destaque para as seguintes obras:

Quanto à expansão de Sistema de Abastecimento de Água:

- **Investimento na conclusão e entrega do Sistema de Abastecimento de Água em Óbidos**, que garante a distribuição de água de qualidade para mais de 31 mil habitantes. Com recuperação de 3.977 ligações domiciliares e implantação de 1.158 ligações novas, aproximadamente 18.971 metros de rede de distribuição de água foi interligada com a existente.



Sistema de Abastecimento de Água em Terra Alta

- **Conclusão da obra do Sistema de Abastecimento de Água**, em Terra Alta, cujo investimento foi de mais de R\$ 1 milhão e assegura água limpa para mais de 800 famílias.
- **Investimento em serviços de qualidade para o abastecimento de água no município de Santarém**, região Baixo Amazonas. Conclusão das obras em alguns bairros, que garantiu água diretamente das torneiras para moradores que ainda não possuíam essa condição. Foram 800 famílias beneficiadas na comunidade Boa Esperança.

Novo sistema de abastecimento de água em **Óbidos**



Água tratada traz mais vida e saúde para os paraenses

Em Santarém, foram continuadas as obras para implantação do novo sistema de abastecimento de água no município. A obra contempla a construção de 13 poços profundos, três casas de química; sete reservatórios e reconstrução de dois, edificação de três reservatórios elevados e reconstrução de um, e a instalação de adutoras de água tratada e água bruta. Após a conclusão, a obra vai garantir mais de 25 mil ligações domiciliares, representa um investimento de quase R\$ 180 milhões e atenderá 150 mil habitantes em Santarém.



Entrega de obras de **saneamento** no Baixo Amazonas



Obras ajudam a levar **água para moradores** em Santarém



Abastecimento de Água de Castanhal está na **fase final**



Setor de Abastecimento de Água de **Castanhal**

O aumento da produção de água em Santarém, por meio do serviço de troca de bomba e novos equipamentos, somados aos serviços de limpeza e desinfecção dos poços, beneficiaram mais de 50 mil pessoas em 14 bairros de Santarém, também se alinha as **metas 6.1 e 6.2**.

- Também está em fase de conclusão, a obra do novo sistema de abastecimento de água do município de Castanhal, que melhorará a capacidade de água tratada e adequada para os moradores da cidade e atenderá mais de 8 mil famílias.

O **Programa Água Pará** ajuda a levar água para a população do estado. O Programa foi prorrogado por mais um ano.



Programa Água Pará:

Seguindo na busca para o alcance da **meta 6.1** do ODS 6, o governo do Pará instituiu pela Lei Estadual nº 9.317 (22/09/2021) o Programa Água Pará. Destinado a famílias de baixa renda ou em vulnerabilidade social, garante o pagamento, no período de dois anos, das contas de água de famílias que registram um consumo médio mensal de até 20 metros cúbicos (20 mil litros de água) para que a população em situação vulnerável receba água tratada e garanta qualidade de vida. Por meio deste programa viabiliza-se o acesso à água de qualidade e promove-se garantia de direitos socioassistenciais.

De 2021 a 2023, o investimento do Governo do Estado já está próximo de 300 milhões de reais, fez mais de 280 mil cadastros, atendeu mais de 1 milhão de pessoas beneficiadas.



Em 2023, o programa foi vencedor do prêmio nacional Environmental, Social, Governance (ESG), concedido a empresas públicas e privadas, que apresentam boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Em 2023 o governo realizou a caravana do programa social "Água Pará" em diversos municípios do Pará, como em Santa Maria do Pará, Nova Timboteua, Abaetetuba, Alenquer; Bragança, Óbidos e Oriximiná, Tracateua, Augusto Corrêa, Soure, Terra Santa, Dom Eliseu, foram beneficiadas 6.838 novas famílias com acesso à água potável.



Helder Barbalho inaugura mais um trecho da **macrodrenagem da Bacia do Tucunduba**



Em consonância com a **meta 6.2**, o governo estadual, no ano de 2023, investiu cerca de R\$15,19 milhões em obras de sistemas de esgotamento sanitário, em execução nos municípios de Belém, Santarém e Marabá.

Obras do abastecimento de água e esgoto de Alter do Chão seguem a todo vapor



O conjunto das obras de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém, por sua ampla abrangência em diversas áreas e pelos grandes impactos na melhoria da qualidade de vida da população, colabora para o alcance das **metas 6.1, 6.2 e 6.3**. É um projeto integrado, que envolve obras de infraestrutura, sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, sistema viário, serviços de drenagem pluvial, aterramento de quintais e pagamento de indenizações pecuniárias. Executado desde 2019, no período de 2020 - 2023, já beneficiou cerca de 250 mil moradores, com investimento de R\$ 275,76 milhões. Em 2023 foi construído o 4º trecho da Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba - Canais da União e Timbó, totalizando 240 metros e a conclusão da Estação de Tratamento Riacho Doce, investimento de R\$ 62,46 milhões.

Governo lança
iniciativa inédita de
preservação dos rios



O governo estadual, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAS), desenvolve atividades constantes que vão ao encontro das **metas 6.4, 6.5, 6.6**, visando assegurar a disponibilidade de água; garantir o uso racional e integrado; fiscalizar e monitorar os rios; promover atuação integrada e articulação junto às instituições públicas, privadas e às agências de financiamento e cooperação nacionais e internacionais. Em 2023, foram analisados 1.390 requerimentos de outorga para uso de água superficial e 2.908 de água subterrânea.

Convergente com a **meta 6.6**, o governo do Pará, em 2023, criou o Programa Estadual de Conservação de Rios (PRÓ-RIOS). Inserido na Política Estadual de Conservação de Rios do estado, cujos resultados pretendido é assegurar a preservação, proteção e restauração dos rios.

Sobre a **meta 6.a**, os avanços ocorreram com a criação da Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (Lei Nº 9.887/2023), para prover apoio técnico e

financeiro aos municípios na elaboração dos instrumentos municipais para o saneamento básico e com os apoios concedidos aos municípios de Benevides e Ponta de Pedras na implementação de seus Planos Municipais de Saneamento Básico.

Também em contribuição à **meta 6.a**, a Universidade Estadual do Pará – UEPA mantém o Laboratório de Qualidade de Água da Amazônia (LQAA), que realiza análises da água e o monitoramento ambiental de corpos hídricos que recebem lançamento de efluentes industriais e concede outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. No ano de 2023 foram realizadas 1.422 análise hídricas.





Conferência Estadual das Cidades

Alinhado com a **meta 6.b** o governo do Pará tem mantido o apoio às ações do Conselho das Cidades (CONCIDADES). Contribuindo para fortalecer a participação popular e o controle social visando melhorar a gestão de políticas públicas voltadas para a água e do saneamento.

Em contribuição à **meta 6.b**, no ano de 2023, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará (CERH) realizou a 42ª Reunião Ordinária, propôs a integração dos programas que compõem a agenda climática do Pará e analisou o Relatório de Gestão dos Recursos Hídricos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Reforçando o compromisso do

Conselho Estadual de Recursos Hídricos na gestão sustentável dos recursos hídricos do Pará, buscou integração e implementação de instrumentos para uma gestão ambiental eficaz.



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



OBJETIVO 7.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL**OBJETIVO 7.****Garantir acesso
à energia barata,
confiável, sustentável
e renovável para todos.**

O ODS 7 defende energia limpa e acessível a todos, por meio da expansão da infraestrutura e aprimoramento da tecnologia com serviços de energia modernos, sustentáveis, confiáveis e a preços acessíveis. É composto de cinco metas, sendo três finalísticas e duas de implementação.

O governo do Pará tem destinado recursos e realizado obras e parcerias com o governo federal com objetivo de dotar o estado de infraestrutura na ampliação dos serviços de energia elétrica nos municípios e instalação de novas tecnologias que possibilitem o uso de fontes alternativas com menos impactos socioambientais.

São investimentos que aproximam o estado do alcance de algumas metas do ODS 7, mesmo que não sejam na integralidade, mas a gestão estadual continua realizando esforços na pretensão de alcançá-las ao longo do tempo.

Alicerçadas nas metas ODS nacionalizadas, serão apresentadas a seguir ações estaduais que contribuem com o alcance das metas do ODS 7 da Agenda 2030.

Metas Brasileiras

Meta 7.1

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

Meta 7.2

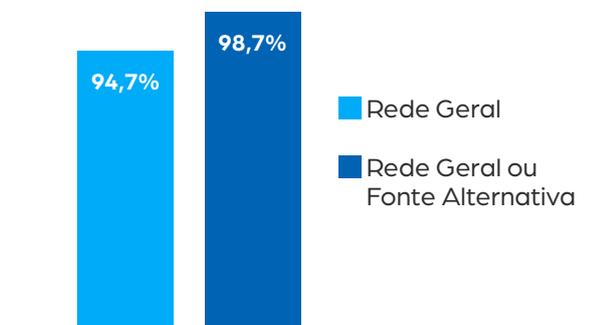
Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

Meta 7.b

Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos..

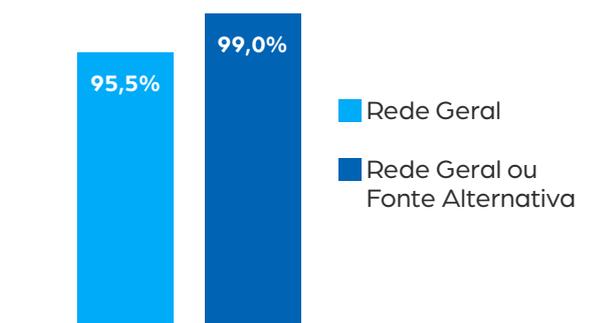
Onde estamos

Domicílios com Energia Elétrica 2019



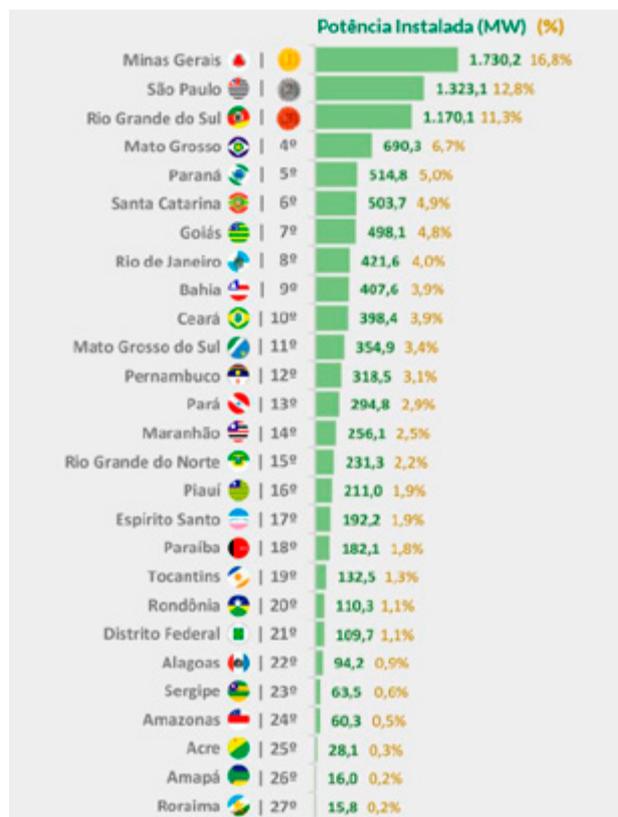
Fonte: IBGE - Pnad Contínua, 2021.

Domicílios com Energia Elétrica 2022



Fonte: IBGE - Pnad Contínua, 2022.

Energia Solar Fotovoltaica no Brasil



Fonte: Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) – 2023.

O que fizemos



Luz acessível e de qualidade por todo o estado



Conforme disposição da Constituição Federal (art. 21, XII, b, c/c art. 22, IV, c/c art. 175), é competência privativa da União explorar os serviços e instalações de energia elétrica, diretamente ou mediante concessão, autorização ou permissão, que delega, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que regula a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e outorga às concessionárias e permissionárias os serviços de geração e distribuição de energia elétrica.

Em contribuição à **meta 7.1**, o governo do Pará em parceria com o governo federal, nos termos do Programa de Inclusão Socioeconômico (PIS), investiu recursos, na implantação e/ou expansão do sistema elétrico em áreas de interesse social e em apoio ao desenvolvimento socioeconômico do estado.

No ano de 2023, a gestão estadual autorizou sete obras de infraestrutura de rede elétrica, perfazendo um custo de aproximadamente

R\$ 7 milhões, oriundos do Plano de Integração Social (PIS). Dentre estes, Novo Progresso, Ulianópolis e Sapucaia. E estão em processo de autorização mais 20 obras de energia elétrica nos municípios de Novo Progresso, Paragominas, Santa Maria das Barreiras, Afuá, Anapu, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Curuçá, Marapanim, Sapucaia, Ulianópolis, Breves, Mojuí dos Campos, Juruti, Oriximiná, Óbidos e Monte Alegre. Essas obras representam um importante avanço para o desenvolvimento econômico e social do Pará, propiciando acesso à energia elétrica a milhares de famílias que vivem em áreas rurais.

Durante o período de execução 2019 - 2023, foram autorizada pelo Estado ,290 obras de energia, especialmente de eletrificação de áreas não conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com base no orçamento disponibilizado pela concessionária Equatorial Energia, das quais 61 foram concluídas, 16 estão em andamento, 140 estão em fase de licenciamento e 73 em elaboração de projeto.

Na direção da **meta 7.2**, que estabelece até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional, o governo do Pará vem desenvolvendo estudos, projetos e aportado recursos, para a transição de uma economia de baixo carbono, compreendendo como fundamental para a mudança da matriz energética dos combustíveis fósseis para uma fonte de energia menos poluente, também visando contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos à proteção ambiental. Os investimentos do governo estadual para ampliação dos serviços de energia elétrica têm sido alocados também em tecnologias para prover novas formas alternativas de energias menos poluentes sustentavelmente renováveis, visando a diversificação da matriz energética.

No ano de 2023, por meio da Companhia Gás do Pará, empresa de economia mista, com 25.5% de participação acionária do governo do estado do Pará, foram concluídas as obras de instalação dos equipamentos na área operacional no município de Barcarena para recebimento do Gás Natural da empresa New Fortress Energy (NFE). Com isso, os gasodutos de distribuição para o setor industrial já estão prontos para distribuição, tendo sido investidos do orçamento estadual, um total de R\$ 12,87 milhões para consolidar esse sistema de distribuição de gás. Coerente com as **metas 7.2 e 7.b**.

A presença do Gás Natural consolidará a infraestrutura energética para dar suporte ao crescimento econômico e à social do Pará, favorecerá o Pará na atração de novos investimentos, além de aumentar a competitividade das indústrias que já estão em atividades. E sobretudo representa avanço nas metas ODS, relacionadas à agenda ambiental com maior preservação dos recursos naturais e colaborará para elevar a qualidade de vida.

Gás Natural



Convergente com os anunciados nas **metas 7.2 e 7.b**, quanto a manter elevada, até 2023, a participação de energias renováveis na matriz energética e até 2030 expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos, o governo do estado, em 2023, lançou o programa Energia Limpa, que visa produzir energia fotovoltaica, reduzindo a dependência de fontes de energia não renováveis e diminuir os custos da energia elétrica. Reforçando assim o compromisso do governo do Estado com o desenvolvimento sustentável.

A Usina fotovoltaica de 10MW, um projeto piloto no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, na capital paraense, representa um investimento de R\$60 milhões de reais. A Usina atenderá inicialmente 106 prédios públicos, mas o projeto almeja, até 2025, substituir a energia de todos os prédios públicos por energia solar. Também há previsão de serem construídas usinas solares nas demais regiões do estado para suprir os prédios públicos do interior. Será uma contribuição bastante aderente aos preceitos das **metas 7.2 e 7.b**. A economia propiciará benefícios ao setor público em função dos custos menores desse tipo de energia, o que também colaborará com o preconizado na **meta 7.1**



Obras de energia por todo o Pará

Programa Energia Limpa avança



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



OBJETIVO 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO**OBJETIVO 8.****Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.**

O ODS 8 reúne um conjunto de orientações e indica medidas de política econômica e social visando à promoção do crescimento econômico, com geração de emprego e redução das desigualdades.

Demonstra necessidades de intervenções de políticas públicas que promovam taxas de crescimentos contínuas do Produto interno Bruto (PIB), com estímulo e impulso às atividades produtivas, com incorporação de progresso tecnológico, ganhos de produtividade, concomitante com alcance do emprego pleno e justo, com direitos assegurados a todos.

É composto de 12 metas, sendo nove finalísticas, duas de implementação e uma que não se aplica ao Brasil, consequentemente ao Pará.

Desde 2019, a programação do governo do Pará está alinhada à Agenda 2030, com efeito, para o alcance das metas do ODS 8. Anualmente são ampliadas intervenções de políticas públicas, ações atividades, iniciativas e esforços que caminhem na direção do que preconiza este ODS8.

No ano de 2023, o Governo do Pará deu continuidade aos seus projetos tendo como propósitos, além de executar a programação já assumida em seu plano Plurianual (PPA) para o período 2019–2023, mas também com vistas a se aproximar do alcance das metas ODS 8. São medidas indutoras ao crescimento da economia com geração de emprego e renda. E políticas públicas inclusivas, que incentivam a expansão e proteção do emprego de jovens e vulneráveis

A maioria das medidas implementadas pelo Governo Estadual apresentadas a seguir, possuem transversalidade, com impacto e contribuição a várias metas do ODS 8, de modo que, será sinalizada a meta para a qual a realização governamental colaborou com maior intensidade.

Metas Brasileiras

Meta 8.1

Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.

Meta 8.2

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.

Meta 8.3

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

Meta 8.4

Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)

Meta 8.5

Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

Meta 8.6

Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados nem estudando ou em formação profissional

Meta 8.7

Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas

Meta 8.8

Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Meta 8.9

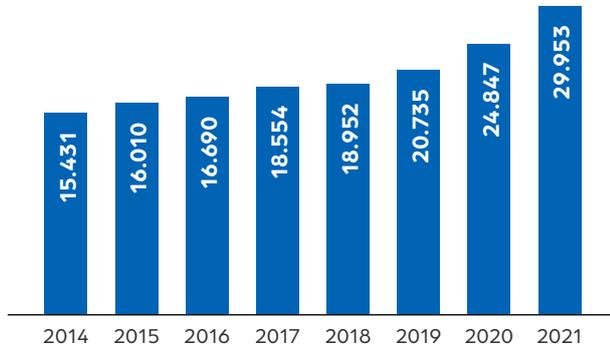
Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.

Meta 8.10

Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos

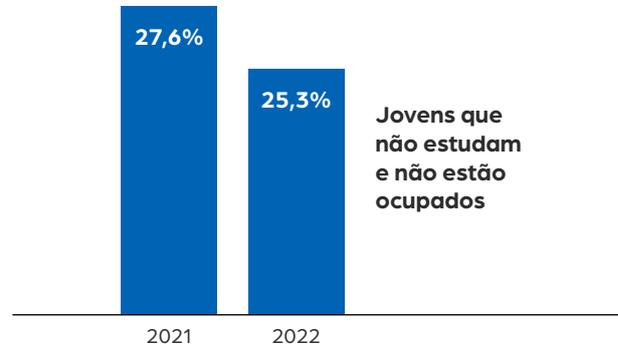
Onde estamos

Evolução do PIB Per Capita (R\$)



Fonte: IBGE/FAPESPA, 2023

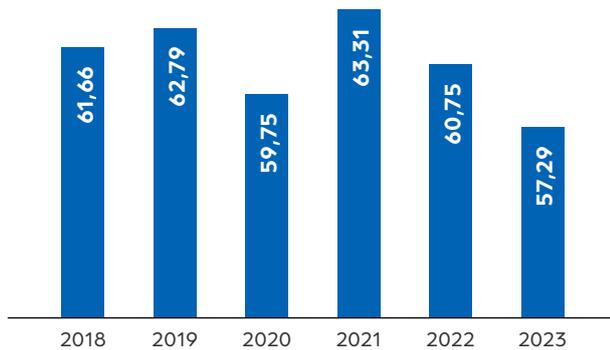
Jovens Nem-nem



Fonte: Fonte: IBGE/Síntese de Indicadores, 2024

Taxa de Informalidade (%)

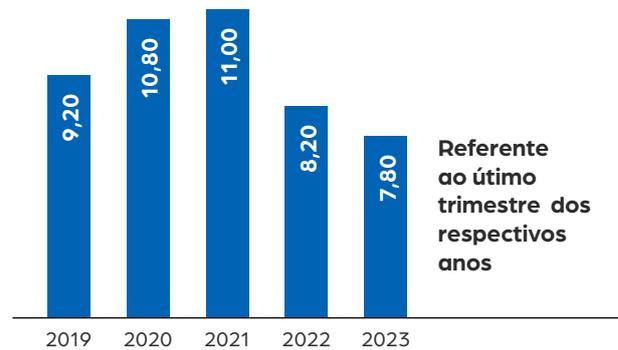
4º trimestre



Fonte: IBGE/Pnad Contínua, 2023.

Nota: Série atualizada para o 4º Trimestre de 2023.

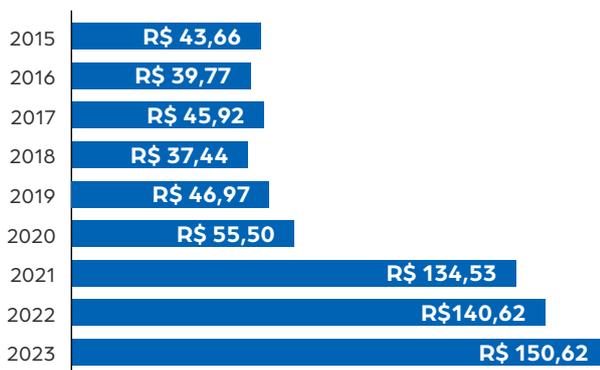
Taxa de Desocupação (%)



Fonte: IBGE/Pnad Contínua, 2023.

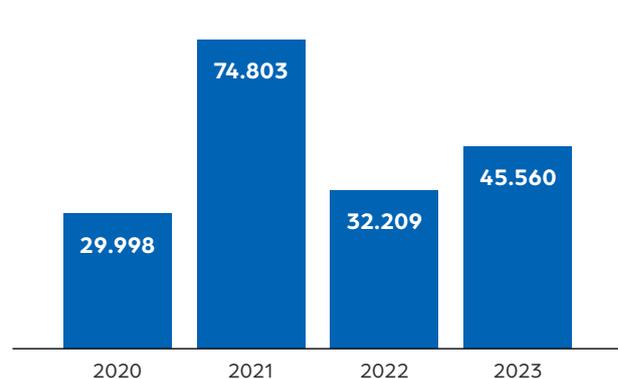
Nota: Série atualizada para o 4º Trimestre de 2023.

Dispêndios em CT&I (em milhões)



Fonte: STN/SICONF, 2023

Saldo de Emprego Formal



Fonte: ME/CAGED, 2024

O que fizemos

O ODS 8 se refere ao Trabalho decente e crescimento econômico, por meio da promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

No aspecto do crescimento econômico, o governo estadual implementou um conjunto de políticas e realizou investimentos, no ano de 2023, consubstanciados na execução de seu Programa Plurianual (PPA), tendo efetuado dispêndio de cerca de R\$ 1,963 bilhões para estimular e apoiar o desenvolvimento dos setores econômicos, fomentar a utilização e inovação tecnológica, ofertar infraestrutura e logística para melhorar e ampliar a produção. São medidas que viabilizam o crescimento da economia com aumento da capacidade produtiva e agregação de valor, cujos resultados somam na direção do alcance da **meta 8.1** (crescimento econômico), **meta 8.2** (Níveis elevados de produtividade) e **meta 8.3**. (Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação).

Alinhado à **meta 8.2**, em elevar o nível de produtividade da economia por meio da diversificação com agregação de valor, o governo do Pará executa de forma sustentável a política de desenvolvimento econômico, com destaque para o fomento à verticalização das cadeias produtivas dos minerais e do setor de gemas e metais preciosos e o apoio aos arranjos produtivos locais. Para executar esses propósitos, no ano 2023, os investimentos oriundos especificamente do orçamento estadual foram de aproximadamente R\$301 milhões

Em Ciência, Tecnologia e Inovação, o governo do Pará investiu R\$ 81,19 milhões com estratégias que tem impacto sobre a elevação da produtividade, modernização tecnológica e inovação dos setores produtivos do Pará, colaborando com as **metas 8.2 e 8.3**. Com destaque para o programa Desenvolvimento de Startups que apoia projetos agregadores à inovação e a cultura empreendedora como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. E incentiva às empresas capazes de promover a geração de negócios de maior valor adicionado, proporcionando alternativas de emprego com melhores salários e atraindo recursos humanos potencialmente qualificados.



**Bootcamp
GOVTECH**
impulsiona
startups

Considerando a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento da economia e capilaridade para geração de emprego e renda, consistente com os propósitos da **meta 8.3**, o governo implementa políticas públicas para apoiar a Micro e Pequenas Empresas nas 12 regiões de integração do Pará. São ações como promoção de eventos, participação das empresas em festivais, capacitação, formalização, incentivo ao empreendedorismo e concessão de crédito.

No que se refere à concessão de crédito, o instrumento de política econômica tem sido utilizado pelo estado como propulsor do desenvolvimento econômico e social. Esse apoio à micro e pequena empresa propicia a formalização e o fortalecimento dos negócios, além de aumentar o empreendedorismo e consequentemente promover a geração de emprego e renda.

No ano de 2023 foram liberados recursos no valor de R\$ 325 milhões pelo Banco do Estado do Pará, em 7.180 operações de crédito, nas modalidades, pessoa jurídica, no valor de R\$ 243 milhões, Banpará Comunidade, R\$ 43 milhões e no Produto Empodera R\$ 10,1 milhões, além das linhas Qualifica Pará, Fungetur, BNDES, Credito Produtor e CredTurismo



Banpará apoia empreendedoras paraenses



Empréstimos do Governo **impulsionam** empreendedores

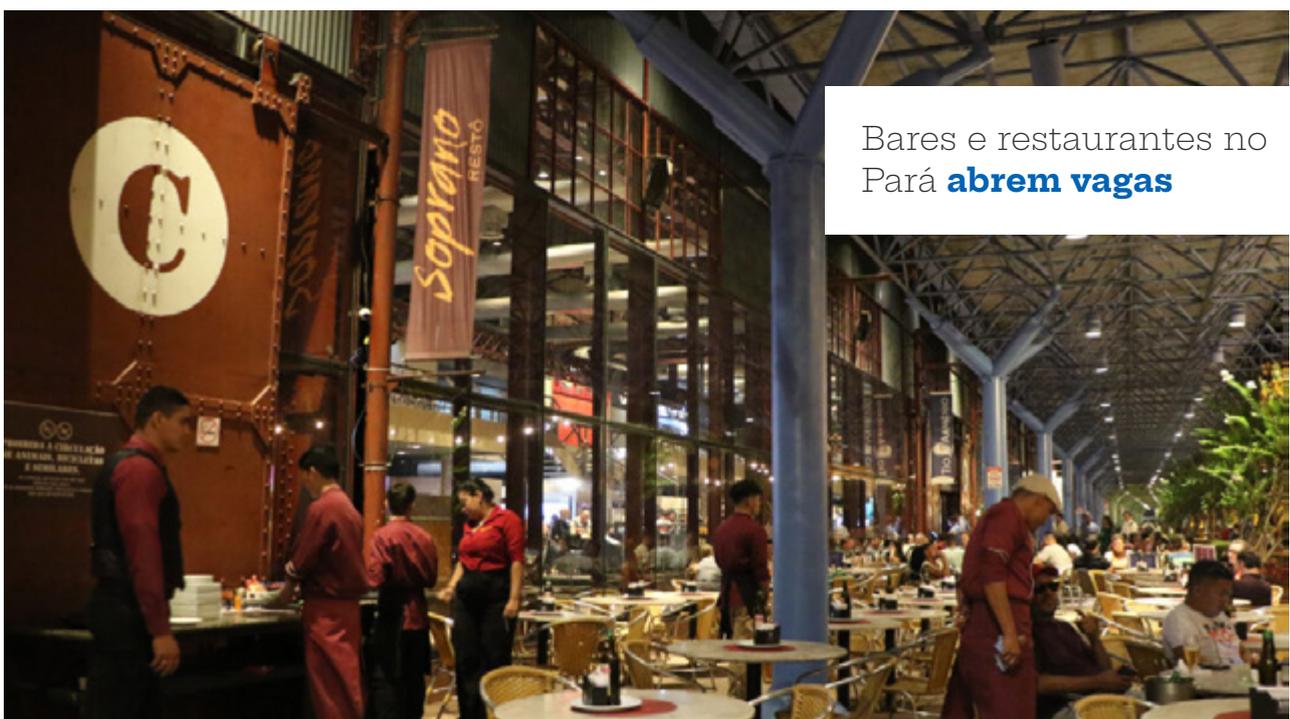


Comissão de incentivos fiscais aprovou projetos de seis empresas

A política estadual de incentivos permite a expansão de empreendimentos, fomenta a economia e geração de postos de trabalho, colaborando na direção do ODS 8, **meta 8.3**. São instrumentos que possibilitam dinamizar, verticalizar e estimular os empreendimentos contribuindo para o adensamento das cadeias produtivas. No ano de 2023, foram incentivadas seis novas empresas, nas áreas de conserva de frutas, polpa de açaí e derivados, produtos de material plástico, energia elétrica, liga metálica e ferroníquel, que geraram 2.006 novos empregos diretos,

somando as 182 empresas apoiadas com incentivos fiscais e financeiros.

Também colabora com a **meta 8.3**, bem como outras medidas de incentivo à formalização de empresas, o projeto de modernização do acesso mercantil. Com efeito, o registro de empresas passou a ser 100% digital, reduzindo o tempo de abertura de novos negócios, demonstrando avanços na eficiência e segurança do processo. Em 2023 foram constituídas e legalizadas mais 75 mil empresas.



Bares e restaurantes no Pará **abrem vagas**



Banpará Bio investe mais de R\$ 17 milhões

Na perspectiva de produção e consumo sustentáveis, conforme anunciado na centralidade da **meta 8.4**, o governo estadual busca reunir políticas ambientais e de desenvolvimento do estado, por meio da indução, apoio e incentivo de práticas produtivas sustentáveis. Por exemplo, o financiamento do Banpará-Bio, inserido no Programa Estadual Territórios Sustentáveis, integra o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), sendo uma das estratégias para fortalecer a produtividade no campo com a manutenção da floresta em pé. São aproximadamente R\$17 milhões para investimento em atividades produtivas sustentáveis no estado, tendo sido efetivadas 101 operações de crédito, em sua maioria, para pequenos produtores rurais, incluindo agricultores familiares, com destaque para a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e atividades agropecuárias sustentáveis.

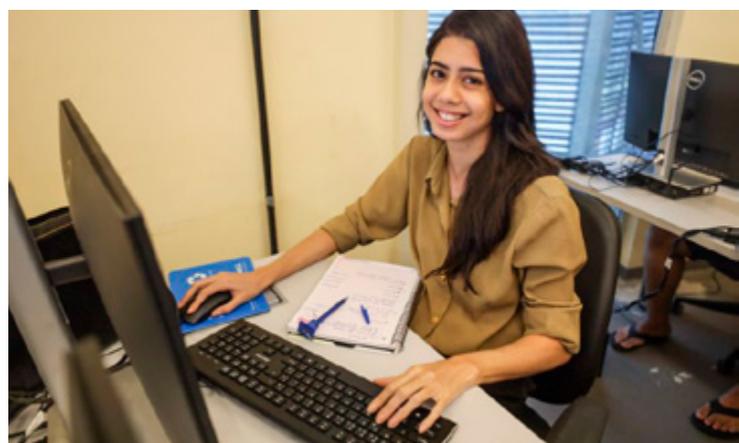
Atuar como indutor da economia, desenvolvendo estratégias propulsoras

do crescimento e da diversificação da matriz econômica, que resultem em esforços capazes de ampliar o mercado de trabalho com qualidade e igualdade de remuneração, propiciaram intervenções como oferta e concessão de crédito e linhas de financiamentos, apoio à economia criativa, obras de infraestrutura e qualificação profissional de trabalhadores e empreendedores. Constituem-se em estratégias potenciais para geração de emprego e renda expressas nos resultados sobre o mercado de trabalho estadual. Em 2023, foram criados 45.560 empregos com carteira assinada e a taxa de desocupação reduziu de 9,20% em 2019 para 7,8% em 2023, colaborando com a **meta 8.5** e também para a **meta 8.8** no tocante à redução do grau de descumprimento da legislação trabalhista.

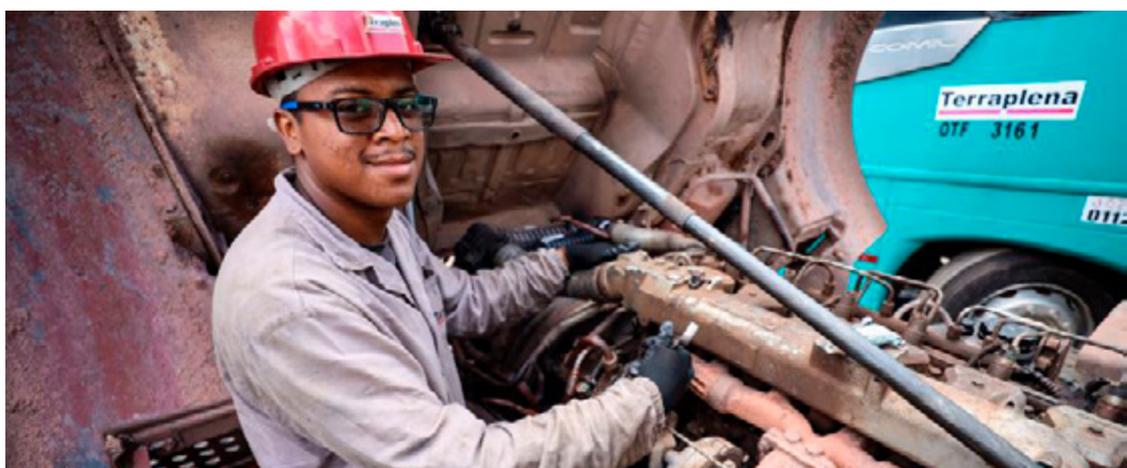
A **meta 8.6** sinaliza a necessidade de reduzir a proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação

profissional. Para o enfrentamento desse desafio, o governo do estado tem programado e executado um conjunto de programas e projetos de diversas políticas públicas. No Pará, a taxa apresenta-se expressivamente elevada, em 2023, o resultado apurado indica 25,30%; Dentre as realizações coerentes com os propósitos desta **meta 8.6**, destacam-se:

- **Pará Jovem, que se constitui de atividades direcionadas para inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade**, executadas pela Fundação ParáPAZ. Em 2023, o atendimento alcançou 8.222 jovens, com oficinas, palestras, workshop, cursos Além da emissão de 5.000 carteiras de identidades, assistência jurídica e psicossocial.
- **Viabilização de 235 cursos do nível superior ofertados e 84 jovens atendidos** com a realização do Curso de Tecnologia em Comércio exterior; **Intermediação das demandas por emprego entre trabalhadores e empregadores**, contribuindo para promoção e inserção desses cidadãos em vagas permanentes, temporárias, de aprendizes ou de estágios. Em 2023, foram colocados 10.181, trabalhadores, sendo 8.837 homens e 1.341 mulheres.
- **Escola de Formação e Liderança para a Juventude, coordenada pela Fundação ParáPAZ**, em todas as Usinas da Paz (Usipaz) na capital e no interior. Essa iniciativa promove ações e cursos direcionados à construção da cidadania, à qualificação profissional para jovens de 14 a 29 anos, fortalecendo sua preparação



Inserção de **jovens paraenses no mercado de trabalho**



para atuação no mundo do trabalho. Mais de 500 jovens participam, atualmente, do projeto, com acesso a informações e apoio para inserção socioproductiva.

- **Primeiro Ofício, lançado em 2019, gera oportunidade de inserção no mercado de trabalho para jovens entre 14 e 24 anos**, por meio da sensibilização de empresas que usufruem de algum tipo de benefício fiscal, a dedicar 30% das vagas do Programa Jovem Aprendiz a jovens que estejam em situação de vulnerabilidade. Desde que lançado, em 2019, cerca de 1.976 mil jovens foram inseridos no mercado, sendo 369 no exercício 2023.
- **Qualifica Pará, que em 2023, foram 1.452 turmas e 47 tipos de cursos, no ano vigente 11.360 educandos, ministrados nas 12 regiões de integração.** O investimento foi cerca de R\$ 60 milhões. Além da qualificação, o programa prevê um microcrédito para os educandos, visando contribuir para aquisição de equipamentos na estruturação do primeiro empreendimento.

A erradicação do trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, abordados na **meta**

8.7 representam desafios à gestão estadual. O enfrentamento envolve um conjunto de estratégias de proteção social integrada a investimentos em inspeção, vigilância, conscientização e policiamento, resultando no resgate de pessoas submetidas às condições análogas à escravidão.

A constituição do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em Condições Análogas às de Escravo no Pará (Funtrad), instituído por meio da Lei nº 9.952/2023 é um marco importante à promoção do trabalho digno e ao combate às formas de escravidão contemporânea. O Funtrad destina recursos para ações coordenadas na rede de promoção e proteção como apoio à reinserção social das vítimas, promoção da formalização do trabalho, dentre outros.

Na problemática do trabalho Infantil, o estado atua de forma articulada com órgãos e instituições governamentais e não governamentais, em ações de sensibilização e mobilização da sociedade para o enfrentamento e erradicação de violações de direitos, dentre elas, a do trabalho infantil.





Crianças e adolescentes amparados para o **cuidado e proteção**

Em 2023 foram realizados 14 eventos, destacando o Seminário Regional de Fortalecimento da Rede de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, nos municípios de Marabá, Belém, Paragominas, Capanema e Altamira; Dia Nacional de Combate ao Abuso e exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Simpósio do Termo de Cooperação nº 014/2019 pautado no compartilhamento de atividades e operacionalização de fluxos internos e

interinstitucionais para o cumprimento da Lei n.º 13.431/2017, instrumento que visa consolidar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.

A criação da Delegacia de Atendimento à Criança e ao adolescente (Deaca) constitui-se espaço institucional significativo para o atendimento, à proteção e defesa dos direitos das crianças em situação de vulnerabilidade e risco social.



Polícia Civil orienta a população sobre **prevenção de crimes contra crianças e adolescentes**

**Dia D de inclusão**

Sobre a **meta 8.8**, que visa reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, dentre as realizações efetivadas em 2023, registra-se o apoio ao Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (Ceterpa) garantindo a participação do controle social nas políticas sociais; a intermediação de pessoas desempregadas ao mercado de trabalho; contratação de 10.181 mil pessoas e inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, que fortalece a política pública direcionada à pessoa com deficiência, em observância à Lei 8.213/91 e a Lei de Cotas.

No ano de 2023, aproximadamente 60 empresas disponibilizaram mais de 248 vagas, para contratação de pessoas com deficiência (PcD), resultando na colocação de 154 pessoas no mercado de trabalho. Essa iniciativa foi realizada por meio do Centro Integrado de Inclusão Cidadã (CIIC), utilizando o Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Em colaboração à **meta 8.8**, a Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), por meio do Sistema nacional de Emprego (Sine)

e do Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), realizou um feirão de vagas de emprego para pessoas com deficiência (PCDs). A iniciativa, conhecida como o “Dia D de Inclusão”, teve como objetivo aproximar o público das empresas parceiras, promovendo oportunidade para desenvolvimento pessoal e profissional.

A **meta 8.9** sugere políticas públicas que promovam o turismo sustentável e responsável, acessível a todos, com oportunidades de emprego, melhoria na distribuição de renda e, ainda, a promoção da cultura e dos produtos locais. O governo estadual mantém ações estruturantes de promoção e fomento ao turismo como atividade econômica sustentável. Com esse fim, em 2023, realizou as seguintes ações convergentes com a **meta 8.9**

- **Apoio a 43 municípios para favorecer acesso a financiamentos e estratégias de políticas públicas.** Dentre as ações efetivadas, citam-se a adesão de Santarém ao Mapa do Turismo Brasileiro; apoio para realização de Seminários de Regionalização do turismo; formação de facilitadores de

planejamento de conselhos municipais de turismo nas regiões do Baixo Tapajós e de Carajás” e ainda, realização de Oficinas de Turismo Responsável nos municípios de Barcarena, Moju, Limoeiro do Ajuru e Cametá.

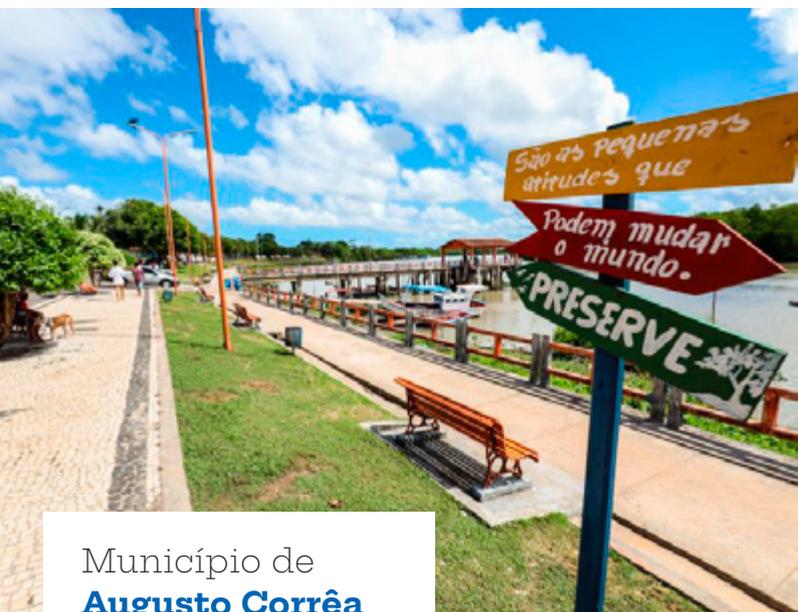
- **Apoio técnico e investimentos de R\$ 41,15 milhões para estruturação de 155 novos produtos turísticos;** apoio a eventos culturais, fiscalização e avaliação de produtos turísticos.
- **Implantação de quatro novos equipamentos turísticos,** quais sejam: Centro de Convenções em Santarém; Terminal de embarque e desembarque na Ilha do Combú em Belém; Muro de Arrimo e a Urbanização da Orla da Avenida Beira Mar em Salinópolis e Sinalização turística nos municípios de Curuçá, Maracanã, Marapanim, Vigia e São Caetano de Odivelas.
- **Manutenção e dinamização de equipamentos turísticos-culturais com investimento de R\$ 61,50 milhões:** Estação das Docas, Centro de Convenções e Feiras da Amazônia - Hangar, Mangal das Garças, Arena

Multiuso Guilherme Paraense e Parque Estadual do Utinga; Orla do Maçarico; Centro de Convenções Leonildo Borges Rocha.

- **Investimentos de R\$ R\$ 24,62 milhões na promoção e divulgação de produtos turísticos em mercados internos e externos,** como Priss Tirp, participação no World Travel Marketing Latin América (WTM), na Bolsa de Turismo de Lisboa, IV Aquafest, Expo Abav 50 anos, II Búfalos Goumert.
- **Qualificação e Capacitação de 88 Prestadores de Serviços Turísticos.**
- **Realização de 29 estudos e pesquisas para subsidiar instituições e empreendedores atuantes na área do turismo** com informações setoriais para fortalecimento, aumento de competitividade e diversificação do produto turístico. Dentre os resultados gerados: Pesquisas de Demanda Turística Nacional durante a Alta Estação; Projeto BI (Business Intelligence); Fortalecimento do Observatório do Turismo do Estado do Pará e Pesquisas de demanda turística em 15 municípios.



Ações da SETUR sobre **Turismo Responsável** percorre o Pará



Município de **Augusto Corrêa**



**Nova agência
Banpará** em São
João da Ponta

Alinhado à **meta 8.10**, que visa expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos, o governo do estado tem investido na expansão do acesso aos serviços bancários. Em 2023, a alocação de R\$1.520.000 foi direcionada para implantação de quatro agências, nos municípios de Gurupá, Novo Repartimento, Nova Esperança do Piriá, São João da Ponta. Com isso, são 130 agências, que cobrem 100% das regiões de integração e possibilitam a 98,44% da população paraense acesso aos serviços do Banco do Estado do Pará.



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA**OBJETIVO 9.**

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação



OBJETIVO 9.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

O ODS 9 tem como finalidade construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. O alinhamento dos eixos infraestrutura, indústria e inovação nesse ODS evidencia-se a partir dos esforços institucionais para o aumento da produtividade no alcance do desenvolvimento sustentável. É composto de oito metas, sendo seis finalísticas e duas de implementação.

A infraestrutura de transporte perpassa por todos os modais, integrando de intervenções como construção, conservação, reformas e ampliação de rodovias, hidrovias, aeroportos, portos, ferrovias, terminais para escoamento da produção e de passageiros. A indústria, principalmente a de transformação, tende a impactar mais significativamente nos níveis das atividades produtivas, gerando, por consequência, crescimento econômico, geração de emprego e renda. O desenvolvimento tecnológico e a inovação direcionadas ao apoio às atividades produtivas, possibilitam, também, aumentar a produtividade, com proteção ambiental geração de emprego e redução das desigualdades.

O planejamento estadual está correlacionado aos propósitos do ODS 9, na medida em que conjuga eixos de intervenção na ampliação de condições de logística e infraestrutura de transportes em diferentes modais e regiões (pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicinais, construção de terminais hidroviários etc.) a eixos da ciência, tecnologia e inovação, com ampliação da conectividade, apoio à pesquisa e inovação e às tecnologias de informação e comunicação, inclusive para produção em escala local e regionalizada.

Com um território de 1,24 milhão de km², maior estado brasileiro, após o Amazonas, com 14,6% da área brasileira, as questões abordadas pelo ODS 9 tornam-se ainda mais desafiadoras, pela extensão e diferenciação física de nossos rios e florestas. Em alinhamento ao ODS 9, o Governo do Pará executou o Plano Plurianual (PPA), no exercício de 2023, por meio de um conjunto de programas e iniciativas especificadas neste capítulo.

Metas Brasileiras

Meta 9.1

Aprimorar o sistema viário, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

Meta 9.2

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindo advindos.

Meta 9.3

Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados

Meta 9.c

Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação

e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

Meta 9.4

Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

Meta 9.5

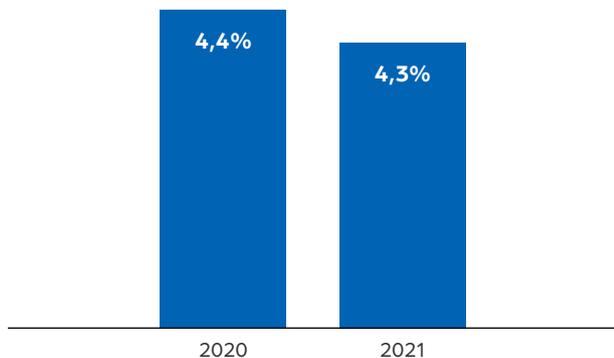
Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia.

Meta 9.b

Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

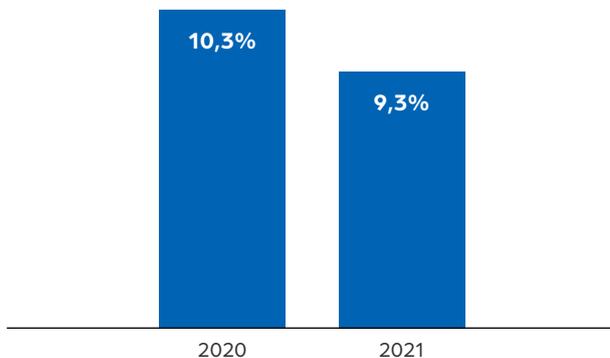
Onde estamos

Part % do VA da Indústria de Transformação no total do Valor Adicionado (VA) do Pará 2020-2021



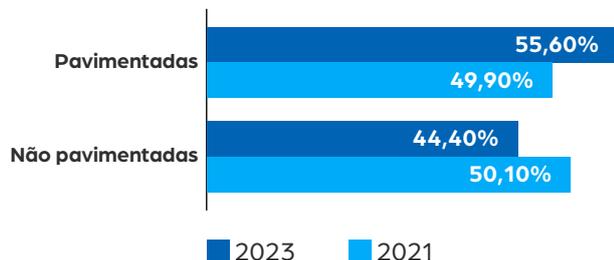
Fonte: Fapespa/IBGE, 2023.

Part % do VA da Indústria de Transformação no total do VA da Indústria do Pará 2020-2021



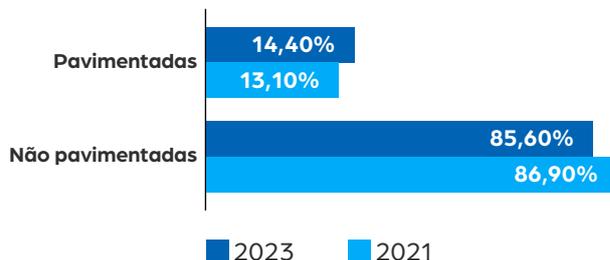
Fonte: Fapespa/IBGE, 2023.

Malha Rodoviária Estadual 2021 e 2023



Fonte: Setrans 2021 / Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SRE) 2023

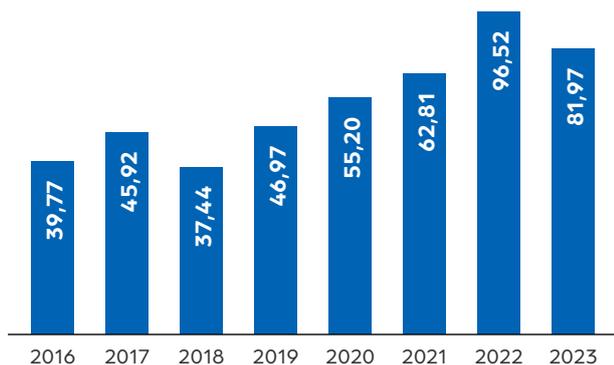
Rodovias Vicinais¹



Fonte: Setrans 2021 / Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SRE) 2023

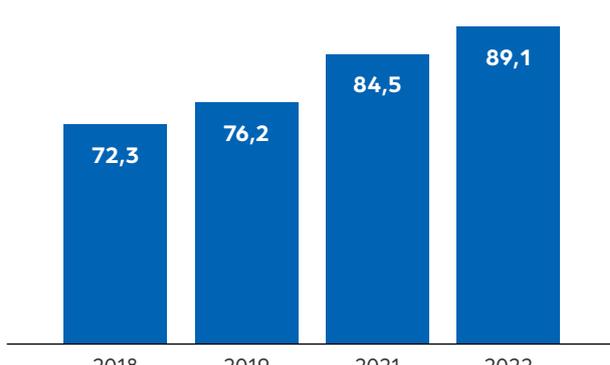
Nota¹: As rodovias vicinais são de gestão municipal, onde o Governo do Estado investe recursos de melhoria e manutenção destas.

Investimentos em Ciência e Tecnologia 2016-2023 (Em R\$ Milhões)



Fonte: Seplad-Sigplan

Distribuição percentual dos moradores (%) que havia utilização de internet no período de referência



Fonte: IBGE/PnadContínua, 2022.

Nota: Período de Referência – 4º Trimestre de cada ano.

O que fizemos

O Governo do Pará tem investido firmemente em infraestrutura pública de transportes (construção, restauração e manutenção de rodovias estaduais, portos e aeroportos), de parques industriais, de rede de comunicação digital e de inovação como bases para o desenvolvimento sustentável.

Ampliar e diversificar a infraestrutura em todos os modais de transporte de forma integrada é objetivo estratégico do governo no eixo da infraestrutura, para promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado. De 2021 a 2023, avançou-se cerca de 5% no total de rodovias pavimentadas. O governo estadual investiu, em 2023, um total de R\$ 1,6 bilhão em obras que contemplam os modais de transporte rodoviário e hidroviário, os quais incluem estradas, pontes e terminal de passageiros, entre outros projetos de infraestrutura de transporte, que se coadunam com a **meta 9.1** do ODS 9 " Aprimorar o sistema viário, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de

passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos".

Modal Rodoviário:

Em 2023, o governo estadual executou empreendimentos que além de fortalecer a infraestrutura rodoviária da região, demonstram o comprometimento do governo com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Entre eles, destaca-se:

- **PA 220, pavimentação asfáltica:** Trecho: Entroncamento rodovia PA136 – Encontro PA-395, subtrecho Km 22 até o Encontro PA-395, sub trecho entroncamento PA-136 – Km 22, com extensão de 22 km, no município de Marapanim, Valor total investido de R\$ 23 milhões
- **PA-287, pavimentação asfáltica, Trecho:** Entr. BR-158 / Perímetro Urbano de Cumaru do Norte, sub-trecho: Entr. BR-158 / PA-287, com extensão de 37,27 km, Valor Investido de R\$ 111,68 milhões.



Entrega de asfalto na **PA 220**

- **PA-254, no trecho da PA-439 / Vila Cipóal**, com extensão de 48,00 km, nos municípios de Óbidos e Oriximiná, valor investido de R\$ 106,18 milhões,
- **Rodovia PA-437, trecho Óbidos / PA 254**, com extensão de 8,70 km, no município de Óbidos, valor investido de R\$ 15,87 milhões,
- **Avenida Moaçara, trecho PA-370 / BR-163**, com extensão de 6 km, no Município de Santarém, investimento de mais de R\$ 17 milhões.
- **Rodovia PA-370, trecho Rod. Transuruará / Usina Curua – Una**, com extensão de 34,5 Km, no Município de Santarém, valor total investido de R\$ 128,94 milhões,
- **Rodovia PA-423, trecho Monte Alegre / PA-254**, com extensão de 40 km, no Município de Monte Alegre, valor total investido de R\$ 78,82 milhões.
- **PA-477, trecho PA-153, subtrecho Vicinal Armazém Castro / Piçarra**, com extensão de 13,30 Km, no município de Piçarra, valor Investido de R\$ 24,44 milhões.
- **PA-140, trecho Rio Guamá (Bujaru) / BR-316 (Santa Izabel do Pará)**, com extensão de 37,5 Km, no município de Santa Izabel do Pará, valor investido de R\$ 50,51 milhões
- **PA-124, com extensão de 48,15 km, no município de São Miguel do Guamá**, valor investido de R\$ 47,98 milhões
- **Duplicação da Avenida Ananin, com ciclovia, calçadas, drenagem, urbanização e arborização**, com investimento de R\$ 26 milhões, beneficiando diretamente a população da Região Metropolitana de Belém



Nova Avenida Moaçara, em Santarém

PA 423

totalmente asfaltada



No que se refere à conservação de rodovias, foram executadas 33 obras, correspondendo a 14 mil Km, em 52 municípios, com investimentos na ordem de R\$ 300,28 milhões.

Principais rodovias que receberam por procedimentos técnicos de manutenção e reparo, em 2023:

- PA-473 no município de Almerim; PA-255 nos municípios de Monte Alegre e Santarém; PA-419 no município de Prainha; PA-427 no município de Alenquer; PA-429 nos municípios de Óbidos e Curuá; PA-439 no município de Oriximiná;
- PA-469; PA-252; PA-251 e a PA-442 nos municípios de Salinópolis e São João de Pirabas;
- Av. Independência (Rod. Mário Covas / BR-316); Alça Viária (BR-316 / Rotatória PA-151); PA-402 (BR-316 / Aurá); PA-151 trecho Arapari / entrada PA-252;
- PA-481 trecho: Entr. PA-403 / Entre. PA-151; PA-483 no trecho: Vila do Conde / Entr. PA-151;
- PA-252, trecho colônia Velha / Entr. PA-475; PA-475, trecho: Entr. PA-252 / Entr. PA-256; PA-150, trecho: Entr. PA-256 / Goianésia;
- PA-150 perímetros de Moju a Tailândia; Perna Sul, trecho: Entr. Alça Viária / Entr. PA-252; PA-403, trecho Beja / Entr. PA-409;



Obras de
pavimentação no
Baixo Amazonas



Entrega de mais de **100 quilômetros de pavimentação** no Baixo Amazonas



Ponte sobre o rio **Alto Acará**

Em 2023, foram desenvolvidas pelo estado 39 obras de construção de pontes de concreto, perfazendo investimento de R\$ 168,83 milhões e repassados R\$ 49,65 milhões às prefeituras. Esse investimento resultou em um aumento de 4,93% no número de pontes em concreto construídas no ano, representando a construção de mais um mil metros de pontes, totalizando 21.320 metros de pontes em concreto armado para transportes de cargas e deslocamento de pessoas no território paraense. Considerando-se o tamanho e a configuração territorial, prover infraestrutura de pontes no Pará, em muitos locais, é determinante não somente para a economia, mas também para permitir o acesso das pessoas a equipamentos e serviços públicos, e ainda, para a integração entre municípios e regiões, como as a seguir relacionadas, que também convergem diretamente para **meta 9.1**:



Aurora do Pará ganha ponte de concreto com passarela para pedestres

- Ponte sobre o Rio Curuá-Una na PA-370 em Santarém e ponte sobre o Rio Tutuí no município de Uruará.
- Ponte sobre o Rio Fresco na PA -279, em São Félix do Xingu;
- Ponte sobre o Rio Alto Acará na rodovia PA-256 no município de Acará
- Ponte em vicinal de acesso a Vila dos Remédios, no município de Aurora do Pará;

Modal Hidroviário:

No Estado do Pará encontram-se duas das maiores bacias hidrográficas brasileiras: Amazônica e do Tocantins-Araguaia. Além de ser cortado por rios como Amazonas, Jari, Xingu, Tapajós e Tocantins, também se encontra no estado a maior ilha fluvial, Marajó. A utilização desse modal é primordial para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Assim, em alinhamento à **meta 9.1**, as principais iniciativas da gestão estadual em relação a esse modal, em 2023, foram:

- Terminal Hidroviário de Muaná. Investimento superior a R\$ 3,19 milhões, atenderá mais de 41 mil moradores locais e visitantes da cidade;
- Terminal Hidroviário de Bagre. Investimento de R\$ 3,72 milhões, beneficiando mais de 32 mil habitantes;
- Conclusão do Terminal hidroviário do município de Melgaço, beneficiando mais de 28 mil habitantes;
- Terminal Hidroviário do município de Afuá. Investimentos de R\$ 4,46 milhões, beneficiando mais de 40 mil habitantes;
- Terminal Hidroviário do município de Anajás, que irá beneficiar diretamente mais de 28 mil pessoas.



Novo terminal hidroviário de Muaná, no Marajó



Novo terminal hidroviário de Anajás, no Marajó



Novo terminal hidroviário de Bagre, no Marajó

Também colaborando a **meta 9.1**, em 2023, por meio dos investimentos realizados na ordem de R\$101 milhões, deu-se continuidade às obras de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém, alcançando bairros de maior população, com realização de trabalhos de asfaltamento, terraplanagem, instalação de calçadas e ciclofaixas, revitalização urbana, implementação de cinco passarelas metálicas, construção de pontes de concreto, entre outros serviços.

A **meta 9.2** preceitua “Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindo”.

Com o propósito de induzir o desenvolvimento de empreendimentos industriais no estado, o governo do Pará, em 2023, atuou desde o suporte às micro e pequenas empresas, incentivando a produção local até o desenvolvimento dos polos industriais, com objetivo de gerar empregos e aumentar a renda no setor, promovendo o crescimento econômico e a sustentabilidade das comunidades locais.

O apoio ao setor de indústria configurou-se em ações de estímulo ao desenvolvimento local, promoção de oportunidades de negócios, expansão de conhecimentos e networking, etc. Dentre esses apoios, destaca-se a realização do Seminário do Cooperativismo Agropecuário Paraense; a capacitação e qualificação de empreendedores nas áreas de manipulação do açaí, de artesanato em juta, de empreendedorismo, de geração de negócios; visitas técnicas às indústrias de beneficiamento de pescado, à Companhia Têxtil de Castanhal, e a empreendimentos industriais de beneficiamento de cacau, piscicultura e açaí. Para este setor, destaca-se a entrega de mais de 600 equipamentos de despoldadeiras de açaí.



Apoio ao **setor industrial no Pará**



Quatro trechos da **macrodrainagem da Bacia do Tucunduba**, em Belém

O governo estadual, por meio da concessão de créditos e incentivos fiscais, gera impactos positivos importantes na direção das **metas 9.2 e 9.3**, nesta última, sobretudo quanto a aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas.

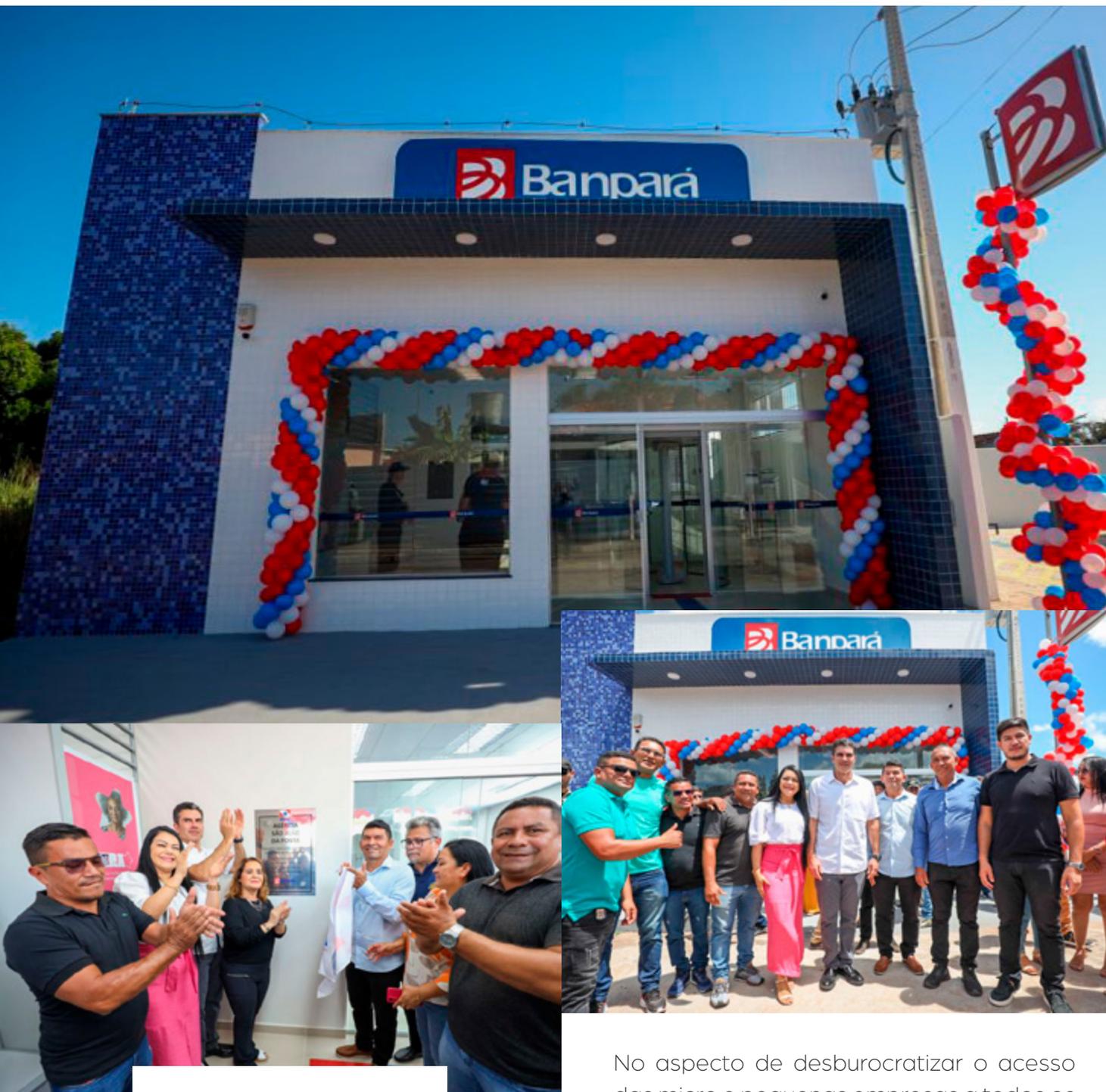
No ano de 2023, as linhas estaduais viabilizaram 7.191 créditos, tendo sido liberados R\$ 296 milhões, em linhas específicas para empreendedores e viabilizadas 182 concessões de incentivos fiscais e financeiros para os setores empresariais alimentício, agroindústria,

fabricação de adubos e fertilizantes, construção civil, móveis, siderurgia, artefatos de cimento e indústria em geral.

Continuando as complementaridades e transversalidade para o alcance das **metas 9.2 e 9.3**, cita-se ainda o Crédito do Produtor, um fundo de incentivos financeiros, que financia projetos inovadores e estratégicos para a diversificação, modernização e transformação da base produtiva do estado e promove a preservação e recuperação do meio ambiente. Em 2023, foram deferidas para financiamento 24 cartas consultas, atividades nas áreas rural, florestal, industrial, agroindustrial, mineral e turística.

Políticas de incentivo fiscal do Governo **fortalecem a indústria**





Nova agência do Banpará em **São João da Ponta**

No aspecto de desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, além de proporcionar serviços e fomento aos micros e pequenos empreendedores consoante com a **meta 9.3**, foram entregues cinco novas agências do Banco do Estado do Pará, com investimento de R\$ 1,5 milhão, com isso, o Banco do Estado já atua fisicamente em 140 municípios, onde residem 98,5% da população do Estado.



Estado impulsiona desenvolvimento com zona de processamento e exportação

Sobre a **meta 9.4**, quanto ao aspecto de modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, a alocação de recursos pelo governo estadual, de R\$ 5,13 milhões, no ano de 2023, incentivou a instalação e recuperação de áreas industriais. A exemplo das realizações nos Distritos Industriais de Castanhal, Breves e de Santarém. Também com relevância, a Zona de Processamento de Exportações de Barcarena- ZPE, que finalizou as etapas exigidas pelo Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), incluindo o Plano de Negócios, com viabilidade econômica e financeira, licenciamento ambiental, renovação do projeto de alfandegamento e conclusão de obras de infraestrutura.

Compreendendo a importância da tecnologia e inovação para o

desenvolvimento sustentável, o governo do Pará destinou R\$ 81,7 milhões para o fortalecimento, integração, consolidação e ampliação da política de CT&I no estado. Investimentos que possibilitam melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, fomento à inovação e o acesso ao conhecimento científico e tecnológico à população, indo ao encontro das recomendações das **metas 9.5, 9.b e 9.c**.

Especificamente sobre a **meta 9.5**, que estabelece: "Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia", destaca-se a

concessão de 1.930 bolsas de pesquisa em diferentes modalidades, tendo sido investidos R\$ 22,71 milhões, com bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisador visitante. Dentre os projetos, destaca-se a concessão de Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará). E, ressalta-se também, investimentos no projeto de desenvolvimento de cadeias produtivas e mudanças climáticas. Outro destaque, o Programa de Desenvolvimento de Empresas Inovadoras – Startup Pará, com investimentos em 2023, de R\$ 9,30 milhões, nas atividades de apoio às empresas inovadoras e promoção na criação de diversos produtos com tecnologia.

Em 2023, foram incentivados 57 eventos científicos e tecnológicos, com investimento de R\$ 4,6 milhões. Dentre estes, cita-se: Fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); VI Feira Técnico – Científica do IFPA; IX Seminário de Iniciação Científica; VII Simpósio de Simulação Computacional

e Avaliação Biológica de Biomoléculas na Amazônia; VI Seminário sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade; XIV Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade, entre outros.

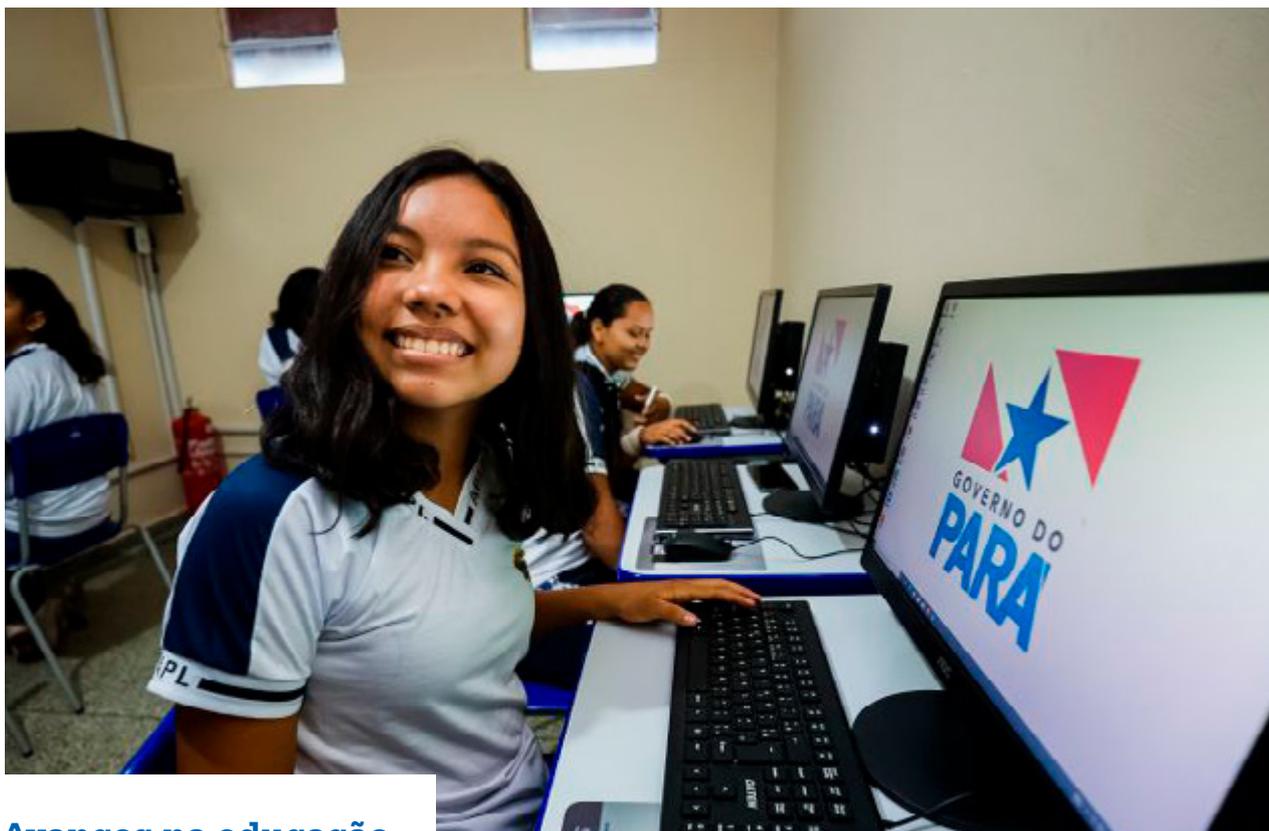
Para o fomento à pesquisa, iniciativa científica, tecnológica e inovação, foram aplicados R\$ 32,78 milhões, em 182 projetos em diferentes áreas, a exemplo do Projeto de iniciação científica “Forma Pará”.

O fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação contribuiu para a **meta 9.b** dado que recomenda “Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacional, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities”.



Mais de **R\$ 433 milhões investidos** em bolsas de pesquisa





Avanços na educação pública e valorização profissional

Na direção da meta da **meta 9.c**, quanto a aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, o governo estadual desenvolveu o Projeto Web na Escola, parte do projeto de expansão da Rede de Telecom do Estado voltado à educação pública. Em 2023, foram investidos R\$ 11,23 milhões com expansão para mais 326 acessos à internet implantadas em escolas públicas, em vários municípios;

Em 2023, foram aplicados R\$4,9 milhões na ampliação da rede de telecomunicação de dados, com aumento de 79 novas unidades conectadas por meio dos serviços de expansão da rede de telecomunicação de dados, implantação de fibra ótica, instalação e troca de rádios, dentre outros.



Caravana da ciência e tecnologia em Castanhal

Também aliado à **meta 9.c**, em 2023, foram investidos R\$ 5,83 milhões na manutenção de Parques e Polos Tecnológicos, iniciativa do governo do estado, que tem por objetivo o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e a geração de renda, a partir de arranjos institucionais e investimentos em biotecnologia e bionegócios, a exemplo do projeto Caravana da Ciência e tecnologia, executados nos municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Santa Izabel do Pará e Vigia.



OBJETIVO 10.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



OBJETIVO 10.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

O ODS 10 é um compromisso global para reduzir as desigualdades em todas as suas formas. No Pará, essa missão se traduz em ações e programas que visam garantir igualdade de oportunidades e inclusão social para todos os cidadãos, em diferentes áreas como renda, habitação, saúde, educação e cultura.

Este ODS está estruturado em 10 metas, sendo 6 finalísticas e 4 de implementação. Para alcançar essas metas, o governo do estado implementa diversas estratégias e ações, como: políticas de redistribuição de renda; ampliação dos programas de proteção social; combate ao racismo e à discriminação em todas as suas formas; promoção da inclusão de pessoas com deficiência e acolhimento a refugiados e migrantes.

Metas Brasileiras

Meta 10.1

Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.

Meta 10.4

Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Meta 10.2

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

Meta 10.7

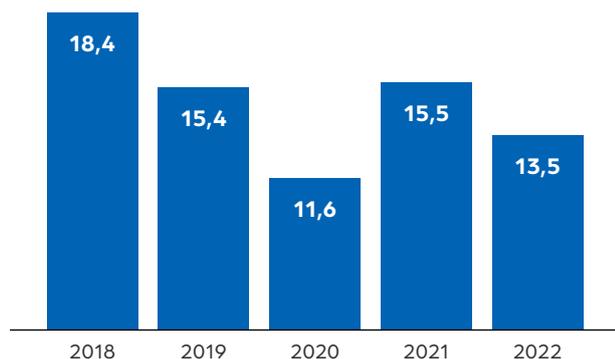
Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.

Meta 10.3

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

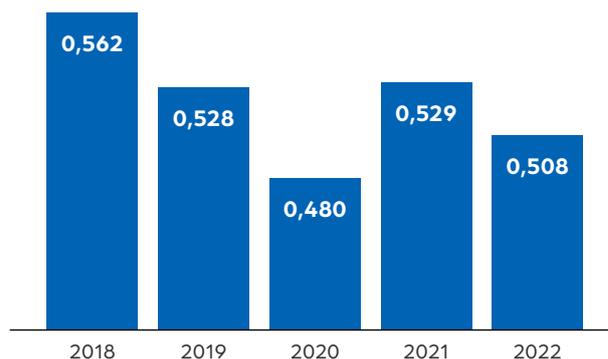
Onde estamos

Relação entre o Rendimento Médio dos 10% com Maiores Rendimentos e os 40% com Menores Rendimentos



Fonte: IBGE-PnadContinua, 2023.

Índice de Gini do Estado do Pará 2018-2022



Fonte: IBGE-PnadContinua, 2023.

O que fizemos

O ODS 10 traduz os desafios que envolvem o enfrentamento das diversas formas de desigualdades globais e nacionais. Considerando a dimensão territorial do estado do Pará e o contexto amazônico, a partir das históricas disparidades e potencialidades regionais, o governo Estadual adota programas específicos e intersetoriais para enfrentamento e mitigação das situações históricas de vulnerabilidades sociais espelhados nos indicadores socioeconômicos e ambientais.

Ressalta-se que a dimensão do referido ODS requer mudanças estruturais e convergência de diferentes políticas públicas, arranjos regulatórios e pactuações em diferentes níveis federativos. Com efeito, as ações e iniciativas são originárias de ações estratégicas, planos setoriais e políticas nacionais e estaduais, cuja contribuição detalhada às metas do ODS 10 estão dispostas também nos ODS 1; 2; 3; 4; 5, 16 e 17.

Em consonância à **meta 10.1**, que trata da melhoria de renda da população mais vulnerável, destacam-se também os programas de transferência de renda apontados ao ODS 1, meta 1.1, como o Programa Bora Belém, uma iniciativa de transferência de renda conjunta do Governo do Estado do Pará e da Prefeitura

de Belém. Em 2023 o programa beneficiou um total de 17 mil famílias e indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza em Belém, com impacto na vida de milhares de pessoas, visto que cada família ou indivíduo recebeu um auxílio mensal que variava entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00.

Contribuindo para a **meta 10.2**, que busca empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, destaca-se o Programa “Sua Casa”, criado em conformidade com a Lei nº 8.967/2019 e formalizada pelo Decreto Nacional nº 553/2020. Através da concessão de benefícios para construção, ampliação, reforma ou aprimoramento de moradias, o programa promove o acesso à moradia digna, um direito fundamental e essencial para o bem-estar das famílias. Cabe salientar que a moradia adequada é fundamental para a saúde, segurança e bem-estar das pessoas. Os benefícios observados na saúde têm relação com a redução de risco de doenças e infecções associadas a condições precárias de habitação.

Em 2023 o Governo do Estado investiu R\$ 28 milhões neste programa, beneficiando aproximadamente 29.182 famílias em 113 municípios.



**Programa
Sua Casa**

As Usinas da Paz (UsiPaz), integrantes da estratégia TerPaz, se consolidam como espaços de cidadania de extrema relevância para a sociedade paraense, alinhadas também à **meta 10.2** do ODS 10. Ao reunir ações e serviços do poder público e de instituições parceiras esses equipamentos sociais contribuem diretamente para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da inclusão social, em consonância com os seguintes aspectos:

- **Combate à vulnerabilidade social**, por meio da oferta de serviços como

atendimento jurídico, psicológico e social, além de cursos de educação formal e informal, promovendo o empoderamento individual e coletivo, além de ascensão social.

- **Geração de oportunidades, através da oferta de atividades de qualificação profissional, esporte e lazer**, promovendo a inclusão social e a geração de oportunidades, especialmente para jovens em situação de risco, combatendo a criminalidade e a exclusão social.

Usinas da Paz



Em 2023, a inauguração da Usina da Paz Guamá, em Belém, elevou o total para nove UsiPaz em funcionamento. Distribuídas pelas regiões do Guajará (Belém, Ananindeua e Marituba) e Carajás (Canaã dos Carajás e Parauapebas), as UsiPaz realizaram cerca de 2,2 milhões de atendimentos em 2023, oferecendo uma gama completa de serviços essenciais para a população.

Outra iniciativa importante que contribui para o alcance das **meta 10.1 e 10.2** é o Benefício Estadual de Pessoas Acometidas pela Hanseníase (BEPAH), destinado à promoção de pessoas na garantia da segurança social e da renda digna para pessoas com hanseníase no Pará, que busca empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades. Em 2023, foram cerca de 2.000 pessoas e o investimento de R\$ 21,5 milhões.

Em 2023, a implementação de ações voltadas às Pessoas com Deficiências (PcD), que visam promover a inclusão sociocultural, digital e produtiva e assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais de pessoas com deficiência (PcD) e de seus familiares em suas comunidades. Neste sentido, o Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC) demonstra forte compromisso com a **meta 10.2** do ODS 10, que busca empoderar e incluir todos os indivíduos, independentemente de suas características, para que participem ativamente da sociedade e a **meta 10.3**, que visa "Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

No CIIC são disponibilizados serviços de Acolhimento e Triagem, Inserção no Mercado de Trabalho, Orientações para o Programa SUA CASA; Atendimentos Odontológicos e Atendimento em Libras.

Destaca-se a iniciativa estadual Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos que congrega a rede de serviços e integração institucional em 11 Regiões de Integração, entidades, contribuíram significativamente para o cumprimento das **metas 10.2**. Em 2023 cerca de 42.062 pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo mulheres, homens, crianças, jovens, adultos e idosos, receberam documentação civil, orientação jurídica, atendimento psicossocial e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Com a participação importante da Defensoria Pública, o conjunto de parcerias que envolveu prefeituras, cartórios, associações, centros comunitários, líderes locais e Câmaras Municipais facilitou o acesso à justiça para a população em situação de vulnerabilidade, garantindo

seus direitos e promovendo a igualdade de oportunidades.

Outra dimensão priorizada é a educacional, pautada no acesso universal à educação de qualidade desde a infância, com foco na inclusão e na redução das disparidades educacionais. Neste sentido, é importante salientar que o ano de 2023 foi marcado por investimentos em ações estratégicas que apresentam convergência com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 da Agenda 2030. Em 2023 houve Investimento de R\$ 7,5 bilhões na Educação Básica, o que se constitui em uma aplicação financeira expressiva demonstrando o compromisso com a educação de qualidade para todos, especialmente para os mais.

Entre as iniciativas relevantes para o enfrentamento multicausal das desigualdades é o programa "Alfabetiza Pará", destinado aos alunos dos anos iniciais da rede pública, que visa garantir o acesso universal à educação de qualidade, combatendo o analfabetismo e promovendo a inclusão social. Alinhada à **meta 10.2**, que busca empoderar todos os indivíduos e eliminar as desigualdades. Outra atividade do programa foi a formação continuada dos profissionais da educação (Professores e Gestores Escolares) e disponibilização de materiais didáticos de qualidade para todos os alunos, independentemente da escola que frequentam garantindo ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, contribuindo também para o alcance da **meta 10.3**, que busca reduzir as disparidades de oportunidades na educação.

Ainda alinhado às **metas 10.2 e 10.3** do ODS 10, o investimento de R\$ 200 milhões pelo governo estadual na educação em tempo integral demonstra um compromisso

concreto com a redução das desigualdades e a promoção de uma educação de qualidade para todos. Em 2023, essa iniciativa beneficiou cerca de 18 mil alunos em 82 escolas do Estado, contribuindo para a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

O programa de educação em tempo integral vai além das aulas tradicionais, oferecendo aos alunos:

- **Maior permanência na escola:** mínimo de sete horas diárias ou 35 horas semanais, distribuídas em dois turnos;
- **Atividades extracurriculares:** oficinas, esportes, cultura e muito mais;
- **Desenvolvimento integral:** foco na formação de cidadãos conscientes e protagonistas do seu futuro;

Estado sancionou sistema de **bonificação para estudantes e servidores da educação**



- **Ensino de qualidade:** aprimoramento das práticas pedagógicas e diretrizes curriculares atualizadas;

Entre os benefícios, pode-se citar:

- **Diminuição da evasão escolar;**
- **Melhor desempenho educacional, com resultados mais expressivos em avaliações;**
- **Jovens mais preparados para o mercado de trabalho;**
- **Formação de indivíduos críticos e participativos;**



Estudantes da rede estadual de ensino **premiados após bom resultado no Enem**

Com efeito, a associação entre os níveis educacionais, a empregabilidade e renda adequada da população economicamente ativa é fundamental para a redução das desigualdades. Essa premissa move a implementação de programas de formação, qualificação e requalificação profissional, intermediação e políticas

ativas de trabalho e renda de modo a contribuir para a inserção e reinserção de pessoas no mundo do trabalho. Em 2023 foram realizadas as seguintes ações:

- **Realização de cursos profissionalizantes para 7839 alunos em oito Regiões de Integração**, em parceria com o Programa

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), nas modalidades ensino médio-integrado, educação de jovens e adultos (Proeja). Investimento de R\$ 147 milhões.

- **Atendimento de 3164 pessoas em ações de Qualificação profissional às Potencialidades Locais** abrangendo onze regiões de integração, em cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) e Educação à Distância (EAD), com a execução de 75 cursos em parcerias com organizações do Sistemas S (Senar, Senac, Senai) e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Investimento de R\$ 10,2 milhões. Ressalta-se que o público prioritário integra segmentos atendidos pelos programas e equipamento sociais como as Usinas da Paz (2.540), os socioeducandos da Fasepa (79) e os custodiados em cumprimento de medidas judiciais da Seap (589).
- **Realização do Projeto “Empodera Mulher”** com formação multiprofissional de 241 mulheres em situação de vulnerabilidade social

Em contribuição à meta 10.4, que visa reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social, destaca-se, em 2023:

- **Concessão de aumento aos servidores da educação**, em 15% no piso salarial dos professores do magistério e estabelecimento do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para o pessoal administrativo da rede estadual de ensino.
- **A promulgação da Lei 10.046/2023, que visa suprir a carência de profissionais qualificados para educação indígena**, autorizando a contratação de professores e técnicos para atuarem na educação

escolar indígena em todo o estado, reconhecendo essa modalidade educacional oficial, conforme diretrizes do Ministério da Educação (MEC), e busca atender às necessidades educacionais das comunidades indígenas, oferecendo ensino infantil, fundamental e médio com respeito à sua cultura e identidade.

- **Visando à materialização da política de promoção, proteção e garantia de direitos de todas as mulheres do Estado do Pará**, importantes resultados foram alcançados, iniciando pela criação da Secretaria das Mulheres (SEMU).

Em 2023 o governo do estado realizou ações que visam promover a migração segura, garantindo o reconhecimento dos direitos dos migrantes refugiados, contribuindo para o atingimento da **meta 10.7** dos ODSs. Neste exercício foram atendidos 345 refugiados migrantes, sendo 128 mulheres e 217 homens. Dentre os atendidos, a maioria eram homens (62,90%) entre 40 e 49 anos, venezuelanos (141) e cubanos (125).

As principais demandas atendidas foram:

- **Regularização documental** – solicitação de refúgio ou residência, renovação de protocolo de solicitação de refúgio ou residência, agendamentos para atendimento na Polícia Federal, emissão de CRNM, CPF e CTPS digital.
- **Demandas socioassistenciais** – apoio emergenciais de alimentação e abrigo, inscrição no CadÚnico e acesso a benefícios de transferência de renda.
- **Atenção à saúde básica e especializada, e inserção socioproductiva** – apoio para elaboração de currículo e encaminhamentos para cadastro no SINE e Gestor Consultoria.



OBJETIVO 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



OBJETIVO 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Neste capítulo serão apresentadas as contribuições do governo estadual para o alcance das metas do ODS 11 que trata das necessidades de transformar as cidades e assentamentos humanos em espaços urbanos sustentáveis, inclusivos, seguros e resilientes.

O ODS 11 é composto de 10 metas, sendo seis finalísticas e quatro de implementação.

Objetivando contribuir para o alcance do ODS 11, as políticas públicas, programas e ações que o governo do Pará realiza convergentes metas deste ODS são: Programa de Desenvolvimento Urbano; Programa Sua Casa, Oferta, Construção e Melhoria de Unidade Habitacional; Urbanização de Assentamentos Urbanos; Regularização Fundiária; Política Estadual e realização de obras de Saneamento Básico, Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas, Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém, Programa Asfalto por Todo o Pará; Projetos de mobilidade urbana; Implantação do Sistema integrado de transporte da Região Metropolitana; Projetos de Preservação, implantação e Revitalização de Espaços Culturais; Apoio aos Municípios na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano; Projeto Escolas da Paz e Polo de inclusão pela paz

As metas nacionais referentes ao ODS 11, às quais observou-se contribuições da gestão estadual no exercício de 2023, vinculadas à construção e o planejamento de cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes são apresentadas a seguir.

Metas Brasileiras

Meta 11.1

Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Meta 11.2

Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Meta 11.3

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

Meta 11.4

Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.

Meta 11.5

Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas

afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

Meta 11.6

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Meta 11.7

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

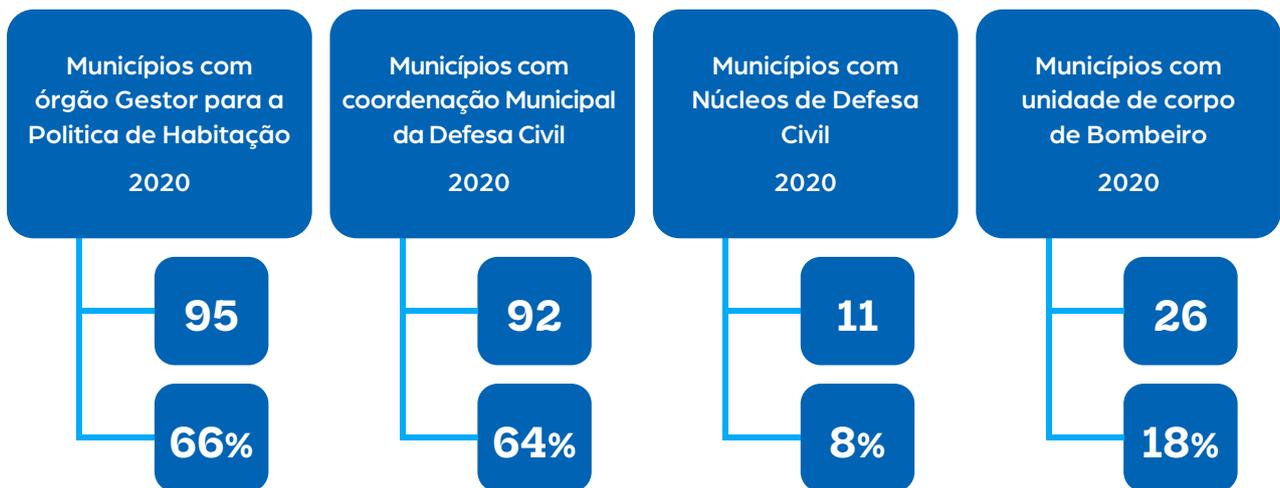
Meta 11.a

Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.

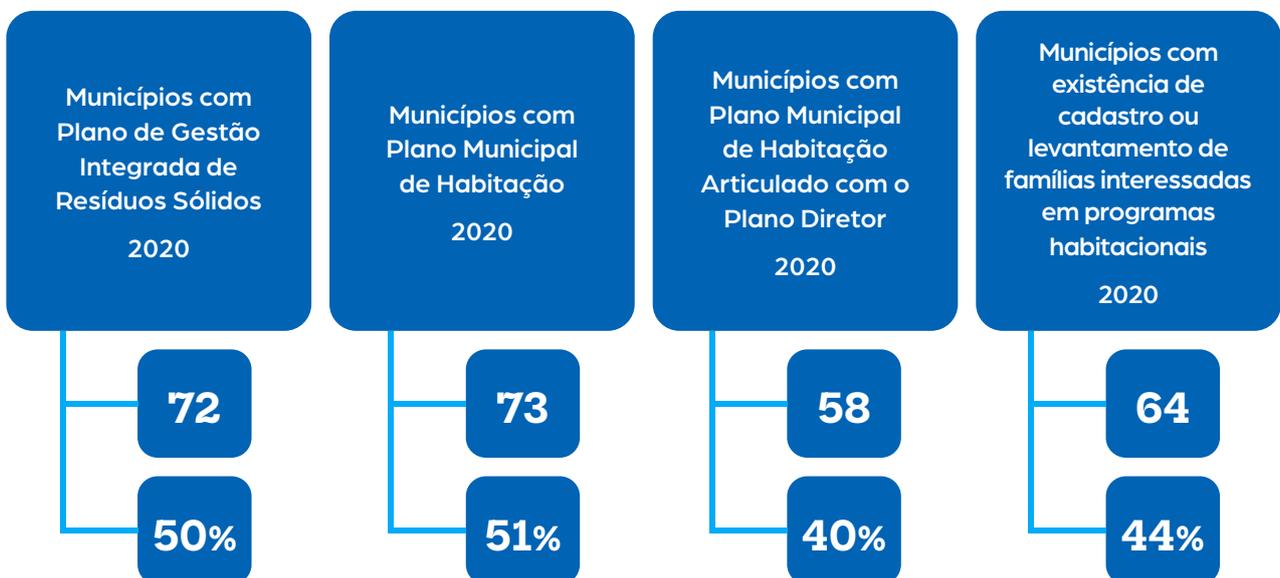
Onde **estamos**



Fonte: IBGE/Munic, 2020

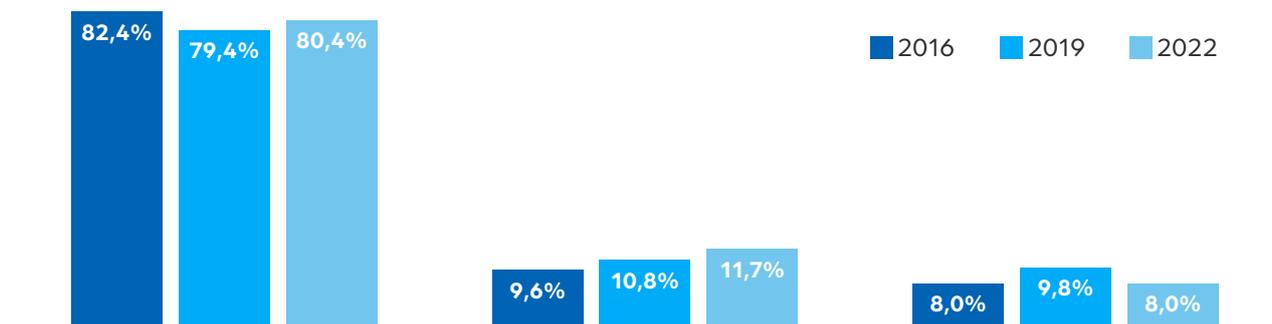


Fonte: IBGE/Munic, 2020



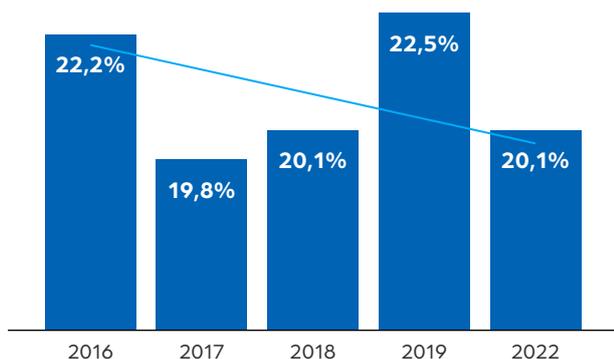
Fonte: IBGE/Munic, 2020

Distribuição das Pessoas por Condição de Ocupação do Domicílio 2016, 2019, 2022.



Fonte: Fonte: IBGE/PNAD – Contínua, 2022

Proporção de Pessoas residindo em domicílios com ônus excessivo com aluguel - 2016 - 2022



Fonte: Fonte: IBGE/PNAD – Contínua, 2022

Nota: (1) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel igual ou supera 30% do rendimento domiciliar

O que fizemos

A **meta 11.1** aponta a necessidade de garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade. Neste aspecto, o governo do Pará adota políticas públicas de desenvolvimento urbano aderente a esta meta, cujas principais realizações, em 2023, estão especificadas a seguir.

O Programa Social **Sua Casa**, de iniciativa do governo estadual ofertado a famílias de baixa renda, oferece concessão de benefícios econômicos, destinado à construção, reforma, ampliação, melhoria ou adaptação de unidade habitacional, pagamento de serviços,

além da concessão de benefícios fiscais a empresas fornecedoras de material de construção. Prioritariamente tem como público alvo, famílias que vivem em situação de risco social, de extrema pobreza, vítimas de sinistro, como incêndios, enchentes, vendavais, desabamentos, entre outros. O programa atende também idosos, famílias de pessoas com deficiência, entre outros segmentos técnicos. Em 2023, foram investidos R\$ 28 milhões e atendidas 29.182 famílias, abrangendo 113 municípios nas 12 Regiões de integração. Com destaque para os municípios de Santarém, com 769 domicílios beneficiados, Marabá (918), Parauapebas (509) Ananindeua (1.787), Belém (3.691), Santa Izabel do Pará (503) e Santa Maria do Pará (520) e Soure (533).



Famílias beneficiadas pelo **Programa Sua Casa**



Asfalto por todo o Pará

Mais de R\$ 3 bilhões investidos em infraestrutura

Outra iniciativa do governo estadual, o **Programa de Regularização Fundiária Urbana** estabelece normas para ocupações informais em áreas urbanas, integrando os centros urbanos informais ao planejamento territorial urbano e assegura a propriedade legal das famílias de baixa renda, promovendo a regulamentação dos imóveis dessas famílias. Em 2023, foram regularizados 1.114 imóveis no município de Redenção e 100 regularizações, no município de Castanhal. A transformação e obtenção do título da propriedade legal da terra contribui com melhoria nas condições de vida para população em vulnerabilidade.

A **meta 11.2**, se refere a melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa

e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Em contribuição com esta meta, no ano de 2023, o governo estadual realizou obras de ampliação e recuperação de infraestrutura viária, execução de serviços de drenagem e pavimentação asfáltica de vias urbanas. Por meio de investimentos na ordem de R\$ 1,49 bilhão, destaca-se pavimentação de 1.226 km, em 139 municípios, distribuídos entre as 12 regiões de integração do estado. Uma das estratégias utilizadas, o Programa Asfalto por Todo o Pará propiciou ações de pavimentação asfáltica, além de construção de meio-fio, calçadas e serviços de terraplanagem e drenagem pluvial.



Nova avenida Ananin e viaduto na BR-316

Houve continuidade de projetos direcionados à ampliação e requalificação das vias e mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belém (RMB). O projeto iniciado em 2021, com investimento total de R\$ 29 milhões, apresentou, em 2023, conclusão de etapas como Viaduto Ananin, localizado no km 06 da Rodovia BR -316 e a revitalização da Avenida Ananin, situados no município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém. A via tem 1,8 km de extensão em pista dupla, ciclovia, calçada com acessibilidade, faixas de pedestre, abrigos para passageiros de ônibus, paisagismo e arborização.

A **meta 11.3** declara a necessidade de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos.

Quanto ao controle social, mencionado na referida meta, destaca-se o apoio ao

CONCIDADES, que atua como conselho colegiado consultivo e deliberativo integrado pelo poder público e a sociedade civil. Em 2023 foram apoiadas ações advindas do citado Conselho referentes às políticas públicas nos eixos da habitação, regularização fundiária, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana e também para viabilizar a organização e a realização da 7ª Conferência Estadual das Cidades em Belém.



Membros do CONCIDADES em conferência

No que se refere à cultura e à preservação do patrimônio das cidades, estabelecidos na **meta 11.4**, o Governo do Pará contribuiu com a implementação de ações específicas para salvaguardar o patrimônio material e imaterial, com investimento de R\$ 11,7 milhões para gestão de 9.150 peças do acervo museológico, por meio do Sistema Integrado de Museus (SIM); também alocados nas ações de preservação de mais de um milhão de peças do acervo e na reabilitação de 12.083 documentos do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental e Bibliográfico do estado.

Os recursos também foram destinados à implantação de equipamentos para o fortalecimento da identidade cultural do Pará, concebidos para preservar a memória e voltados para difusão e preservação das tradições e manifestações culturais do estado, em consonância com esta **meta 11.4**, destacam-se implantação e revitalização de espaços culturais. Dentre estes, alguns ainda em obras, tendo sido entregue em 2023, o Centro de Convenções Sebastião Tapajós, a primeira fase da construção do "Çairódromo, no município de Santarém e a primeira etapa de revitalização do Parque Cemitério o da Soledade, em Belém.



Feira Internacional de Turismo será realizada em Santarém

Entrega da primeira etapa do **Parque Cemitério da Soledade**, em Belém





Projeto **Choro do Pará**

As atividades relacionadas ao apoio técnico para a estruturação de produtos turísticos colaboram com a **meta 11.4**, pois além de dinamizar e viabilizar o setor de turismo, também se caracteriza como formas concretas de preservação do patrimônio natural, cultural, material e imaterial. Em 2023, foram apoiados 155 produtos turísticos, com investimentos de R\$ 41,15 milhões. Houve apoio aos eventos culturais do Projeto Veraneio em São Félix do Xingu, também para participação no evento 15ª edição da Pesca Trade W e para realização de eventos culturais Música na Rua e realização do Projeto Incentivando a Música. Ressalta-se ainda o apoio para os projetos Torpet Cultural,

Choro do Pará, Expressão Musical, Festa Sonora, Harmonia Musical, Música nas Praças e Passos e Acordes, entre outros.

Seguindo na especificação de medidas para proteger o patrimônio material e imaterial, mencionado na **meta 11.4**, em 2023, o governo do Pará investiu R\$ 61,50 milhões para manutenção de espaços e equipamentos turísticos como Estação das Docas, Centro de Convenções e Feiras da Amazônia - Hangar, Mangal das Garças, Arena Multiuso Guilherme Paraense (Mangueirinho) e Parque Estadual do Utinga, Orla do Maçarico e Centro de Convenções Leonildo Borges Rocha.



Parque Estadual do Utinga celebra a natureza e a cultura

Mais de 430 mil visitantes somente em 2023



A gestão estadual contempla em seu planejamento e implementação de ações que se alinham com a **meta 11.5**. Em 2023 foram investidos R\$ 26,6 milhões para ações e atividades relacionadas às operações de combate a incêndios, busca e salvamento e atendimento pré-hospitalar, com 49.623 ocorrências atendidas; prevenção a riscos e desastres e resposta a situações de emergência e/ou estado de calamidade pública, tendo sido apoiados 54 municípios e ainda, 49.284 imóveis vistoriados e licenciados.

O governo do Estado mantém Sistema Integrado de Informações sobre desastres conectados a vários municípios paraenses que proporcionam acelerar as medidas de emergência para reduzir consequências mais danosa nos casos de desastres e acidentes. Parte dessas atividades de prevenção também estão correlacionadas à **meta 11.4**, sobre salvaguarda do patrimônio material e imaterial.

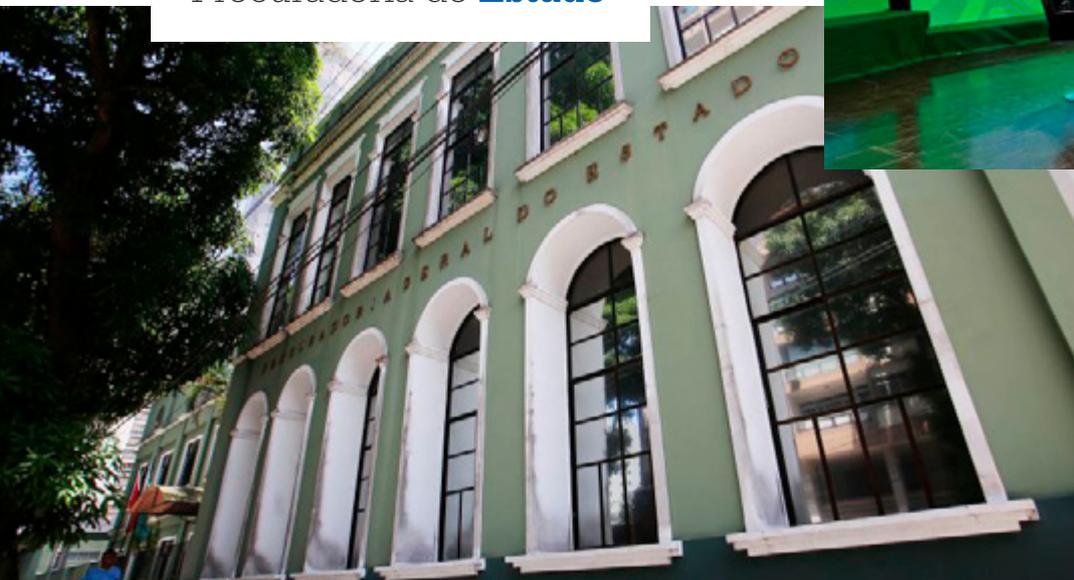
Sobre a **meta 11.6**, que indica a necessidade de redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos, o governo estadual

implementa e viabiliza instrumentos técnico-científicos condizentes com os propósitos desta meta. Configura-se em atividades permanentes e inerentes à Gestão de Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais. No ano de 2023, foi dada continuidade à elaboração do Plano de Bioeconomia (PlanBio), o qual prevê uma série de soluções baseadas na natureza, para transformar a economia existente para uma economia de baixo carbono, com a valorização do conhecimento tradicional sobre maneiras de conservar a floresta. Nesse processo, como acontecimento importante, destacam-se os importantes eventos de escuta às populações e comunidades tradicionais que ajudaram a subsidiar o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), como a realização do I Fórum Internacional de Cultura, Sustentabilidade e Cidadania Climática, realizado em Belém. Ressalte-se que o PlanBio é um instrumento necessário à implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC).

Procuradoria do **Estado**



SEMAS destaca construção do **plano de bioeconomia do Pará** em fórum internacional



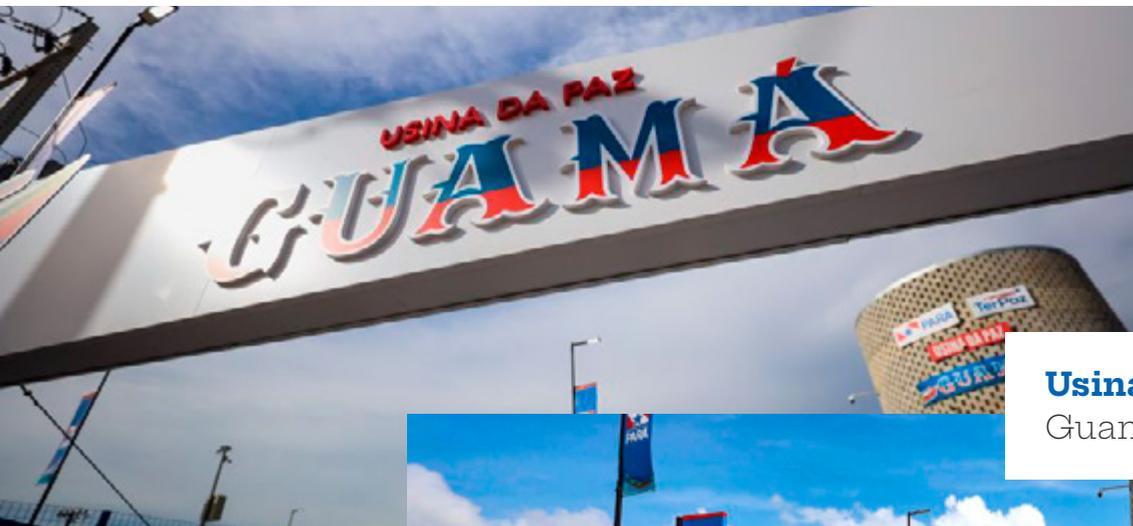
A **meta 11.7** recomenda “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade”.

Alinhada a essa dimensão, integrantes da estratégia estadual Programa TerPaz, as Usinas da Paz (UsiPaz) são equipamentos públicos construídos pelo Governo do Estado do Pará, voltados à inclusão social, nos quais são ofertados diversos serviços públicos para a comunidade, nos quais são contemplados serviços do poder público e de instituições parceiras contribuindo para a prevenção de situações de violação de direitos, redução da criminalidade e das desigualdades sociais, por meio do desenvolvimento

de potencialidades e ampliação de oportunidades socioprodutivas.

No ano de 2023, foi implantada a nona unidade, em Belém, no bairro do Guamá. Ao todo, as nove unidades propiciaram 2.287.022 beneficiamentos em serviços a 576.835 mil pessoas, desde atendimento médico e odontológico até a emissão de documentos, capacitação profissional, instalações esportivas e culturais, educação, assistência social, lazer, cursos livres, dança, música, robótica, artes marciais e biblioteca, que visam criar um ambiente mais seguro e propício para o desenvolvimento humano. A estratégia, a partir de 2024, será expandida para todas as regiões do estado.

Na mesma linha, o Projeto Espaços Abertos promove o desenvolvimento



Usina da Paz do
Guamá, em Belém





Usina da Paz
recebe jovens



Usina da Paz **celebrou o Natal com espaços abertos**

integral de crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social nos municípios paraenses. Dentre as atividades, realizadas nas escolas, ocorreram práticas de atividades esportivas, incentivando a socialização e o trabalho em equipe. Houve distribuição da Cartilha “Brincando”, que abordou informações relevantes sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Violência Infantil, acesso à brinquedoteca, proporcionando um ambiente lúdico e educativo para as crianças e jovens, gincanas, dinâmicas de grupo etc. A ampliação das atividades para as Usinas da Paz facilitou o desenvolvimento de ações conjuntas. Em 2023, as ações aconteceram em oito Regiões de Integração, tendo sido atendidos 29.316 alunos.

Também o projeto Polo de Inclusão ParáPaz, direcionados para inclusão

de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, em 2023, atendeu 2.170 pessoas de todas as faixas etárias, nos municípios de Belém e Ananindeua, em equipamentos públicos localizados nos territórios de maior vulnerabilidade social, com ações de capacitação profissional, inclusão digital, conscientização social, atividades de esporte e lazer, cultura, entre outras.

Complementarmente, em relação à **meta 11.7**, insere-se como contribuição, no que tange a “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes”, em 2023, repasses realizados pelo governo estadual a prefeituras, com investimento na infraestrutura de espaços de esporte e lazer, de recursos na ordem de R\$ 10,71 milhões.

O governo estadual vem desenvolvendo esforços que convergem com a **meta 11.a**, relacionado a “apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e reforçando o planejamento”. Nesse sentido, no ano de 2023, foram apoiados os Municípios de Benevides e Ponta de Pedras na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, além do Município de Almeirim, com a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana.

Importante citar as iniciativas realizadas visando fortalecer a municipalização

da gestão ambiental no Pará. Em 2023, destacam-se atividades como a capacitação de servidores municipais em diversas áreas de gestão ambiental, o repasse de R\$ 299,25 milhões através do ICMS Verde e a promoção da conservação de áreas protegidas através da Lei nº 10.306/2023. A educação ambiental também recebeu atenção, com 167 apoios oferecidos em 36 municípios. Além disso, a Agenda de Educação Ambiental colaborou na implementação do Programa Territórios pela Paz, alcançando um público de aproximadamente 6.459 pessoas em 11 Regiões de Integração.

Educação ambiental na rede municipal





OBJETIVO 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



OBJETIVO 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

O ODS 12 visa promover a implementação de sistemas de produção e consumo que minimizem os impactos ambientais negativos, concomitantemente à geração de melhorias na qualidade de vida das pessoas.

O ODS 12 encontra-se alinhado com as seguintes políticas, planos e programas de governo: Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN), Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), Programa Regulariza Pará e Projeto “Descarboniza Pará”, Plano Plurianual 2024–2027 do Estado do Pará.

As metas nacionais referentes aos ODS 12, as quais observou-se contribuições do governo estadual em 2023, são apresentadas a seguir.

Metas Brasileiras

Meta 12.1

Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.

Meta 12.2

Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Meta 12.3.1br

Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

Meta 12.3.2br

Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.

Meta 12.5

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reúso de resíduos.

Meta 12.6

Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.

Meta 12.7

Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

Meta 12.8

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

Meta 12.b

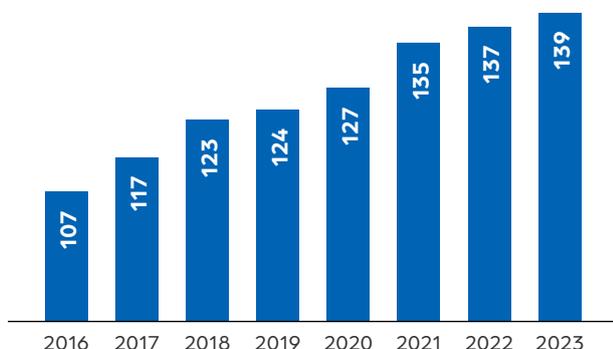
Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

Meta 12.c

Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

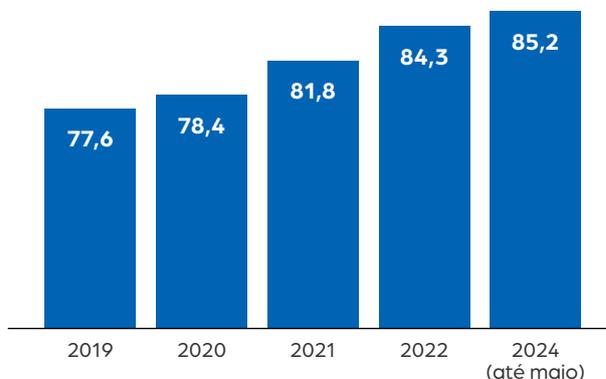
Onde estamos

Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental



Fonte: Semas/PA, 2024

Cadastro Ambiental Rural (CAR) % Área Cadastrada



Fonte: Fonte: Fonte: Semas/PA, 2024

Nota: (1) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel igual ou supera 30% do rendimento domiciliar

O que fizemos

Para garantir um ambiente saudável e sustentável para as próximas gerações, a **meta 12.1** busca impulsionar a mudança para padrões de produção e consumo mais conscientes. Essa iniciativa exige um esforço conjunto entre governos e sociedade civil.

Durante a participação da COP28, realizada em Dubai, em 2023, foram apresentadas as principais iniciativas do estado em contribuição à **meta 12.1**, como a entrega do Plano Estadual de Recuperação da

Vegetação Nativa (PRVN), apresentação dos avanços do Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) e na construção, em parceria com a Noruega, do Sistema Jurisdicional de Redd+ (Reduções de emissões de gases de efeito estufa e aumento de estoques de carbono florestal). No evento foi apresentada como meta para a agricultura regenerativa do Pará, até 2025, recuperar 140 mil hectares de áreas degradadas para a produção sustentável, beneficiando 4 mil famílias.

Governo anuncia meta de recuperação de **140 mil hectares de terras com produção sustentável até 2025**



O Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais (PROSAF) é uma iniciativa estadual que promove a recomposição florestal em propriedades de agricultores familiares. Através do plantio de Sistemas Agroflorestais (SAFs), o projeto busca não apenas restaurar a vegetação nativa, mas também gerar renda e oportunidades para as famílias participantes. Em 2023, visando contribuir para o alcance da **meta 12.2**, o PROSAF ampliou seu impacto, com foco especial em atender às necessidades de povos e comunidades tradicionais, através dos projetos "Abelha Nativa" e "Movelaria Rústica e Biojoias", foram 1.546 famílias beneficiadas.

Destaca-se ainda em contribuição para as **metas 12.1 e 12.2**, a realização

de projetos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, capacitação de 38 mil pessoas em comunidades e apoio a 275 novos empreendedores sociais.

A **meta 12.3**, visa reduzir o desperdício de alimentos em diferentes etapas, desde o consumo individual até as perdas ao longo da cadeia produtiva, com objetivo em contribuir a meta, destacam-se ações do Governo do Estado do Pará viabilizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), na capacitação de produtores rurais e promoção de combate ao desperdício de alimentos. Os cursos ministrados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) ajudam na formação e, conseqüentemente, no aumento da renda das famílias.



Capacitação de **produtores rurais**

O projeto Banco de Alimentos, coordenado pela Central de Abastecimento do Pará (Ceasa), trabalha a coleta de alimentos em bom estado, que seriam descartados e os doa a famílias em situação de insegurança alimentar. A iniciativa une o combate ao desperdício e trabalha a preservação do meio ambiente, diminuindo a quantidade de resíduos sólidos gerados na Ceasa, assim contribuindo ao alcance da **meta 12.5**, que busca reduzir a geração de resíduos sólidos. O projeto encerrou o ano de 2023 com balanço positivo, doação de 63 toneladas de hortifrúteis orgânicos, beneficiando 12 mil

famílias, totalizando 64 mil pessoas com acesso a alimentos frescos e nutritivos.

A partir da iniciativa do projeto Banco de Alimentos, foi criado o projeto “Cozinha Escola”, no qual são ministrados cursos de reaproveitamento integral dos alimentos com aulas práticas de culinária desenvolvida a partir de talos, cascas e sementes e palestras sobre empreendedorismo e nutrição saudável. Ao final, as turmas são certificadas e aptas a empreender com a produção das receitas.



Banco de Alimentos

ajuda contra o desperdício

O Projeto Descarboniza Pará surge como um divisor de águas na jornada do estado rumo a um futuro mais verde e resiliente às mudanças climáticas. Através de uma reforma abrangente das políticas públicas e do fortalecimento das instituições, o projeto busca criar um ambiente propício para investimentos em energias renováveis, eficiência energética e práticas agrícolas sustentáveis, contribuindo

com as **metas 12.2** (Alcance da gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais), **meta 12.5** (Redução da geração de resíduos) e da **meta 12.c** (incentivar a utilização de fontes renováveis e reduzir a dependência de combustíveis fósseis).

Ao final de 2023, o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram acordo através de uma

carta de intenção para financiamento de recurso de ordem de US\$ 300 milhões, o que permitirá que o estado avance com sua agenda de descarbonização na economia. O Projeto “Descarboniza Pará” visa à melhoria das políticas públicas do estado, fortalecendo instituições, melhorando os serviços e a qualidade do gasto público, trazendo responsabilidade climática aos investimentos do Governo em curto, médio e longo prazo. Com os recursos, o Pará implementará estratégia que visa à transição progressiva para emissões líquidas zero de gases de efeito estufa (GEE) até 2050, por meio da implementação de políticas econômicas, ambientais, sociais e climáticas, beneficiando toda a população do Estado.

Em contribuição à **meta 12.6**, que tem como objetivo incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental, o governo estadual promulgou a Lei nº 10.167 de 20 de novembro de 2023, que instituiu o Programa Valoriza Territórios Sustentáveis e criou o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS), de incentivo a ações de regeneração, recuperação e conservação ambiental pelo mecanismo de Pagamentos por Serviços Ambientais a produtores rurais inscritos no Programa Territórios Sustentáveis, e serve de instrumento econômico para geração de estímulos aos provedores de serviços ambientais e ecossistêmicos, respectivamente.

Com o objetivo de promover uma gestão pública mais eficiente e sustentável, o Pará lançou, em 2023, o Plano Sustentável de Compras Públicas. Alinhado às diretrizes do Programa Descarboniza

Pará e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o plano visa otimizar processos, garantir maior transparência e agilidade nas compras governamentais, além de contribuir para a redução do impacto ambiental, contribuindo com a **meta 12.7**, que visa promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

Quanto a **meta 12.8**, visando garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, a gestão estadual, em 2023, por meio das secretarias de Estado de Educação (Seduc), de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), diversas iniciativas voltadas à promoção da educação ambiental. Destacam-se:

- Em 2023, a Educação ambiental passou a ser item obrigatório no currículo escolar da rede de ensino estadual, oferecendo o componente de Educação Ambiental, Sustentabilidade e Clima para toda a educação básica da rede estadual e, por adesão, pelas redes municipais, beneficiando um total de 1,5 milhão de estudantes da rede pública de ensino do Pará, sendo 550 mil, da rede estadual e, das redes municipais, 618 mil estudantes dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e mais 461 mil dos anos finais (6º ao 9º ano).
- A SEMAS/PA realiza ações de educação ambiental em escolas da rede estadual, em parceria com o Programa Territórios pela Paz, do Governo do Estado.
- Em julho de 2023, O Ideflor-bio, que tem

competência, de realizar, programar, organizar e executar ações de educação ambiental, elaborou cartilhas educativas sobre a fauna aquática do Pará. Uma delas foi a “Vamos invadir sua praia: tartarugas marinhas”, sobre o projeto com tartarugas marinhas realizado na unidade de conservação do Monumento Natural do Atalaia, em Salinópolis. A outra foi “Vamos invadir sua praia: boto cinza”, do projeto realizado na Área de Proteção Ambiental (APA) Algodual-Maiandeuá.

O Estado do Pará, através da Política Estadual de Turismo em Base Comunitária, escolhe duas regiões turísticas como plano piloto. A primeira iniciativa é na Amazônia Atlântica Guamá, que desenvolve um produto turístico a partir do Sistema Produtivo de Fitoterapia Artesanal, como patrimônio cultural, visando a sustentabilidade econômica local, por meio de método cartográfico participativo

e dados quantitativos georreferenciados, coletados com uso de GPS (Sistema Global de Posicionamento), evidenciando atrativos turísticos culturais do município e comunidades com o desenvolvimento de um Roteiro Turístico Comunitário. O segundo piloto, foi em Belém e Região das Ilhas, com o objetivo é atender à demanda existente no município, assim como a demanda da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), a ser realizada em 2025, além da demanda para outros eventos locais, tendo como referência as pesquisas realizadas no período de 2021-2023, tais ações contribuem para **meta 12.b**, que visa em desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



OBJETIVO 13.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



OBJETIVO 13.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 visa reforçar a capacidade local de se adaptar aos perigos e impactos da mudança climática e de desastres naturais.

A efetiva implementação do ODS 13 é crucial para garantir a segurança e o bem-estar da população em um contexto de mudanças climáticas cada vez mais desafiador.

Neste contexto, a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC) e os planos nacionais são norteadores para a construção e integração dos instrumentos subnacionais. O marco legal da política ambiental e de desenvolvimento no estado do Pará, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e sua plataforma de operacionalização, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), representam desde 2020 os principais orientadores de estratégias de enfrentamento aos desafios decorrentes das mudanças climáticas no estado do Pará.

Focado na redução sustentável do desmatamento ilegal, o PEAA preconiza pela atuação integrada em quatro frentes estruturantes: a) Fiscalização, Licenciamento e Monitoramento ambientais, que concentra as ações de combate aos ilícitos ambientais, com destaque para a Força Estadual de Combate ao Desmatamento; b) Ordenamento Territorial, Fundiário e Ambiental, que a partir do programa "Regulariza Pará" busca acelerar a regularização fundiária e ambiental; c) Desenvolvimento Socioeconômico de Baixas Emissões de GEE, relacionado às ações voltadas à promoção da bioeconomia, produção sustentável, rastreabilidade bovina e regeneração vegetal; e d) Financiamento Ambiental de Longo Alcance, organizado a partir de um ecossistema de fundos, incluindo entre outras alternativas de financiamento de ações de interesse público, o Fundo Amazônia Oriental (FAO).

Neste capítulo, são apresentadas as principais realizações de governo Estadual, em 2023, que contribuíram para o alcance das metas do ODS 13.

Metas Brasileiras

Meta 13.1

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Meta 13.2

Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

Meta 13.3

Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.

Meta 13.b

Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Onde estamos

Área Desmatada Acumulada	2019	2020	2021	2022	2023
	4.172 km ²	4.899 km ²	5.238 km ²	4.162 km ²	3.272 km ²

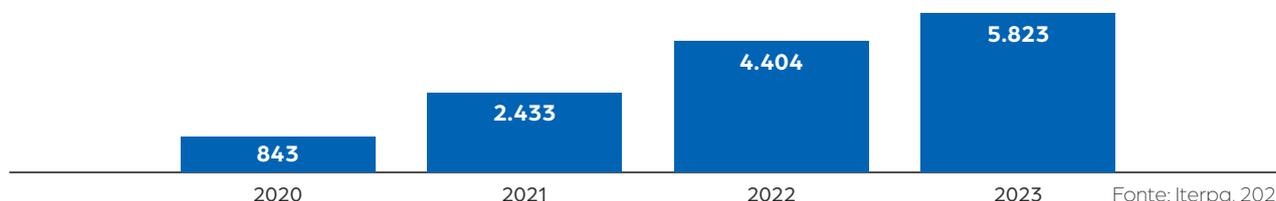
Fonte: INPE-Prodes, 2024

(Redução de 21% em relação ao ano de 2022)

Número de Inscrições e Área Total dos Cadastros Ambientais Rurais por Condição do Imóvel (Maio/2024)				
Condição CAR	Imóvel Rural (Todos os tamanhos)		Imóvel Rural (Até 4 módulos fiscais)	
	Número de Inscrições	Área Total dos Imóveis Rurais (ha)	Número de Inscrições	Área Total dos Imóveis Rurais (ha)
Total	318.618	80.238.694,95	291.815	29.762.105,25

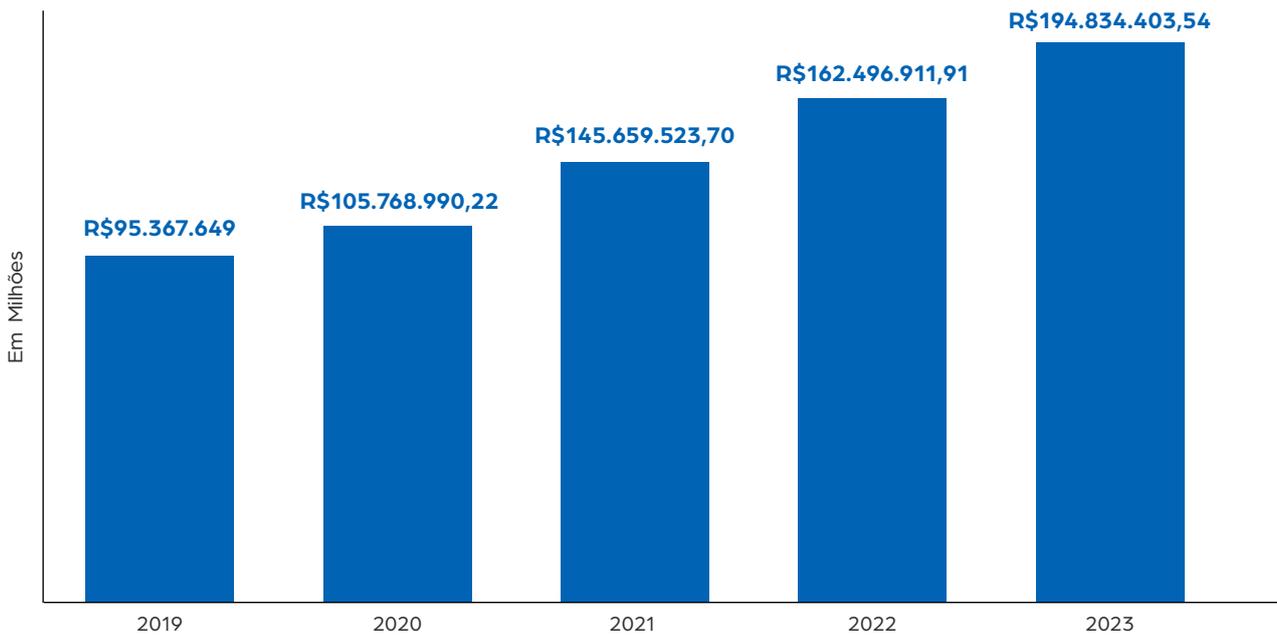
Fonte: Semas, 2024.

Documentos totais expedidos 2020-2023



Fonte: Iterpa, 2024

Gastos com a Gestão Ambiental



Fonte: STN-Sisconfi, 2024

O que fizemos

A **meta 13.1** evidencia a necessidade de integrar no planejamento público estratégias que permitam o enfrentamento das adversidades impostas pelas mudanças climáticas, o que inclui ações de prevenção, mitigação, adaptação e a proteção e recuperação dos ecossistemas. De modo geral, o PEAA possui em seus componentes uma diversidade de abordagens que buscam, sobretudo, desenvolver uma economia com baixo teor de carbono, com algumas iniciativas direcionadas à contribuição dessa meta. Destaca-se:

- **Implementação da metodologia “Manejo Integrado do Fogo”** que proporcionou a gestão adequada nas áreas protegidas. Durante todo o ano de 2023 não houve registros de incêndios florestais em duas Unidades de Conservação do Estado do Pará,

Área de Proteção Ambiental (APA) Araguaia e o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, em São Geraldo do Araguaia. A iniciativa prevê a realização de queimadas controladas, o monitoramento constante das condições climáticas e a capacitação dos brigadistas.

- **Recuperação de uma área equivalente a 1.981 hectares, por meio da ação de produção e recomposição florestal**, desenvolvida pelo projeto PROSAF, que fomenta recomposição florestal produtiva de áreas degradadas/ alteradas por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Tem como público prioritário os agricultores familiares, por isso além de contribuir para a redução do passivo ambiental, proporciona a geração de renda e segurança familiar.

- **Criação de 3 bases fixas que atuam com ações integradas de inteligência,** monitoramento e combate à degradação ambiental, com ênfase na redução e prevenção do desmatamento ilegal. As bases fazem parte da política de comando e controle, via Operação Curupira, que registrou 196 autos de infração, um valor de R\$ 87.876.422,08 em multas, 53 acampamentos destruídos, 111 maquinários e 362 equipamentos apreendidos.
- **Publicação do Manual de Operação de Sala de Situação para Previsão e Monitoramento de Eventos Extremos Hidrometeorológicos no Pará** com o intuito propiciar maior efetividade ao acompanhamento e alerta de situações de eventos hidrológicos críticos. Adicionalmente, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), são publicados boletins diários de monitoramento hidrológico com informações dos níveis dos rios paraenses e suas respectivas situações fluviométricas, entre elas: estiagem, normalidade e inundação.

Considerando o impacto das ações voltadas à redução das emissões de gases efeito estufa, preservação da floresta e geração de emprego e renda, importa mencionar como principais resultados acumulados do estado do Pará: a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em mais de 8 milhões de hectares (2019–2023), a habilitação de 63, de um total de 144, municípios paraenses à validação do CAR, além do registro de 1,1 milhão de hectares de áreas de territórios coletivos no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar-PA), beneficiando mais de 11,9 mil extrativistas e quilombolas. No mesmo intervalo, aproximadamente 14 mil áreas foram regularizadas, entre títulos definitivos rurais e urbanos, comunidades quilombolas e tradicionais agroextrativistas e áreas patrimoniais. Até 2023, o FAO captou R\$ 31 milhões e, pelo plano de Bioeconomia, mais de 67 mil pessoas foram impactadas, 38 mil participaram de atividades de capacitação e 275 negócios receberam apoio. Ademais, a partir de 2022 o estado já apresentou redução sustentada da taxa de desmatamento, alcançando 4.162 km² naquele ano, e 3.272 km² em 2023, redução equivalente a 21%, nos dois anos mencionados.



Pará já conta com **1,1 milhão de hectares** de áreas de territórios coletivos no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar-PA)



Consciência ambiental estimulada desde cedo

Em consonância com o acordo de Paris, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e com o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o estado do Pará avançou no estabelecimento de normativas que objetivam contribuir para redução do desmatamento, proteção e uso sustentável dos recursos naturais no território paraense, fortalecendo as medidas de enfrentamento às mudanças climáticas em âmbito estadual. No ano de 2023 dentre as principais contribuições para o alcance da **meta 13.2**, foram:

- **Decreto Nº 2.887, de 7 de fevereiro de 2023: declara Estado de Emergência Ambiental nos municípios de Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Pacajá, Novo Progresso, Itaituba, Portel, Senador José Porfírio, Novo Repartimento, Uruará, Rurópolis, Placas, Trairão, Jacareacanga e Medicilândia, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.** A iniciativa buscou, por meio de ações integradas e coordenadas, fortalecer e direcionar a fiscalização e monitoramento ostensivos nos 15 municípios do estado em que o desmatamento é mais crítico



desde 2019, estratégia que colaborou significativamente para a queda na taxa de desmatamento registrada em 2023.

- **Lei Nº 9.981, de julho de 2023:** institui a Política de Educação Formal para Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima. Com isso, a Educação Ambiental passou obrigatoriamente a compor o currículo escolar.
- **Decreto Nº 3.314, de setembro de 2023:** dispõe sobre a criação da Estação Ecológica Mamuru, nos municípios de Aveiro e Juruti, no território sob jurisdição do estado do Pará. A nova unidade de proteção integral exerce papel estratégico na manutenção de serviços ecossistêmicos e na proteção de espécies ameaçadas de extinção,

representando a 28ª Unidade de Conservação Ambiental do estado do Pará, com mais de 126 mil hectares.

- **Decreto Nº 3.322 de setembro de 2023:** cria o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de recursos relacionados às políticas públicas estaduais sobre conservação ambiental e mudanças climáticas no Estado do Pará (COMCAR-Clima). O Comitê objetiva coordenar ações para captação de recursos, avaliar e estruturar mecanismos financeiros, econômicos e fiscais que subsidiem as políticas de conservação ambiental e enfrentamento às mudanças climáticas.
- **Lei Nº 10.167 de novembro de 2023:** institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo – Valoriza TS), regulamentada pelo Decreto Nº 3.527 de novembro de

2023. O projeto representa uma ação experimental que fundamentará a construção do Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais do Pará (PSA). Por meio de incentivos que envolvem capacitação/orientação e pagamento de até R\$ 1,4 milhão por hectare a produtores rurais, projeto busca estimular ações de regeneração, recuperação, manutenção e conservação ambiental em territórios estratégicos para a agenda de enfrentamento do desmatamento ilegal.

- **Decreto Nº 3.533, de novembro de 2023:** institui o Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses e cria o Sistema Oficial de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA). O programa tem como intuito coordenar políticas públicas e esforços da iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento, transparência e integridade da pecuária paraense, por meio da garantia econômica, sanitária, fundiária e socioambiental.



40 mil sementes frutíferas distribuídas para agricultores familiares

- **Decreto N° 3.552, de novembro de 2023:** institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA), que tem por finalidade promover projetos e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, contribuindo com a redução das emissões líquidas por meio do sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE). Até 2030, o Plano pretende colaborar para a recuperação de 5,65 milhões de hectares. Adicionalmente, a Lei N° 3.527 de novembro de 2023 institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará, cujo conceito se baseia no espaço territorial especialmente protegido, já atingido por ações antrópicas ou eventos naturais, com vegetação degradada ou desmatada por corte raso, com destinação prioritária à recuperação da cobertura florestal.
- **Lei N° 10.306, de dezembro de 2023:** institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC). Além de estabelecer diretrizes importantes para a criação e gestão de novas áreas protegidas, a legislação possibilita a criação de duas categorias de Unidades de Conservação (UCs) inéditas: os Bosques Municipais e os Rios de Proteção Especial.
- **Lei N°10.258, de dezembro de 2023:** autoriza a constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). A nova entidade tem como objeto social o desenvolvimento e a comercialização de projetos e programas de geração de ativos ambientais, assim como a gestão e

integração de programas, subprogramas, planos e políticas públicas ambientais, sociais, econômicas e climáticas no Estado do Pará. Sua atuação compreende, inclusive, a captação de recursos financeiros e investimentos, como também a participação no capital de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, objetivando a otimização dos ativos ambientais, inclusive para Infraestrutura Verde.

Em colaboração com a **meta 13.3**, que busca melhorar a educação e a conscientização sobre os riscos advindos da alteração do clima e das medidas necessárias para promover a mitigação, adaptação e alerta precoce, mediante intervenção humana e institucional, cabe destacar, algumas realizações de 2023.

- **O grande marco para esta meta foi a instituição, em julho de 2023, da Política de Educação Formal para Meio Ambiente**, Sustentabilidade e Clima, que estabelece a educação ambiental como componente curricular obrigatório a partir de 2024 no Pará. Contudo, em 2023, foram realizadas diversas atividades de educação ambiental nas escolas de ensino básico e médio, a exemplo do Projeto "Florescer na Sustentabilidade", que incentivou alunos a refletir no cuidado com o meio ambiente por meio do cultivo de plantas. Em outra vertente, foram promovidas capacitações para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares visando discutir e sensibilizar estes atores quanto a importância da temática, a partir de um contexto Amazônico. Neste sentido, realizou-se um Webinário "Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima" orientando 480 servidores dos 144 municípios do estado.



Nova unidade da SEMAS, em Belém

- **No Pará, a agenda de Educação Ambiental tem tido atuação regular nos equipamentos de cidadania implantados pelo Estado, denominados de Usinas da Paz**, vinculadas ao Programa Territórios pela Paz – TERPAZ. Em 2023, aproximadamente 1,9 mil pessoas participaram de oficinas ofertadas nos mais diversos temas, a citar: Compostagem; Reaproveitamento de resíduos; Reaproveitamento de resíduos doméstico e geração de renda; Reaproveitamento de resíduos domésticos e empoderamento feminino; Eco bijuterias; Descarte correto de resíduos; Como cuidar do meio ambiente; Ecoponto/Cadastro de pequenos comerciantes no aplicativo 33 Moedinha Verde; Mudanças climáticas e crédito de carbono; Programações alusivas ao Dia da Árvore e Dia da Fauna. Além das oficinas, foram promovidas atividades de Cinema “Cine Ambiental”, Rodas de Conversa e Exposições durante a programação “Junho Verde”, realizada em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente.
- **Outro destaque da Agenda Educação Ambiental em 2023 foi a realização de atividades integradas com outras agendas da gestão ambiental, como a do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT).** O I Encontro dos Territórios Quilombolas com Cadastro Ambiental Rural Coletivo (CAR/PCT), reuniu 140 pessoas de comunidades tradicionais situadas em diferentes municípios do Pará, com objetivo de oportunizar o diálogo entre as comunidades a respeito da aprendizagem decorrente das atividades de elaboração e inscrição do CAR no Módulo PCT pelo Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR/PA, contribuindo para o aperfeiçoamento da própria agenda CAR/PCT. A

programação incluiu também os temas da Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, Linhas de Crédito para Agricultura Familiar e Políticas Públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

- **Em 2023, pelo Projeto PROSAF, capacitações abordaram a produção de mudas e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), impactando mais de 620 agricultores.** O PROSAF busca fomentar a recomposição florestal produtiva de áreas degradadas via implementação de SAFs, o que inclui ações de sensibilização e educação. A iniciativa contribui também para a redução do passivo ambiental e combate às alterações climáticas, geração de renda e segurança alimentar. Seu público prioritário são os agricultores familiares.

- **Entre as atividades realizadas nas Unidades de Conservação Estaduais, ressaltam-se as ações de educação ambiental envolvendo visitas guiadas, realizadas no Parque Estadual do Utinga “Camillo Vianna”, que alcançaram 900 alunos do ensino básico, médio e superior.** Em complemento, o Estado realizou mutirões ecológicos para sensibilizar e conscientizar a população local e turistas quanto ao descarte regular de material reciclável nas praias do Arquipélago do Marajó, orientando-os a desfrutar de forma sustentável desta área de proteção ambiental (APA). Também houve ações de educação ambiental para visitantes da APA de Algodão - Maiandeuá e do Monumento Natural do Atalaia, com ênfase na conservação de botos e tartarugas marinhas.

No Parque do Utinga,
**educação ambiental
ganha voz**





Boas práticas de
gestão sustentável
em **hospitais
públicos do Pará**

- **Sob uma perspectiva institucional, fortalecendo a capacidade da gestão e educação ambiental nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, foram qualificados em Licenciamento Ambiental, Fiscalização Ambiental, Cadastro Ambiental Rural, Educação Ambiental e Outorga 520 servidores em 75 municípios paraenses durante o ano de 2023.** O governo estadual também prestou apoio à 36 municípios através da aplicação de metodologias de ensino variadas, com objetivo de sensibilizar os indivíduos a buscarem práticas mais sustentáveis frente às problemáticas ambientais de cunho local, regional e global. O apoio alcançou um público estimado de aproximadamente 6,4 mil pessoas, entre estudantes, servidores públicos e comunidades tradicionais.
- **Outro avanço em campo institucional, foi o reconhecimento de boas práticas de gestão sustentável em hospitais públicos estaduais.** O projeto Corrida Ambiental “Guardião Azul”, promovido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) reconheceu o trabalho desenvolvido pelos hospitais da rede estadual, quatro hospitais conquistaram os quatro primeiros lugares na campanha. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a revitalização de horta orgânica, organização de feira sustentável, compostagem de materiais orgânicos, substituição de copos descartáveis, oficinas de produção e uso de sabão ecológico, o direcionamento de materiais recicláveis para cooperativas e atividades de educação ambiental que incluem os colaboradores, usuários e estudantes.

Por sua vez, para o alcance das metas climáticas previstas no PEAA, o Estado do Pará conta com o engajamento e parceria de diversos atores internacionais, nacionais e locais, de caráter público e privado. Nesta perspectiva, cabe ressaltar acordos de cooperação celebrados em 2023 entre outras parcerias que exerceram forte contribuição à **meta 13.b**, auxiliando a administração pública estadual na implementação de intervenções eficientes, capazes de promover a transformação necessária para alcançar, enquanto ente estadual, o status Carbono Neutro até 2036 no setor de uso do solo e floresta (objetivo geral do PEAA).

Em 2023, a capital paraense foi oficialmente confirmada como sede da Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas (COP 30) pelas Nações Unidas, durante plenária da COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes. Será a primeira vez que a Amazônia irá acolher a maior conferência sobre clima do planeta. Desde sua validação, Belém tem recepcionado importantes eventos preparatórios à COP 30 e firmado parcerias estratégicas, importando referir ao memorando de entendimento para a cooperação bilateral entre a COP 28 e

a COP 30 assinado entre o governo do estado do Pará e a presidência da COP 28 no intuito de compartilhar a experiência da organização logística e capacitação humana, entre outras formas de apoio, além de outras parcerias com o Governo Federal, instituições financeiras e do Terceiro Setor.

Entre outras formas de parcerias firmadas, cabe mencionar:

- **Acordo de Cooperação celebrado em julho de 2023**, entre o estado do Pará e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC), visando à execução de projetos e atividades conjuntas, através da troca de dados e informações, compartilhamento de sistemas e apoio de caráter técnico-científico, que possibilitem o desenvolvimento das políticas públicas ambientais que inclui, em especial, as temáticas de mudanças climáticas, Comando e Controle, Inteligência Territorial e Ciência de Dados, Incentivos Ambientais, Salvaguardas Socioambientais, Sistema Jurisdicional de Redução de Emissões decorrentes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), entre outras;



Avanços na
construção do
**sistema jurisdicional
de REDD+**



Andamento de projetos para **Comunitas**



- **Acordo de Cooperação celebrado em agosto de 2023, entre o estado do Pará e Comunitas:** parcerias para o desenvolvimento solidário, com o intuito de conjugar esforços e recursos para implementação do Projeto Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável. Tem por finalidade, implementar soluções ambientais digitais, com foco no aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, bem como prestar consultoria com o escopo de apoiar e desenvolver uma nova plataforma, da qual serão desenvolvidos os módulos necessários para a automação das soluções de gestão de recursos hídricos;

- **Acordo de Cooperação celebrado em agosto de 2023, entre o estado do Pará e Fundação Amazônia Sustentável (FAS)** visando à operacionalização das ações no âmbito do Programa Fundo Floresta do KfW, sobretudo ao apoio técnico necessário durante o processo de implementação do projeto Realiza Pará 2023. O Realiza Pará apoia o fortalecimento das ações de comando e controle sobre o desmatamento e a promoção de uma economia baseada na floresta.

Compromisso para ações contra desmatamento e incentivo à bioeconomia



- **Acordo de Cooperação celebrado em novembro de 2023**, entre o estado do Pará e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), que assegura a realização de ações conjuntas destinadas à implementação do Cadastro Ambiental Rural Coletivo para Populações e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT), incluindo acesso ao Módulo PCT do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) para registro nos territórios quilombolas. A iniciativa permite que a aplicação do Código Florestal seja construída em diálogo com as comunidades, além de viabilizar a construção de base de dados para controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico nesses territórios;
- **Acordo de Cooperação celebrado em dezembro de 2023**, entre o estado do Pará e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) e a Conservation Internacional do Brasil (CI-BRASIL), objetiva estabelecer cooperação interinstitucional entre a SEMAS, o IDEFLOR-BIO e a CI-BRASIL, com a interveniência do MMA, na implementação das atividades do Projeto "PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - GEF PAISAGENS", em consonância com o Acordo de Doação GEF no TFO-A6GOS6 firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e CI-BRASIL;



Integração entre união e estados no Ministério do Meio Ambiente



SEMAS e entidade quilombola firmam parceria



- **Em execução, o Acordo de Cooperação pactuado em 2021 entre o estado do Pará e Ministério do Meio Ambiente (MMA),** visa a implementação do Projeto Floresta+ Amazônia, de pagamento por resultados de conservação na Amazônia. A iniciativa que tem por objetivo valorizar as ações de pagamento por serviços ambientais (PSA) em imóveis rurais que comprovadamente atuam na conservação florestal, atualmente, já beneficia 44 agricultores familiares e extrativistas das regiões Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Tapajós, Tocantins e Xingu, garantindo a regularização e remuneração anual superior a 433 mil reais nas áreas da agricultura familiar com conservação florestal. Ao todo, os agricultores e extrativistas beneficiários apresentam áreas de excedente florestal variando de 1,69 a 143,89 hectares, com valor anual recebido entre R\$ 676 a 57 mil reais;
- **Em execução, a parceria firmada entre o estado do Pará e Fundação Gordon e Betty Moore, Nint Natural Intelligence (NNIT) e Posaidon Capital desde 2022,** que viabilizou apoio técnico na estruturação, desenvolvimento mecanismo financeiro que viabilizasse a preservação de rios paraenses. Desta cooperação resultou o projeto Pró-Rios, que tem como meta inicial implementar ações de conservação dos rios São Benedito e Azul. Em 2023, o governo do Pará celebrou um Protocolo de Intenções com o Banco do Brasil para a realização de uma operação de crédito no valor de R\$350 milhões, que em conformidade com projeto, será executado no modelo de Empréstimo Vinculado à Sustentabilidade (da sigla em inglês Sustainability-Linked Loan - SLL), em que os juros são reduzidos de acordo com o atingimento de indicadores-chave de desempenho de sustentabilidade (em inglês, Key Performance Indicators - KPI);



Parceria entre Governo e Banco do Brasil para investimentos no **Programa Pró Rios**

- **Participação estadual em ações de capacitação da parceria entre o SERVIR Global e o SERVIR Amazônia liderado pela Alliance of Bioversity International e pelo Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT)**, apoiado por pesquisadores da Arizona State University, o estado do Pará participou de treinamento para mulheres na Colômbia intitulado "Train the Trainers: Empowering Women in Geographic Information Systems and Environmental Sciences"; "Treine os instrutores: empoderando mulheres em sistemas de informação geográfica e ciências ambientais". O SERVIR é uma iniciativa de desenvolvimento conjunto da Administração Nacional

de Aeronáutica e Espaço (NASA) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID);

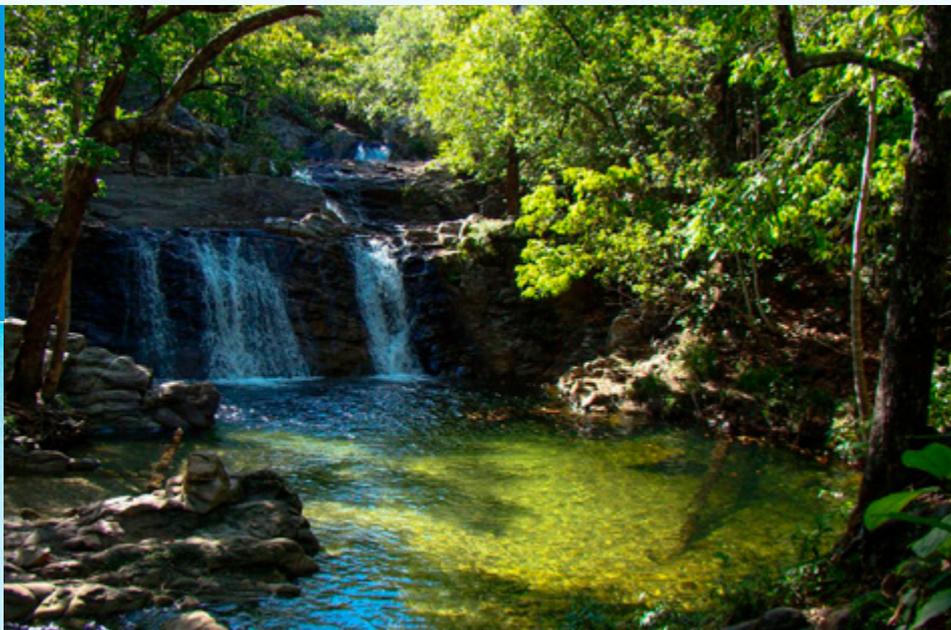
- **Outro ganho para a política climática do estado do Pará foi o lançamento, em 2023, da versão 2.1 do Selo Verde - Pará**, realizado em parceria com a Amazon e a Amazon Web Services (AWS), e financiado inicialmente pelo Climate and Land Use Alliance (CLUA). A plataforma integra dados públicos de órgãos estaduais e federais com o objetivo de combater o desmatamento ilegal, promover a regularização ambiental e fundiária e prover a rastreabilidade da produção agropecuária com transparência.



Treinamento de mulheres em ferramentas de geotecnologias, na Colômbia

Lançamento da versão 2.1 do Seloverde, em parceria com a Amazon





OBJETIVO 14.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



OBJETIVO 14.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

A conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável corresponde aos princípios do 14º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para cumprir com os acordos estabelecidos à Agenda 2030.

Os propósitos do ODS 14 perpassam pela gestão de forma sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros e pela conservação, indicando a necessidade de implementação de medidas para redução da poluição, cooperação científica, regulação da pesca, aquicultura e promoção do turismo sustentável.

O Governo do Pará, desenvolve um conjunto de políticas, programas e atividades que somam esforços para o alcance do ODS 14, que destacam-se: Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, sob a qual está estruturado o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA); Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará; Programa Pesca para Sempre no Pará; Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater); Programa BANPARÁ-Bio e o Programa Pró- Rios, sendo apresentadas neste capítulo.

Metas Brasileiras

Meta 14.1

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Meta 14.4

Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

Meta 14.6

Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.

Meta 14.7

Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.

Meta 14.a

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

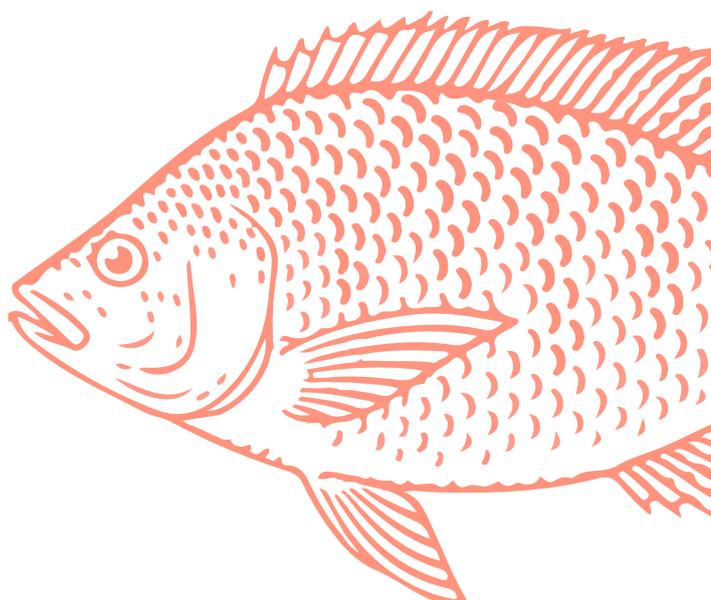
Meta 14.b

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

Onde **estamos**

MAIORES PRODUTORES DE PEIXES NATIVOS

- 1º Rondônia**
57.200 t
- 2º Maranhão**
39.100 t
- 3º Mato Grosso**
38.000 t
- 4º Pará**
24.200 t
- 5º Amazonas**
21.300 t



Fonte: Peixe BR

Fonte: ANUÁRIO PEIXE BR DA PISCICULTURA 2023 peixebr.com.br

[Anuário 2024 - PeixeBR](#)

RANKING DA PRODUÇÃO DE PEIXES DE CULTIVO

2021	2022	2023	ESTADO	2023	2022	2021
1º	1º	1º	PARANÁ	213.300	194.100	188.000
2º	2º	2º	SÃO PAULO	82.400	83.400	81.640
5º	4º	3º	MINAS GERAIS	61.600	54.700	49.100
3º	3º	4º	RONDÔNIA	56.500	57.200	59.600
4º	5º	5º	SANTA CATARINA	56.100	54.300	53.600
6º	6º	6º	MARANHÃO	49.143	50.300	46.500
7º	7º	7º	MATO GROSSO	44.900	42.800	42.600
8º	8º	8º	MATO GROSSO DO SUL	34.100	34.450	37.400
10º	9º	9º	BAHIA	34.000	34.000	31.250
9º	10º	10º	PERNAMBUCO	32.200	31.960	31.930
11º	11º	11º	GOIÁS	29.850	30.500	29.700
12º	12º	12º	RIO GRANDE DO SUL	26.800	27.300	27.700
13º	13º	13º	PARÁ	24.400	25.120	24.800
15º	14º	14º	PIAUÍ	21.900	22.900	22.100
14º	15º	15º	AMAZONAS	20.500	21.300	21.000
17º	16º	16º	RORAIMA	20.100	19.200	18.300
16º	17º	17º	ESPÍRITO SANTO	19.030	17.900	18.700
18	18	18	TOCANTINS	17.556	17.350	16.250
19º	19º	19º	ALAGOAS	12.900	13.100	12.800
20º	20º	20º	CEARÁ	8.300	6.860	6.500
23º	23º	21º	RIO GRANDE DO NORTE	4.300	3.700	3.570
25º	25º	22º	PARAÍBA	4.290	3.145	3.000
21º	21º	23º	SERGIPE	3.900	4.100	4.600
22º	22º	24º	ACRE	3.050	3.860	3.740
24º	24º	25	RIO DE JANEIRO	2.920	3.380	3.455
26º	26º	26º	DISTRITO FEDERAL	2.000	2.150	2.050
27º	27º	27º	AMAPÁ	990	1.280	1.120
TOTAL				887.029	860.355	841.005

Fonte: ANUÁRIO PEIXE BR DA PISCICULTURA 2023 peixebr.com.br | [Anuário 2024 - PeixeBR](#)

RANKING DE PEIXES DE CULTIVO NOS ESTADOS

ESTADO	TILÁPIAN	ATIVOS	OUTROS*	TOTAL
ACRE	50	3.000	-	3.050
ALAGOAS	9.200	3.200	500	12.900
AMAPÁ	90	900	-	990
AMAZONAS	-	20.500	-	20.500
BAHIA	29.670	4.100	230	34.000
CEARÁ	8.200	-	100	8.300
DISTRITO FEDERAL	1.800	200	-	2.000
ESPÍRITO SANTO	18.100	930	-	19.030
GOIÁS	20.500	9.000	350	29.850
MARANHÃO	5.000	38.343	5.800	49.143
MATO GROSSO	4.000	40.500	400	44.900
MATO GROSSO DO SUL	32.000	1.900	200	34.100
MINAS GERAIS	58.200	2.500	900	61.600
PARÁ	950	23.200	250	24.400
PARAÍBA	4.200	50	40	4.290
PARANÁ	209.500	2.500	1.300	213.300
PERNAMBUCO	32.000	200	-	32.200
PIAUI	9.700	7.300	4.900	21.900
RIO DE JANEIRO	2.700	20	200	2.920
RIO GRANDE DO NORTE	2.900	600	800	4.300
RIO GRANDE DO SUL	8.500	1.300	17.000	26.800
RONDÔNIA	-	56.500	-	56.500
RORAIMA	-	20.100	-	20.100
SANTA CATARINA	44.600	3.000	8.500	56.100
SÃO PAULO	75.700	4.600	2.100	82.400
SERGIPE	1.100	1.900	900	3.900
TOCANTINS	420	17.136	-	17.556
TOTAL	579.080	263.479	44.470	887.029
PARTICIPAÇÃO6	5,28 %	29,70 %	5,01 %	

Fonte: ANUÁRIO PEIXE BR DA PISCICULTURA 2023 peixebr.com.br | [Anuário 2024 - PeixeBR](#)

O que fizemos

A **meta 14.1** recomenda a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Em alinhamento ao propósito, e dada a importância dos rios para a vida em nosso Estado, na direção desta meta, o governo do estado criou em 2023, o Programa Estadual de Conservação de Rios (PRÓ-RIOS), com o propósito de preservar os rios do Estado do Pará, e mantê-los socioambientalmente saudáveis, como base para o desenvolvimento sustentável, para a provisão de serviços básicos à população, garantia do seu bem-estar e promoção de atividades econômicas e culturais tradicionais.

Preservação de rios é uma das pautas prioritárias para o Governo

Ainda em fase inicial, a iniciativa integra a Política Estadual de Conservação de Rios, com estabelecimento de um marco legal, instituindo legalmente a categoria de unidade de conservação específica, que será aplicada de forma pioneira na bacia dos Rios São Benedito e Azul na região Tapajós.

Neste contexto, para a implantação do programa Pró-Rios, o governo do Pará publicou em 2023 edital de chamamento público aberto para que instituições financeiras e organismos e entidades de crédito façam propostas de financiamento de recursos a com foco na preservação dos rios paraenses. A captação dos recursos, da ordem de R\$ 350 milhões, prevê prazo de execução de 10 anos.





A legislação garante a **reprodução da espécie.**

SEMAS apreendeu **mais de 3 mil caranguejos** no primeiro período de defeso



O Governo do Estado promove políticas públicas com ênfase para os pequenos produtores, entre eles, os pescadores artesanais, a exemplo dos catadores de caranguejo, atuando de forma integrada com vários órgãos da esfera estadual, federal e municipal, trabalhando pela promoção do bem-estar, bem como contribuindo com a preservação dos recursos naturais, ações que alinham com a **meta 14.2** quanto a gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos, além da **meta 14.4** que visa regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal.

Dentre as ações destacam-se a conscientização do período do defeso –

onde fica proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do crustáceo (caranguejo-uçá), com o objetivo de proteger os caranguejos em uma época em que eles estão mais vulneráveis, ou seja, no período de reprodução, a fim de que se possa garantir a sobrevivência da espécie, principalmente nas unidades de conservação, criadas para proteger os recursos naturais de forma sustentável. Como exemplo, destacam-se as Unidades de Conservação de uso sustentável, da Área de Proteção do Marajó (APA Marajó), APA Algodão-Maiandeuá (em Maracanã) e Monumento Natural Atalaia (em Salinópolis) e em todo o território paraense. A medida proibitiva garante a sobrevivência da espécie e geração de renda para os extrativistas e pescadores, que têm no caranguejo-uçá uma forma de sustentar suas famílias.

Um conjunto de iniciativas e investimentos estaduais foi adotado na área e contribuiu à **meta 14.4**, que recomenda regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pescas destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas e à **meta 14.7**, que busca aumentar os benefícios econômicos a partir do desenvolvimento da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca.

Investimentos, em 2023, de R\$1,56 milhão, atenderam 971 pescadores/ aquicultores, com objetivo de apoiar a adoção de práticas de pesca responsável, estabelecendo cotas e regulamentações para preservar os ecossistemas aquáticos, visando garantir a sustentabilidade das atividades pesqueiras e promover o crescimento da aquicultura de maneira sustentável. Ressalta-se contribuição também à meta 14.6, que faz menção à “Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados”. Destacam-se algumas entregas, tais como:

- Ampliação de áreas físicas de piscicultura, capacitação e orientações técnicas, para adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais assegurando a produção confiável e de qualidade.
- Apoio a pescadores em 121 municípios e à Estação de Piscicultura “Orion Nina Ribeiro” no município de Terra Alta;
- Aquisição de equipamentos para diversos municípios do Pará visando fortalecer as secretarias municipais

de pesca e aquicultura, os escritórios regionais e as Unidades de Apoio à Agricultura Familiar, tais como redes de arrasto alevinos e juvenis (Piscicultura), redes de arrasto para engorda (Piscicultura), Puçá reforçado (Piscicultura), balanças dinamométricas digitais, Macacões Vulcanizados.

- Apoio ao desenvolvimento da piscicultura na Aldeia Indígena Aikewara do Povo Suruí do Sororó, no município de Brejo Grande do Araguaia, colaborando para a segurança e soberania alimentar, trabalho e renda para os indígenas.

Dentre as iniciativas para o alcance da **meta 14.6**, que avalia certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e à sobrepesca, em 2023, o governo estadual estatuiu instrumentos normativos (portarias) estabelecendo critérios para a formalização dos Acordos de Pesca em comunidades pesqueiras no Estado do Pará, visando a conservação e a preservação dos rios das respectivas regiões, contribuindo para a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais, além de promover o manejo adequado e a cooperação entre os pescadores locais. Dentre os exemplos:



Ao lado do governador Helder Barbalho, pescadora bragantina mostra o **certificado recebido do Estado**

o Acordo de Pesca da região do Lago Grande do Curuai, nos municípios de Santarém, Óbidos e Juruti; o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades de Aldeia, Miri, Passagem, Jaburu e Mucurituba, localizadas no município de Monte Alegre e o Acordo de Pesca na área de influência do Rio Caeté, localizado no município de Bragança.

No que diz respeito às iniciativas que contribuem com a **meta 14.a**, referentes ao aumento do conhecimento científico e desenvolvimento de capacidades de pesquisa, destaca-se o apoio do Governo do Pará ao International Fish Congress & Fish Expo Brasil (IFC Amazônia), que promoveu intercâmbio de conhecimentos sobre a cadeia produtiva da pesca e aquicultura. O evento reuniu 80 palestrantes, especialistas do segmento pesqueiro e aquícola do Brasil e de países como Peru, Colômbia e México, que dialogaram com um público de 4,5 mil pessoas, entre pescadores, produtores, empreendedores e estudantes que puderam trocar conhecimentos e experiências. A gestão estadual viabilizou, ainda, a participação de pescadores e produtores no evento.

A continuidade do Programa Pesca para Sempre é outra contribuição à **meta 14.b**, que é oriundo do acordo de cooperação entre o governo do Pará e a associação Rare do Brasil, firmado em 2022, por ocasião 27ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 27, com objetivo de promoção da gestão sustentável dos recursos pesqueiros e a conservação da biodiversidade, estimulando o fortalecimento comunitário com a participação das populações tradicionais, por meio da gestão participativa. Ressalta-se o compromisso dessa iniciativa na viabilização de ações nas Reservas Extrativistas (Resex) marinhas e em toda a zona costeira do Pará, principalmente em áreas que a pesca é realizada por populações tradicionais, de maneira artesanal.

Ainda em contribuição à **meta 14.b**, quanto a proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados, em 2023, por meio de órgãos estaduais, registraram-se atendimentos técnicos a mais de 900 pescadores/aquicultores. Também foi viabilizado acesso aos mercados para os pequenos produtores, apoiando a realização de feiras do pescado, em mais de 50 municípios do Pará.



Congresso internacional no Pará **sobre cadeia produtiva da pesca e aquicultura**



Feira do Pescado 2023



OBJETIVO 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.



OBJETIVO 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

O ODS 15, dedicado à Vida Terrestre, estabelece metas ambiciosas para preservar ecossistemas, florestas e a rica biodiversidade do nosso planeta. No Brasil, a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que inclui áreas como Áreas de Preservação Permanentes (APPs), Reservas Legais (RLs) e Terras Indígenas, é um pilar fundamental para alcançar esses objetivos.

Deter o desmatamento é crucial para evitar a desertificação e garantir a saúde do solo. A biodiversidade e as espécies ameaçadas também precisam de proteção, combatendo-se a caça ilegal e o tráfico de animais silvestres e flora. Nessa missão, os estados assumem um papel essencial, articulando mudanças de comportamento nas comunidades e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O ODS 15 é composto por 16 metas, divididas em 7 finalísticas e 9 de implementação. No Pará, o Governo do Estado demonstra seu compromisso com o ODS 15 através de diversas iniciativas, como a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC): base para o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que estrutura programas como o Programa Territórios Sustentáveis e a Força Estadual de Combate ao Desmatamento (FECD), responsável pelas operações Amazônia Viva e Curupira, entre outras

A seguir, detalhamos as metas nacionais do ODS 15 e as ações do Governo do Pará para alcançá-las:

Metas Brasileiras

Meta 15.1.1br

Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Meta 15.1.2br

Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.

Meta 15.2

Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos

os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.

Meta 15.3

Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

Meta 15.4

Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Meta 15.5.1br

Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.

Meta 15.5.2br

Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

Meta 15.5.3br

Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.

Meta 15.6.1br

Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Meta 15.6.2br

Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

Meta 15.7

Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.

Meta 15.8

Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

Meta 15.9

Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

Meta 15.a

– Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.

Meta 15.b

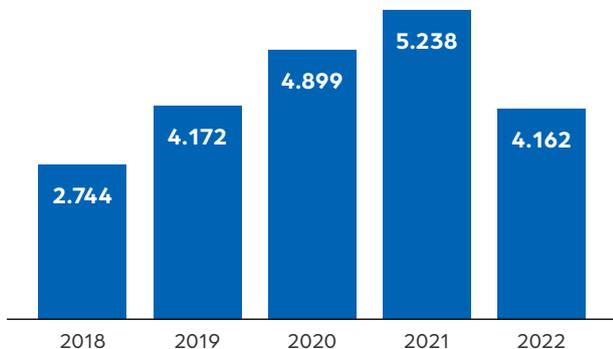
Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

Meta 15.c

Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.

Onde estamos

Desflorestamento Anual Km²/ano no Estado do Pará



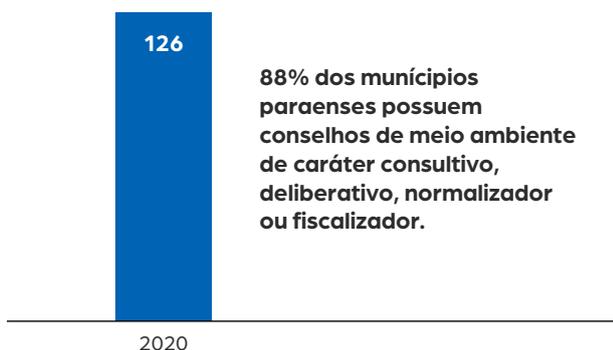
Fonte: INPE/PRODES, 2024.

Unidades de Conservação Estadual

Tipo	Área (km ²)
Proteção Integral	54.707,8
Uso Sustentável	162.189,1
Total	216.896,9

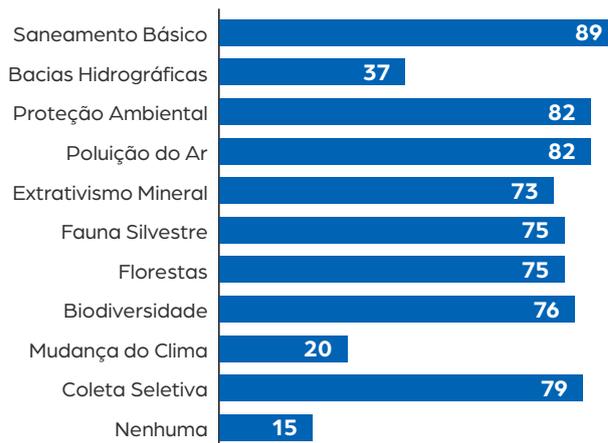
Fonte: FAPESPA, 2020

Municípios com conselhos de Meio Ambiente



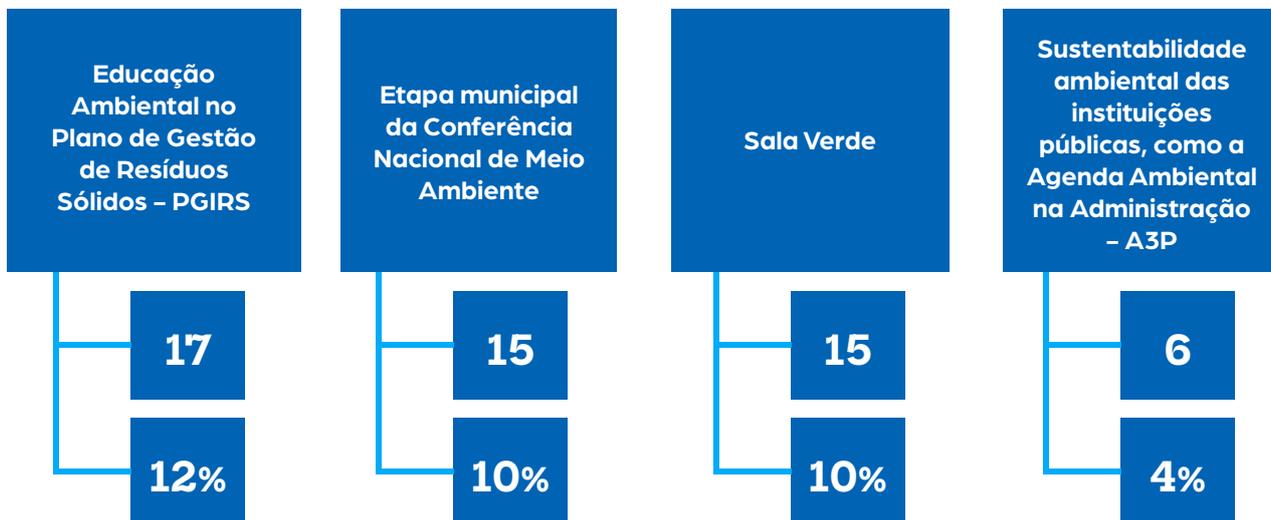
Fonte: IBGE/Munic, 2020.

Municípios com instrumentos ou legislação ambiental - 2020



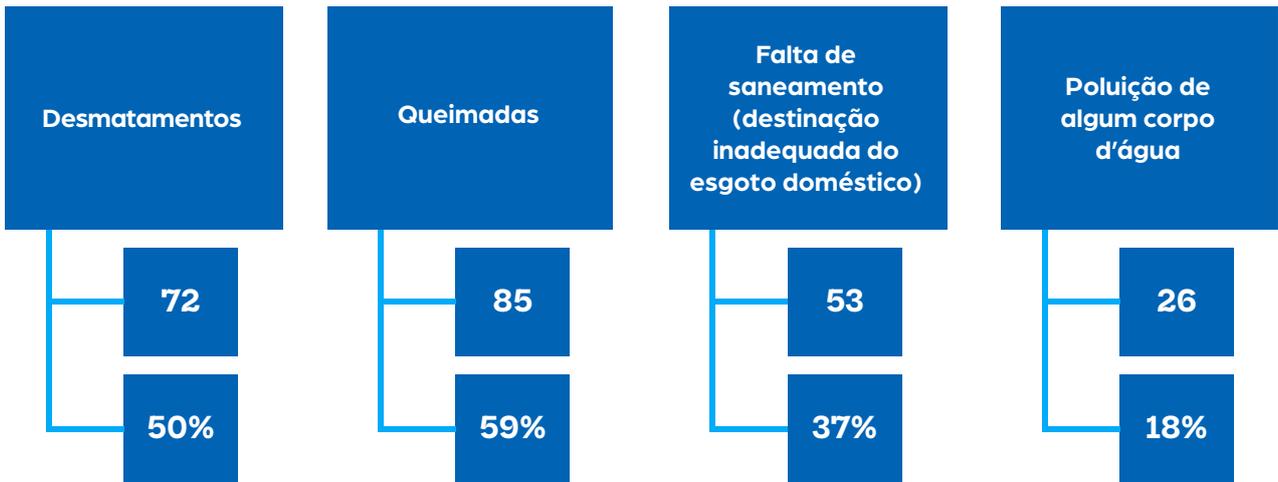
Fonte: IBGE/Munic, 2020

Municípios com programas implantados em parceria com o Governo Federal



Fonte: IBGE/Munic, 2020

Municípios com ocorrência de algum impacto ambiental

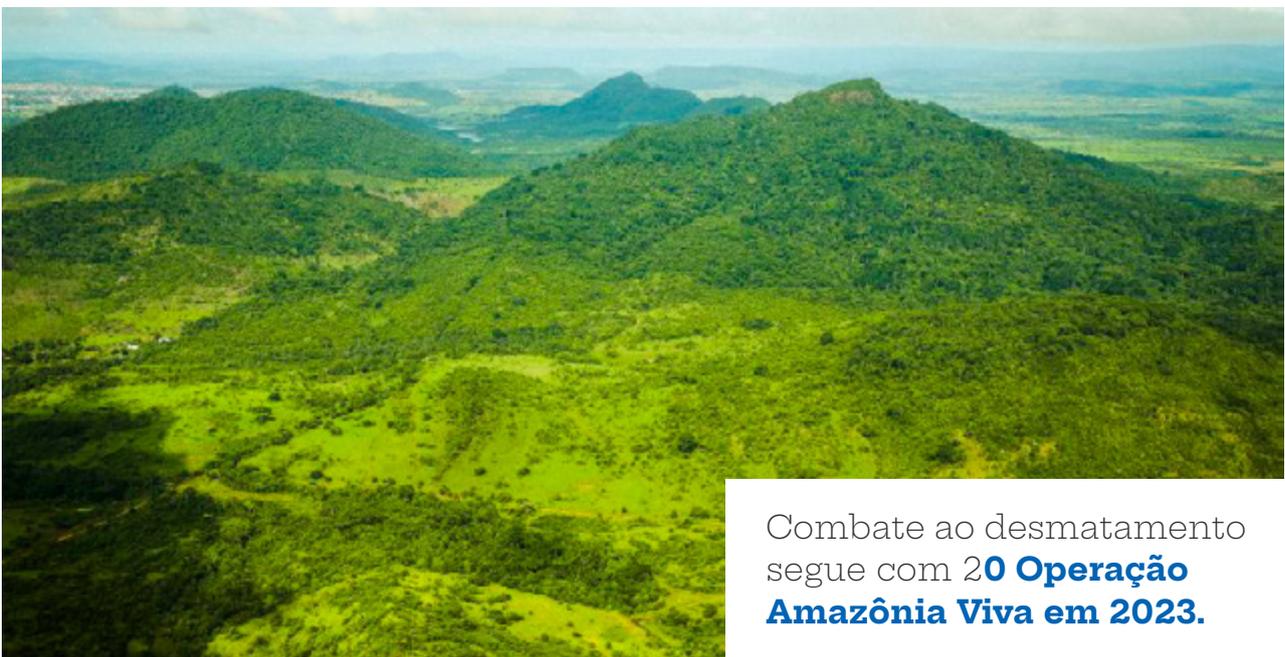


Fonte: IBGE/Munic, 2020

O que fizemos

Alinhada às metas do ODS 15, a Operação Amazônia Viva, criada para coibir atividades ilegais e combater o desmatamento ilegal em áreas críticas do Pará, reúne esforços da Força Estadual de Combate ao Desmatamento (FECD), composta por diversos órgãos ambientais e de segurança pública, contribuindo para o alcance de forma direta da **metas 15.2**

(até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável...), e de forma indireta das **metas 15.5** (reduzindo degradação de habitat naturais e risco de extinção de espécies animais e vegetais ameaçadas) e **meta 15.7** (acabar com a caça e pesca ilegal e o tráfico de espécies de flora e fauna protegidas).



Combate ao desmatamento segue com **20 Operação Amazônia Viva em 2023.**

Em 2023, a Operação Amazônia Viva intensificou suas ações, realizando 20 operações bem-sucedidas, nas quais foram emitidos autos de infração, termos de embargo, apreensão e depósito, punindo os responsáveis pelo desmatamento ilegal e garantindo a reparação dos danos ambientais. Houve destruição de 19 acampamentos ocupados por desmatadores ilegais, desmantelando a infraestrutura utilizada para atividades criminosas e impedindo a reincidência.

Foram realizadas fiscalizações em 3 garimpos clandestinos, apreensão de veículos diversos, com o objetivo de impedir o transporte de madeira ilegal e outros produtos irregulares, além da apreensão de 1.227,4621 m³ de madeira em tora, 58,2948 m³ de madeira serrada e de 43 unidades

de estaca extraída de forma ilícita, 99,792 m³ de carvão vegetal, dentre outros equipamentos e apetrechos, retirando do mercado produtos ilegais e desestimulando o desmatamento.

O sucesso da Operação Amazônia Viva foi impulsionado pelo uso de tecnologia de ponta. Imagens de satélites fornecidas pelo Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM) permitiram identificar áreas de desmatamento ilegal com precisão, direcionando as ações da FECD de forma eficiente.

Através dessas ações a operação contribuiu para proteger os ecossistemas terrestres, combater a desertificação, deter a perda de biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.



SEMAS em mais uma fase da **Operação Amazônia Viva**



Operação Curupira
ajudou a diminuir o
desmatamento no Pará

Outro destaque do ano de 2023 foi a Operação Curupira, originada pelo Decreto nº 2.887, de 07 de fevereiro de 2023, que determinou Emergência Ambiental em 15 municípios paraenses: Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Pacajá, Novo Progresso, Itaituba, Portel, Senador José Porfírio, Novo Repartimento, Uruará, Rurópolis, Placas, Trairão, Jacareacanga e Medicilândia, por concentraram 76% do desmatamento do Pará no período de 2019 a 2022.

A força-tarefa obteve resultados expressivos em tempo recorde, tanto que em julho de 2023 apenas cinco meses após o início da operação, foi constatada a redução de 50% do desmatamento nos referidos municípios. Desta forma, a iniciativa contribuiu diretamente para o alcance da **meta 15.2** de deter e reverter a perda de florestas, uma vez que combateu o desmatamento ilegal e promoveu a proteção das florestas paraenses, contribuiu também com a **meta 15.7**, pois reforçou a segurança nas áreas protegidas, combatendo atividades ilegais que ameaçam a fauna e flora da região.

Outra iniciativa que merece ser evidenciada é o Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PLANBIO) que se consubstancia como um pilar fundamental na estratégia do Estado para alcançar as metas do ODS 15. Através de sua atuação abrangente e em consonância com a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), o PLANBIO apresenta convergência com os objetivos propostos pela ONU, promovendo a proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações locais, em total alinhamento com o combate ao desmatamento.



Plano Estadual de Bioeconomia
ganha novo impulso

As iniciativas do PLANBIO contribuem diretamente para o alcance da **meta 15.2** ao promover o uso sustentável dos recursos da floresta e combate ao desmatamento ilegal. Alinha-se também com **meta 15.5**, pois valoriza a rica biodiversidade da Amazônia como base para o desenvolvimento sustentável, promovendo a pesquisa científica, a proteção de áreas de alto valor ecológico e o manejo sustentável dos recursos naturais, impacta ainda na **meta 15.7** pois apoia ações de combate à caça furtiva e ao tráfico ilegal de animais silvestres, protegendo a fauna e flora amazônica, além da **meta 15.9**, pois promove a integração da biodiversidade na formulação de políticas públicas, garantindo que o desenvolvimento socioeconômico seja feito de forma sustentável e inclusiva.

Foram investidos R\$ 35 milhões no PLANBIO, em 2023, em ações que impactaram mais de 60 mil pessoas, em todos os municípios, apoiando 275 negócios e capacitando 38 mil pessoas. Em seu primeiro ano de execução, o PLANBIO já apresenta importantes avanços no estímulo ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, por meio da implementação do Projeto Inova Sociobio, cujo público-alvo é composto por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (jovens e mulheres). Destaca-se ainda que em 2023, o início da construção do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, em parceria com a Empresa Vale e o Governo do Estado, com previsão de início das atividades para 2025.



Economia verde é incentivada no Pará com as obras do **Parque de Bioeconomia**



No Dia da Amazônia,
Governo cria nova unidade
de **conservação integral**

Merece destaque também a promulgação da Lei nº 10.167, de 20 de novembro de 2023, que institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS), como mais um avanço do Programa Territórios Sustentáveis.

A partir da promulgação da referida lei, o Projeto Valoriza TS torna-se um mecanismo importante para incentivar a gestão ambiental responsável e a preservação da biodiversidade em áreas rurais, contribuindo com o ODS 15, especialmente na **meta 15.a**, que visa mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas e **meta 15.b**, que busca mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

Em 2023, o Pará intensificou a busca por financiamentos internacionais para viabilizar projetos com foco na sustentabilidade e na preservação ambiental, captou US\$ 300

milhões para o programa “Descarboniza Pará”, que visa alcançar a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Paralelamente, o “Pro-Rios”, programa dedicado à conservação dos rios paraenses, recebeu um aporte de R\$ 350 milhões provenientes de financiamentos externos. Ambos contribuindo também com a **meta 15.a**.

Destaca-se ainda contribuições à **meta 15.1.1br**, que visa à conservação, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia:

- A criação da Estação Ecológica (Esec) Mamuru, 28ª Unidade de Conservação criada pelo Governo do Estado do Pará, representando um marco histórico na proteção da biodiversidade amazônica. Localizada entre os municípios de Aveiro e Juruti, abrangendo cerca de 126 mil hectares, a Esec Mamuru engloba terras indígenas e parques nacionais, consolidando um mosaico de proteção ambiental vital para a região.

Atualização do Plano de Manejo Integrado do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas e elaborado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Araguaia, localizadas em São Geraldo do Araguaia, na Região Carajás. Por meio desta iniciativa o Governo do Estado demonstra seu compromisso com a gestão eficaz das Unidades de Conservação existentes, tanto que 60% das UCs do Pará agora contam com planos de manejo detalhados.

Em contribuição a **meta 15.1.1br e meta 15.2**, ressalta-se o PROSAF, projeto

estadual de promoção de recomposição florestal em propriedades de agricultores familiares, por meio do plantio de Sistemas Agroflorestais (SAF's), que em 2023, para atendimento a povos e comunidades tradicionais, com enfoque especial em produtos florestais não madeireiros, foram atendidas 1.546 famílias por meio dos projetos "Abelha Nativa"; "Movelaria Rustica e Biojoias"; "Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu em Marabá"; e "Diagnóstico Socioambiental e cadastramento de famílias da Gleba Joana Peres II", do município de Portel, na Região de Integração do Marajó.



Metodologia PROSAF para recuperação de áreas nos territórios sustentáveis

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



OBJETIVO 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

16

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES

OBJETIVO 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 tem como objetivo a construção de sociedades pacíficas, inclusivas e justas, pilares fundamentais para o desenvolvimento humano sustentável. Essa missão se concentra nas populações e regiões mais vulneráveis socialmente, buscando garantir seus direitos e oportunidades, promovendo a paz e a justiça como elementos essenciais para um futuro próspero e equitativo. É composto de 12 metas, sendo 10 finalísticas e duas de implementação.

São apresentadas a seguir a relação das metas nacionais do ODS 16, às quais ocorreram em 2023 contribuições para o seu alcance, por meio de realizações e entregas do governo estadual.

Metas Brasileiras

Meta 16.1

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.

Meta 16.2

Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

Meta 16.3

Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Meta 16.4

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

Meta 16.5

Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Meta 16.6

Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis.

Meta 16.7

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Meta 16.9

Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.

Meta 16.a

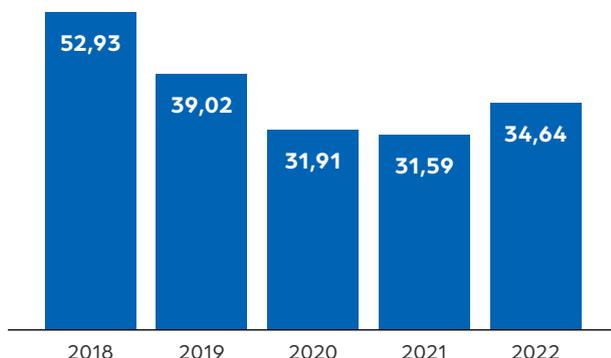
Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.

Meta 16.b

Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

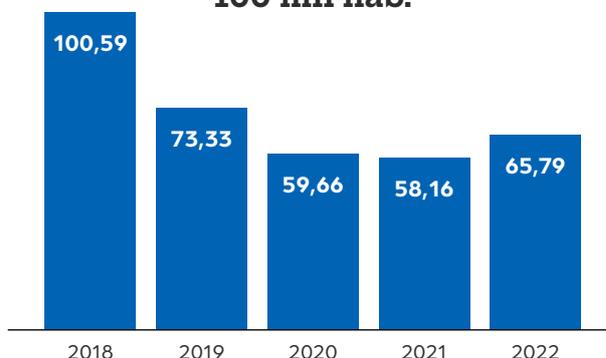
Onde estamos

Taxa de Homicídio 100 mil hab.



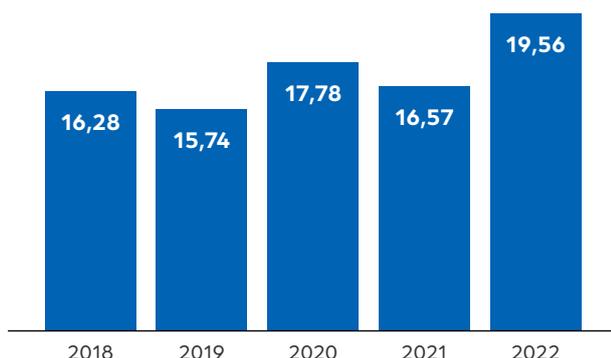
Fonte: Fapespa/ DATASUS-MS/IBGE, 2024
Nota: (1) Dados atualizados em 2023.

Taxa de Homicídio de Jovens 100 mil hab.



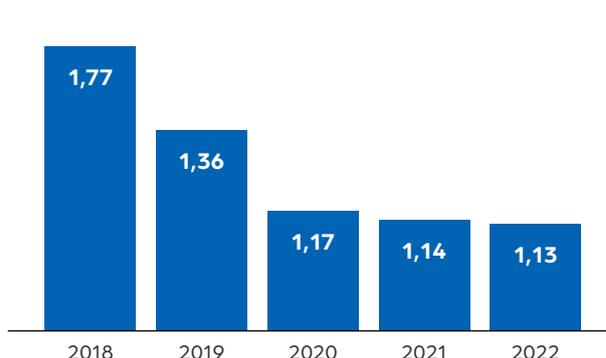
Fonte: Fapespa/ DATASUS-MS/IBGE, 2024
Nota: (1) Dados atualizados em 2023.

Taxa de mortes no trânsito



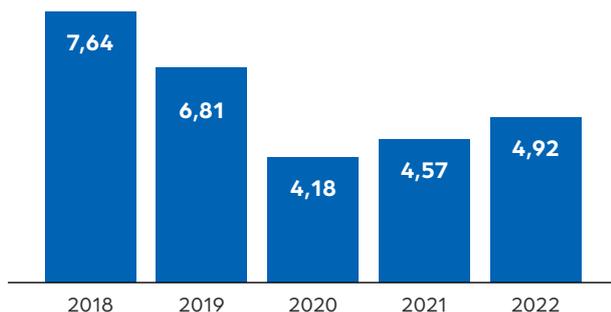
Fonte: Fapespa/ DATASUS-MS/IBGE, 2024
Nota: (1) Dados atualizados em 2023.

Densidade Carcerária (Preso/Vaga)



Fonte: Seplad/Seap, 2024.

Taxa de Homicídios de Mulheres (100 mil mulheres)



Fonte: Fapespa/ Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ DATASUS-MS/IBGE, 2024
Nota: (1) Dados atualizados em 2023.

O que fizemos

O compromisso do Governo do Pará com a paz social e a inclusão, construindo um futuro mais próspero e justo para todos os paraenses, vem se materializando em ações implementadas nos últimos anos, e demonstram os caminhos desafiantes que o estado está percorrendo para alcançar os ODS da Agenda 2030 da ONU, sobretudo o ODS 16.

A redução da violência e a prospecção de um estado de paz social, perpassam por um conjunto de políticas públicas transversais, alinhadas, programadas e executadas de forma multiinstitucional, e respeitando os direitos dos mais vulneráveis.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Pará, fundamentado na diretriz estratégica de governo Sociedade de Direitos, estabeleceu Programas como o TerPaz, que articula, em perspectiva intersetorial, as políticas públicas de inclusão social às políticas de segurança pública. As Usinas da Paz são equipamentos públicos que reúnem múltiplos serviços públicos para a prevenção à violência, a inclusão social e ao fortalecimento comunitário. Outros eixos fundamentais vinculados à inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, a mediação de conflitos e prevenção à violência serão discriminado na análise do ODS 17.



Cidadania e redução da violência: as Usinas da Paz começam a fazer a diferença

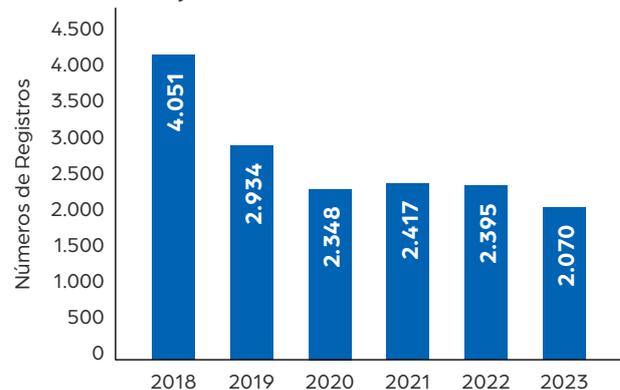
No que se refere ao sistema de segurança pública no estado, foram direcionados e priorizados recursos nos últimos anos, principalmente, em recursos humanos, tecnologia, inteligência e em logística, sinalizando redução os principais índices de criminalidades do estado, a partir de um esforço integrado, instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Essa conquista se alinha à **meta 16.1** dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que busca reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas.

Em 2023, foram investidos R\$ 4,8 bilhões na área de Segurança Pública pela esfera estadual, 122% acima dos investimentos em 2015. A taxa de homicídio que em 2018 era de 52,93 homicídios para cada cem mil habitantes, em 2022 reduziu 18,80 pontos na taxa, chegando a 34,13 homicídios para cada cem mil habitantes.

Nos últimos anos as ações estaduais voltadas ao combate aos crimes violentos

que resultaram em reduções recordes em 2023. Segundo dados divulgados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, no acumulado de janeiro a dezembro de 2023 foram contabilizados 2.070 crimes violentos, uma redução de 49% de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), quando comparado aos que foi registrado em 2018, 4.051 casos. Reduzir os índices de CVLI significa vidas preservadas, mais precisamente mais de oito mil vidas.

Registros de CVLI ocorridos no Estado do Pará, nos anos de 2018 a 2023



Fonte: Siac/Segup

O combate à criminalidade no Pará ganhou impulso nos últimos anos com investimentos em diversas frentes para garantir a segurança da população paraense: capacitação dos agentes de segurança, a construção e reforma de instalações policiais, a aquisição de armamentos modernos; iniciativas estruturadas em planejamento estratégico, se configuram como ferramentas essenciais para a gestão estadual. Associadas ao conjunto dessas iniciativas, foram realizadas operações específicas nos perímetros urbanos como "Polícia Mais Forte", "Madrugada da Paz", "Fechando o Cerco", entre outras. Essas

medidas visam, promover a segurança pública em seu sentido mais amplo, garantindo o bem-estar e a tranquilidade da sociedade paraense.

Em 2023, em prol da **meta 16.1**, um conjunto de ações ostensivas e preventivas foram implementadas para combater a violência, com destaque para:

- **Posse de 2.500 novos servidores**, aumento do efetivo de segurança pública.
- **Criação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO)**.

- **Investimento de cerca de R\$ 10 milhões na melhoria de Delegacias Policiais** nos municípios de Afuá, Anajás, Curalinho, Muaná, Salvaterra, Xingara e Barcarena.
- **Entrega do 1º Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) e novo Núcleo Integrado de Operações (NIOP) no município de Marabá.** Uma parceria entre o Governo do Estado e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), um investimento acima de R\$ 1 Milhão.
- **Implantação em Belém da Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência (DPPCD)**, a primeira na região Norte.
- **Entrega da reforma do 37º Batalhão da Polícia Militar em Belém**, do novo prédio do Departamento Geral de Pessoal no complexo do Comando Geral, e reforma do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Pará, com investimento de cerca de R\$ 9 milhões.
- **Investimento de R\$ 1,7 milhões para a adequação do novo prédio da Corregedoria – Geral da PMPA**, em consonância com o Governo Federal que permitiu a cessão do espaço.
- **Entrega do 1º Centro de Comando e Controle Regional (CICCR) na Cidade de Marabá**, inclusive com a tecnologia de câmeras de reconhecimento facial e de placas veiculares. Na mesma estrutura, funciona o novo Núcleo Integrado de Operações (NIOP), estrutura adequada à integração dos órgãos de segurança pública estaduais, municipais e federal na região.
- **Concluídas as reformas do 13º Grupamento do Bombeiro Militar (GBM) em Salinópolis e do 9º GBM de Altamira**, com investimento de R\$ 2,2 milhões.
- **Renovação da frota de veículos para o serviço policial militar**, com investimentos de mais de R\$ 360



Belém e RMB ganham quase **600 novas viaturas da PM-PA**



Efetivo das forças de segurança **ganha aumento expressivo**

milhões, visando a substituição de forma gradativa dos veículos nos 144 municípios do Estado.

- **Manutenção dos serviços do Centro Integrado de Operações (CIOP)**, que disponibiliza o número 190 na Região Guajará, e 193 nas demais Regiões de Integração, além do serviço de videomonitoramento. Foram 1,5 milhão de ocorrências realizadas pelo cidadão e direcionadas às guarnições específicas da chamada para atendimento, com as mais frequentes perturbação da tranquilidade, violência doméstica e ameaça.
- **Realização de cerca de mil missões pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP) e pelo Grupamento Fluvial (GFLU)** referente a apoio às ações de segurança pública, a fim de garantir agilidade na visualização de áreas fiscalizadas e deslocamento de agentes e apoio às missões de saúde. Ressalta-se que o GFLU realizou operação de patrulhamento nos rios, considerando que estes ligam diferentes regiões do estado, abordando embarcações e atendendo ocorrências policiais relativas principalmente a pirataria fluvial.
- **Aumento do efetivo de policiais militares e civis na área da Defesa Social e Segurança Pública**, nomeando 197 novos servidores da Polícia Civil do Pará e formados 138 policiais civis, sendo 71 delegados e 67 investigadores oriundos do cadastro de reserva do concurso público C206 e C207 realizados em 2020.
- **Realização de diversas operações, de Policiamento Ostensivo**, feito pela Polícia Militar, com o objetivo de proporcionar mais segurança à população do Estado com ações preventivas e repressivas aos delitos, as quais contribuíram significativamente com a redução dos índices de criminalidade, tais como: Operação Carnaval Seguro, Operação Semana Santa, Operação Tiradentes, Operação Corpus Christi, Operação Dia do Trabalhador, Operação Verão, Operação Adesão do Pará, Operação Independência, Operação Enem e Operação Festas Seguras. R\$ 7.628.733,3.

Em relação à segurança no trânsito e redução de acidentes, também alinhadas à **meta 16.1**, foram realizadas um conjunto de ações em 2023:

- **Investimento de cerca de R\$ 9 milhões em ações de educação de trânsito no intuito de formar cidadãos conscientes**, na perspectiva de mudança de comportamento para proporcionar um trânsito seguro. Ocorridas em vias públicas, escolas e empresas, orientando sobre alcoolemia, uso de capacete, cinto de segurança, uso de celular, calçado inadequado e demais comportamentos que geram acidentes, nos municípios do estado. Foram realizadas 788 ações preventivas de educação no trânsito.
- **Realização de mais de 15 mil operações de fiscalização no trânsito**, intensificando investimentos em novas tecnologias, como o sistema de monitoramento, além de aumentar a frota de viaturas com 80 novas unidades, o que contribuiu para a melhor atuação dos agentes de fiscalização com vistas à redução da violência no trânsito. Para viabilizar a ação foram gastos recursos no valor de R\$78,5 milhões, atendendo todas as regiões de integração do Estado.
- **Ações de sinalização de trânsito em vias municipais e rodovias estaduais nas regiões de integração do estado** ampliando a segurança nas estradas, com a conclusão da implantação de 14 projetos de sinalização, que atenderam os municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Brejo Grande do Araguaia, Castanhal, Goianésia do Pará, Parauapebas, Redenção, Salinópolis, Marituba e Belém.

No que diz respeito à **meta 16.2**, que visa proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência, a gestão estadual, destacam-se em 2023:

- **Combate aos crimes de armazenamento de pornografia infantojuvenil** na Região Metropolitana pela Polícia Civil da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC) e peritos da Polícia Científica do Pará (PCEPA) a exemplo da Operação SAFEGUARD II realizada no município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém.
- **A proteção e defesa dos direitos de mulheres, crianças e adolescentes asseguraram acolhimento e atendimentos especializados** para 15,5 mil pessoas vítimas de violência, nas áreas de saúde, segurança e na rede socioassistencial, nas Unidades Integradas da Deam (Delegacia de Atendimento à Mulher) e Deaca (Delegacia de Atendimento à Criança e ao adolescente), em 11 Regiões de Integração.
- **Entrega de 10 viaturas rosas garantindo a ampliação do número desses veículos**, caracterizados para ações exclusivas do programa Pró-Mulher Pará, visando fortalecer as ações de enfrentamento à violência doméstica e contra a mulher no Pará.
- **Realização de ações de prevenção e inclusão social para crianças e adolescentes**, por meio de atividades socioeducativas, recreativas e esportivas, atendendo cerca de 40 mil pessoas nos Projetos "Polo de Inclusão Social" e "Espaços Abertos", desenvolvidos em Belém e Ananindeua, bem como implementação do Programa Educacional

de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que atua, especialmente nas escolas de territórios vulnerabilizados, alertando quanto à prevenção, risco e consequências do uso de álcool e outras drogas.

- **Manutenção das Unidades Integradas ParáPaz** que desempenham um papel crucial na assistência a crianças, adolescentes e mulheres que enfrentam situações de violência. Foram mais de 16 mil pessoas assistidas. Além do atendimento direto, as unidades também desenvolvem atividades preventivas, por meio de palestras de conscientização e campanhas mensais.

Contribuindo com a **meta 16.3**, fortalecendo o Estado de direito, destacam-se em 2023:

- **Ações ostensivas intra e extramuros, de ressocialização dos custodiados por meio das atividades de educação e trabalho**, vistas como a principal porta de saída dos custodiados como oportunidade para escrever uma nova história de vida. Ressalta-se que pessoas privadas de liberdade trabalharam em grandes obras do Estado, Pronto-Socorro da Augusto Montenegro; Novo Mangueirão; Centro de Convenções de Santarém. Na educação 4.143 pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa, que inclui privação de liberdade, fizeram inscrição para o Exame Nacional de ensino Médio (ENEM PPL).
- **Ainda no âmbito da reinserção social dos custodiados e familiares das pessoas em privação da liberdade**, foram investidos cerca de R\$ 17 milhões em ações, com média de 11 mil atendimentos. Registra-se na
- **área educacional**, a oportunidade de alfabetização, educação de jovens e adultos, e curso superior EAD. Foram mais de 5 mil inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade ou sob medida socioeducativa privados de liberdade (Encceja PPL) 2023, apresentando um aumento de 40% em relação ao ano anterior.
- **Investimento superior a R\$ 4 milhões, na entrega de 40 viaturas e 550 coletes balísticos**, para potencializar a proteção dos agentes no transporte de internos do Sistema Penal em todos os municípios de instalação de unidades penais situados nas 12 Regiões de Integração.
- **Formação de 959 policiais penais em 41 cursos de formação**, dentre estes, Curso de Operações Penitenciárias – (COPE), Curso de Ações Penitenciárias (CAP), Curso de Operações de Busca e Recaptura (COBRA), Curso Instrução de Tiro Policial – Módulo II e III.
- **Criação de três novas secretarias**, Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), Secretaria de Estado da Mulher (Semu), Secretaria de Estado de Povos Indígenas (Sepi), visando à defesa dos direitos humanos e a promoção da cidadania, o Governo Estadual avança na implementação de ações afirmativas que assegurem a diversidade e a pluralidade social.
- **Manutenção das Estações Cidadania**, que atuam no campo da inclusão e da garantia de direitos, com prestação de serviços públicos descentralizados, em

espaços adequados, com atendimento ágil e de qualidade. Com a inauguração de mais uma unidade no município de Itaituba, totalizaram 10 unidades estaduais, com investimento na ordem de R\$ 13 milhões. Essa estratégia atendeu, aproximadamente, 600 mil pessoas com serviços públicos de vários órgãos estaduais e entidades parceiras. Dentre as ações ofertadas: regularização de veículos e habilitação; emissão de documentos, tal como a carteira de trabalho digital; serviços bancários; seguro desemprego, registro mercantil, cadastros de processos de pensão, revisão de aposentadoria, situação fiscal de pessoas físicas, certidão de tempo de contribuição, serviços da rede de energia, entre outros.

- **Garantia de proteção integral e acolhimento provisório para aproximadamente 200 mulheres** e seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça, em abrigos estaduais de mulheres localizados nas regiões Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Guajará (Belém), e Xingu (Altamira), em ações articuladas à rede de enfrentamento à violência contra mulher.
- **Realização de 192.279 unidades de fiscalizações em instrumentos, produtos e serviços pelo Imetropará, nas 12 Regiões de Integração.** Dentre outras, realizou 8.831 fiscalizações/verificações de balanças comerciais, 14.307 de bombas medidoras de combustíveis, 21.676 de cronotacógrafos e 4.381 de taxímetros; 84 ações de fiscalização de máquina de lavar e refrigeradores com 163 unidades fiscalizadas; 37 ações de fiscalização de cerâmicas (telhas e tijolos) com 73.824 unidades fiscalizadas e índice

de irregularidade de 82,22%; 127 ações de fiscalização de brinquedos com 855 unidades fiscalizadas e índice de irregularidade de 61,29%; e, 10 ações de fiscalização de fios, cabos e cordões flexíveis com 12 unidades fiscalizadas e índice de irregularidade de 25%.

- **Entrega do Laboratório Forense em sua estrutura predial recuperada,** com readequação de técnicas periciais e estabelecendo metodologias de análise em consonância a exigências científicas e legais. Também foram entregues novas instalações de Perícia Veicular, fortalecendo os exames periciais de identificação, inclusive metalográfico, em veículos automotores suspeitos de furto e alteração, buscando possíveis alterações em seus elementos identificadores, o que ajuda na elucidação de acidentes, roubos e crimes de alta complexidade.
- **Registro de 752 solicitações de perícias em Belém e região metropolitana, com 729 perícias realizadas,** pelo Núcleo de Crimes Contra o Patrimônio, da Polícia Científica do Pará (PCEPA).

Em contribuição à **meta 16.4**, buscando reduzir o fluxo financeiro e de armas ilegais e combater todas as formas de crime organizado, o governo estadual, em 2023, por meio da Polícia Civil do Pará (PCPA), atuou no combate a todas as formas de crime organizado, recuperação e devolução de recursos roubados. No campo operacional, destacam-se as operações:

- **Rio Amazonas,** como estratégia para fortalecer o combate do tráfico nacional e internacional de drogas, cujos resultados foram a apreensão de 1,5 tonelada de entorpecentes e 12 toneladas de pescado;

- **Intercept**, com foco na investigação de tráfico de drogas na Região Marajó com resultado de apreensão de entorpecentes;
- **Esparavel**, iniciada na Região Tocantins, com ações integradas, cujo resultado foram 40 prisões, e, ainda, desarticulação de grupos criminosos que atuavam na região, em especial nas localidades ribeirinhas e na PA-151;
- **Operação Sem Fronteiras**, que realizou o cumprimento de mandado de prisão e de busca e apreensão contra líderes de uma organização criminosa que atuavam no Pará e no Rio de Janeiro, responsáveis por comandar ataques contra agentes de segurança pública no estado do Pará, além de ser investigada pelos crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, extorsão e outros.
- **Apreensão de 834,1 kg de drogas em Santarém** encontradas submersa na Ilha do Periquito, às margens do Rio Tapajós. A quantia tem valor de referência de R\$41.700.000,00 (quarenta e um milhões e setecentos mil reais).
- **Operação Inimigo Oculto**, que visou combater o plantio e a produção de maconha na comunidade do Umirizal, na zona rural do município de Terra Alta, na região de Integração do Guamá, com a destruição de cerca de 9 mil pés da droga foram localizados em plantações da referida localidade.
- **Operação Homebroker**, flagrada nos municípios de Anapu, Jacundá, Pacajá e Goianésia do Pará, intentou combater fraudes no comércio de créditos florestais virtuais, além dos crimes de armazenamento e transporte irregular

de madeira, apreendendo 662,189 m³ de madeira em toras e serradas, de diversas espécies.

Com relação à **meta 16.5**, alinhado ao combate à corrupção, em 2023, a Polícia Civil do Pará propiciou o depósito aos cofres estaduais de R\$ 13.682.000,94 (treze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil reais e noventa e quatro centavos) em quitação do débito tributário e R\$ 20.492.135,58 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) em depósito judiciais, totalizando um montante de R\$ 34.174.136,52 (trinta e quatro milhões, cento e setenta e quatro mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos) em favor do erário paraense. Tais recursos são oriundos da resolução de crimes de sonegação fiscal no Estado, contribuindo, assim, com a redução da corrupção em todas as suas formas.

Destaca-se ainda em contribuição a meta 16.5, a Operação Cor do Mel, que cumpriu 17 mandados de busca e apreensão, e 05 sequestros de bens e valores no Arquipélago do Marajó (cidades de Melgaço, Breves e Portel), em diligência que investigou crimes de fraude à licitação, peculato e associação criminosa na região.

Como contribuição à **meta 16.6**, atuando com transparência, responsabilidade e efetividade, e à **meta 16.7** visando garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis, o Governo do Pará, em 2023, elaborou o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027, sendo aprovado por meio da Lei Nº 10.260/23.

Durante a elaboração deste instrumento de planejamento, houve capacitação

das equipes de planejamento estadual; publicação de Manual do PPA 2024–2027, que contemplou a metodologia para a construção, desde as definições estratégicas até o processo de participação social, referenciando toda a base teórica e orientadora para

a melhor consolidação das políticas públicas no referido Plano e quadriênio correspondente, disponível [aqui](#).

Audiências Públicas
Cronograma

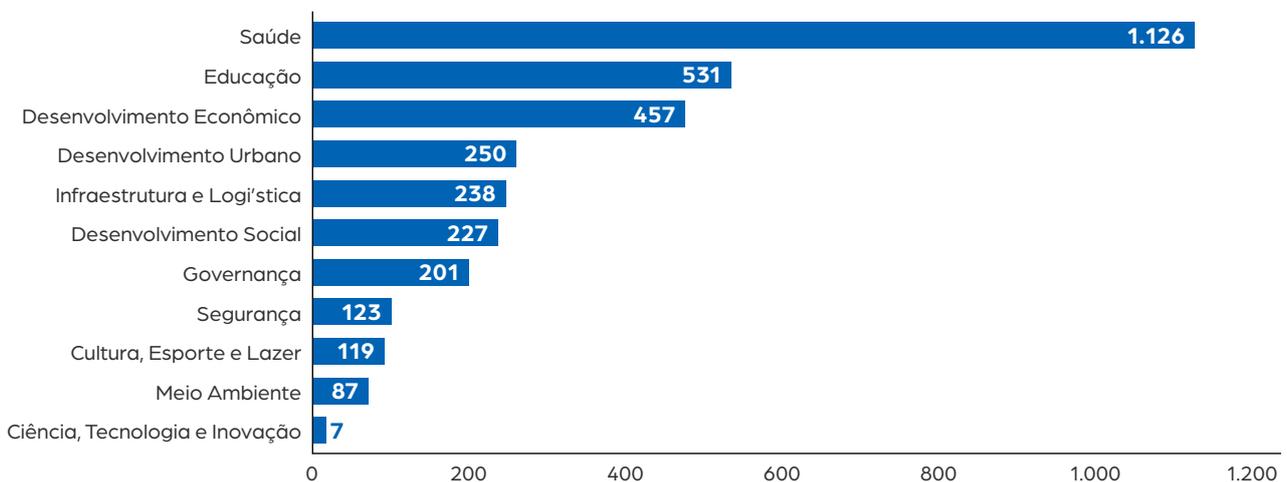
- 28/03/23 RI CARAJÁS – MARABÁ
- 31/03/23 RI BAIXO AMAZONAS – SANTARÉM
- 04/04/23 RI ARAGUAIA – REDENÇÃO
- 11/04/23 RI RIO CAETÉ – CAPANEMA
- 14/04/23 RI RIO CAPIM – PARAGOMINAS
- 18/04/23 RI MARAJÓ – BREVES
- 25/04/23 RI XINGU – ALTAMIRA
- 28/04/23 RI GUAMÁ – CASTANHAL
- 02/05/23 RI GUAJARÁ – BELÉM
- 04/05/23 RI LAGO DE TUCURUI – TUCURUI
- 08/05/23 RI TOCANTINS – ABAETETUBA
- 12/05/23 RI TAPAJÓS – ITAITUBA



A realização de oficinas regionalizadas temáticas e oficinas de elaboração do PPA, além de 12 escutas sociais nas Regiões de Integração garantiu a participação social resultando em 3.366

demandas específicas direcionadas aos eixos saúde, educação, infraestrutura, agricultura familiar, segurança pública, direitos humanos, promoção e proteção social.

Demandas por Área Temática - PPA 2024/2027



Fonte: SEPLAD, 2023

Destaca-se ainda em contribuição as **metas 16.6 e 16.7** a continuação da elaboração do Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado – Pará 2050, que além de realizar eventos de lançamento em 03 Regiões de Integração, desenvolveu: capacitação de servidores da administração pública; oficinas de apresentação de subprodutos correspondentes a diversas etapas de elaboração (Relatório Situacional do Pará e das 12 Regiões; Relatório Analíticos dos Estudos Prospectivos; Relatório Analítico com 3 Cenários), As escutas sociais importante estratégia para construção do Plano ocorreram em 2023, nos municípios de Belém, Santarém, Marabá, Breves, Capanema e Altamira.

Ressalta-se a realização da audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no dia 24 de março de 2023, de forma presencial e virtual, garantindo assim, a participação da população de todo o Estado, com demandas e sugestões para a composição do projeto de lei.

Destaca-se, ainda, a realização de Audiência Pública de Apresentação de Metas Fiscais na Assembleia Legislativa, para a apresentação do desempenho do Poder Executivo do Estado do Pará, no cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida do exercício de 2023.



Audiência Pública da **Lei de Diretrizes Orçamentárias** na SEPLAD



Audiência Pública de **Apresentação das Metas Fiscais**

Ainda em apoio a **meta 16.7**, em 2023, por meio da ação de apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil, que garante condições estruturais de funcionamento dos Conselhos Estaduais e apoio técnico aos organismos municipais de políticas públicas, foram apoiados 29 conselhos. Destaca-se a atuação do Conselho Estadual sobre Drogas (CONED), que realizou fiscalizações nas Comunidades

Terapêuticas e Centros de Recuperação, com o objetivo de garantir a qualidade do tratamento e a dignidade dos acolhidos, amparados na legislação e normas legais da política sobre drogas. Destaca-se ainda, que foi retomado o fortalecimento do Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI), enquanto mecanismo de controle social junto às políticas públicas voltadas aos Povos Indígenas.

Em contribuição a **meta 16.9**, visando fornecer identidade civil para todos incluindo o registro de nascimento, destaca-se em 2023:

- **A Polícia civil do Pará, através da DIDEM (Diretoria de Identificação Enéas Martins), atua no fornecimento de identidade civil para todos.** Em 2023, foram emitidas 1.009.396 identidade civil, sob um investimento de 10,3 milhões. Destaca-se ainda a aquisição do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais – ABIS.
- **Projeto Balcão Cidadão**, com cerca de 20 mil atendimentos, que viabilizaram, entre outros serviços, a emissão de documentos;
- **Investimento em torno de R\$ 7,5 milhões em ações itinerantes nas áreas urbanas e rurais**, em parceria com prefeituras, oportunizou o acesso à documentação civil, beneficiaram em torno de 75 mil famílias com tais serviços, entre outros. A oferta dos serviços descentralizados atendeu a população das regiões Carajás, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tocantins e Tapajós sendo priorizadas necessidades e especificidades de cada território e população, em especial as comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas.
- **Visando a erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica**, o governo estadual viabilizou a emissão de aproximadamente 780 mil cédulas de identidade nas 12 Regiões de Integração, em ações permanentes, articuladas com as prefeituras municipais, e no atendimento a 8 mil pessoas com acesso à certidão de nascimento.

- **Disponibilização por meio de requerimentos gratuitos junto aos cartórios, o atendimento de pessoas que vivem em situação de sub-registro ou situação de ter tido sua extravios de Certidão de Nascimento (CN) ou de Óbito.** Em 2023, foram emitidas: 1.382 1ª via CN; 10.902 2ª via CN e 67 2ª via de Óbito, por meio da Usipaz.

Em contribuição à **meta 16.10**, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais, o Governo do Pará participa do Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PPCAM, PROVITA, PPDDH), executado principalmente na região Guajará. São ações programas de Proteção: à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM); de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH); às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), que objetiva a proteção e preservação da vida de crianças, adolescentes, jovens e testemunhas ameaçadas de morte, são operacionalizados em parceria com Organização da Sociedade Civil por meio de Convênio. Em 2023, registraram-se atendimento de 11 usuários no Provita, sendo Criança (03), Adolescente (01), adulto (06) e idoso (01).

Quanto às contribuições à **meta 16.a**, visando fortalecer as instituições relevantes para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos, o governo do Pará realizou diversas ações preventivas para garantir paz e justiça social à população paraense, destacam-se:

- **Operação Tolerância Zero**, ações de fiscalização em vias e estabelecimentos que concentram um grande número de pessoas nos finais de semana em Belém, coibindo

e prevenindo ilícitos de trânsito e poluição sonora;

- **Operação Shamar**, deflagrada em todas as regiões do estado com ações preventivas, educativas, ostensivas e repressivas, visando ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e ao feminicídio;
 - **Operação Enem 2023**, ação integrada com os agentes de segurança municipal e federal envolveu escolta, logística e policiamento nas ruas para garantir a realização do evento.
 - **Programa Escola Segura**, criado em decorrência das situações de violência nas escolas, o qual reuniu um conjunto de iniciativas de prevenção e segurança para as escolas de todo o Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), em parceria com a Secretaria de Educação (Seduc). Atendeu 313 escolas em 69 municípios do estado por meio do sistema de chamadas de urgência e emergência emitidas pelo "Alerta Pará Escola". O resultado influenciou na redução das ocorrências nos estabelecimentos de ensino, principalmente na região Guajará.
 - **Reconhecimento e valorização dos agentes de segurança pública**, sendo capacitados cerca de 13 mil agentes neste exercício como forma de aumentar o conhecimento de novas técnicas para melhor atender a população.
- **Lei nº 10.286, de 15 de dezembro de 2023, que altera a Lei Estadual nº 8.444**, de 6 de dezembro de 2016, que institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e cria o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
 - **Lei nº 9.888, de 5 de abril de 2023**, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).
 - **Lei ordinária nº 9.886, de 03 de abril de 2023**, dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).
 - **Lei nº 10047, de 6 de setembro de 2023, que cria o Programa Dignidade Menstrual nas Escolas**, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que busca prevenir o absenteísmo e a evasão escolar, por motivos relacionados à pobreza menstrual, além de promover o acesso à informação sobre saúde e higiene menstrual, por meio de ações e/ou campanhas educativas. A proposição deve atender as pessoas matriculadas na rede pública estadual de ensino.
 - **Lei nº 9.900, de 02 de maio de 2023 que institui o Programa Escola Segura**, com o objetivo de prevenir a violência escolar, e garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes, docentes e demais profissionais da educação, além de criar o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar, vinculado a Seduc.
 - **Lei ordinária nº 9.933, de 29 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais e Sofrimento Psíquico.**

Em 2023, visando ampliar o acesso aos direitos humanos e garantia de igualdade, em 2023, várias iniciativas foram realizadas por meio de leis e políticas não discriminatórias e afirmativas, contribuindo com a **meta 16.b**. Destacam-se:



OBJETIVO 17.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



OBJETIVO 17.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

O ODS 17 suscita que as uniões e parcerias entre os diferentes agentes, como governos, sociedade civil e setor privado e, com a participação efetiva das universidades, possibilitam a mobilização e o intercâmbio de conhecimentos, capacidade técnica, tecnologia e recursos, com foco no desenvolvimento sustentável. Esse ODS é composto de 19 metas, sendo 2 finalísticas e 17 de implementação.

Todos os resultados de avanço nas políticas públicas no estado têm sido alcançados a partir da firme determinação de que se expandam as oportunidades de desenvolvimento, com preservação do meio ambiente e respeito às culturas e povos originários e tradicionais. Assim, o fortalecimento e as parcerias estratégicas têm sido fundamentais. Neste capítulo, são apresentados os principais esforços do governo estadual para o estabelecimento e alargamento de parcerias firmadas com diferentes entidades, esferas de governo e instituições internacionais, visando ampliar e captar recursos financeiros, tecnológicos e de gestão para viabilizar as iniciativas, atividades e projetos que contribuem ao cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No âmbito das políticas públicas destacamos diversos projetos e programas, que apresentam aspectos importantes preconizados em metas do ODS17, conforme elenca-se abaixo:

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará, Programa Forma Pará, Programa Territórios pela Paz, Plano Estadual de Bioeconomia, Projetos Descarboniza Pará, Plano Estadual Amazônia Agora, Criação e Registro de Produção Técnico/Científica, Educação por Todo o Pará, Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental, Projeto "Regulariza Pará, Asfalto por Todo o Pará, Programa Avança Pará, Articulação para Ações de Cidadania.

Metas Brasileiras

Meta 17.1

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

Meta 17.3

mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

Meta 17.6

melhorar a cooperação norte-sul, sul-sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das nações unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

Meta 17.7

promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

Meta 17.8

até 2030, operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação

Meta 17.9

Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países

em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Meta 17.14

aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

Meta 17.16

reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

Meta 17.17

incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Meta 17.18

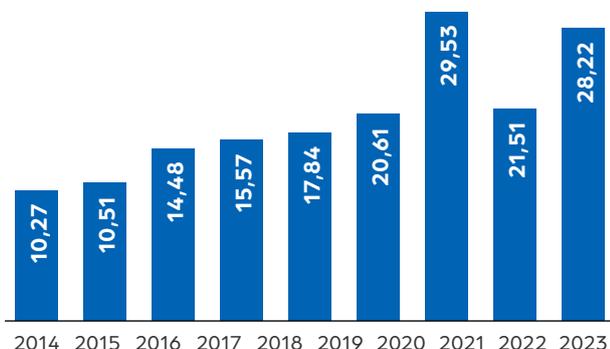
reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação

Meta 17.19

até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.

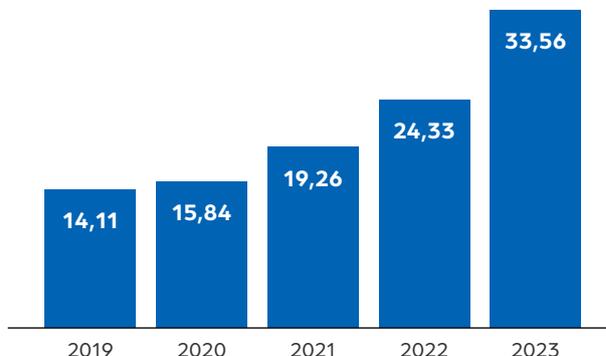
Onde estamos

Exportações Paraenses em Valor Fob (US\$)



Fonte: MDIC, 2024

Receita Própria Arrecadada em R\$ milhões



Fonte: SEFA, 2024

O que fizemos

A **meta 17.1** recomenda fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas. Para isso, o governo do Pará tem priorizado projetos de melhoria das receitas do estado, sobretudo as tributárias e da gestão do fisco, contribuindo para o alcance desta meta. Cita-se como exemplos o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará (PROFISCO II PA), da aquisição do Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), desenvolvidos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com contrapartida do estado.

A linha de crédito do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (Profisco II) é destinada à financiamentos de projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial do estado. O projeto tem o objetivo de contribuir

para a sustentabilidade fiscal do Estado, modernização da gestão fazendária, melhoria da administração tributária e da gestão do gasto público. Composto por 33 projetos divididos em três grandes eixos: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal e Administração Financeira e Gasto Público.

Em 2023, como avanço na direção da **meta 17.1**, destaca-se o lançamento do novo Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (Siafe). A plataforma também está inserida no Profisco II, financiado com linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta plataforma tecnológica integra as ações da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado do Pará. Reúne 216 unidades gestoras da administração direta e indireta do Poder Executivo, do Legislativo

e Judiciário, possibilitando adoção de novos procedimentos contábeis, que facilitarão o controle do fluxo de caixa e de custos, otimizando recursos públicos e proporcionando mais transparência para os órgãos de controle e a sociedade.

Em relação à receita total do estado do Pará, em 2023, esta cresceu 2,1% em relação a 2022, alcançando o valor total anual de R\$ 50 bilhões. A receita própria somou R\$ 33,5 bilhões em 2023, cresceu 3,8% em termos reais e representou 66,5% do total. Os recursos de transferências foram R\$16,9 bilhões, correspondendo a 33,5% do total,

apresentando um decréscimo de -1,1% em relação ao ano anterior. Nestas, insere-se os royalties hídricos, minerais e de petróleo.

A arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), principal tributo estadual, no ano, foi de R\$ 18,50 bilhões, o que representa um crescimento de 6,4% na comparação com a arrecadação de 2022. O aumento da arrecadação tributária, se constitui em importante vetor de mobilização de recursos do estado às Prefeituras visto que 25% são transferidos para os municípios, por meio de convênios fundos, colaborando com a **meta. 17.1.**



Lançamento do **Sistema de Execução Financeira do Pará**

A **meta 17.3** sugere a mobilização de recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes. O estado do Pará tem desenvolvido diversos esforços, articulações e parcerias com instituições públicas e privadas municipal, nacional e internacional e organizações não governamentais, com os mesmos propósitos desta meta.

Com este propósito, mantém o programa de Gerenciamento de Captação de Recursos Especiais para provisionar recursos para financiamento de projetos estratégicos para o estado. No ano de 2023, os projetos Descarboriza Pará, Avança Pará, Educação por Todo o Pará e Asfalto por Todo o Pará, já realizados no ano anterior, resultaram em leis autorizadoras

de operações de crédito interno e externo, destinados ao financiamento de planos, programas e projetos de investimentos, inclusive com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

O “Descarboniza Pará” é um financiamento com objetivo de melhorar o desempenho do Estado na busca pela neutralidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), prevê a injeção de capital internacional

no Estado, visa à melhoria das políticas públicas do Pará, fortalecendo instituições, melhorando os serviços e a qualidade do gasto público, trazendo responsabilidade climática aos investimentos do Governo. No ano de 2023, foi assinada a Carta de Política (Policy Letter), que é uma modalidade de empréstimo baseado em políticas públicas e tem como agente financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União.



Assinatura da **carta de compromissos**

Em consonância com a **meta 17.3**, o governo estadual, por meio do Programa Avança Pará mobiliza recursos que são investidos na educação, meio ambiente e assistência. Em parceria com o Banco Mundial para aporte de U\$ 280 milhões ao Programa Avança Pará, o governo visa aplicar no desenvolvimento de práticas sustentáveis e investir em ações sociais, tendo a educação como ponto de partida para a transformação.



A reunião entre representantes do **Banco Mundial e técnicos da Seduc, Seaster e Semas**

As contribuições das ações governamentais para a **meta 17.6**, está mais correlata quanto ao aspecto do acesso à ciência, tecnologia e inovação por meio do compartilhamento de conhecimentos, mencionados nesta meta. Em 2023, o incentivo à criação e registro de produção técnico-científica, constitui-se em iniciativa fundamental, a exemplo dos incentivos recebidos para as publicações: Livro impresso “Religião e Ecologia” e os ebooks “Biodiversidade

e Meio Ambiente” e “Perspectivas e Tendências nas Ciências Florestais: uma visão interdisciplinar para a Amazônia.

Ressalta-se ainda como colaboração importante para a **meta 17.6**, a realização da 26ª Feira Pan -Amazônica do Livro e Multivozes, dado que neste evento, foram lançadas e compartilhadas publicações técnico científicas que tiveram apoio da gestão estadual.



Escritores paraenses Heliana Barriga e Slomão Larêdo

são os nomes da cultura homenageados na 26ª Edição da Feira Pan-Amazônica do livro e das Multivozes

O governo estadual realizou esforços referentes à **meta 17.7** no recorte sobre “Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais”. Somam-se também às colaborações relacionadas a **meta 17.14**, no tocante a “Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável”. Dentre as atividades:

- **Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental,**

disponibilizando recursos e capacitação para os municípios para enfrentamento eficaz com as questões ambientais, promovendo a conscientização ambiental e práticas sustentáveis entre os cidadãos.

- **Assessoria técnica a 57 municípios** para o fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental;
- **Implantação de Núcleos Regionais da Secretaria de estado de Meio ambiente e Sustentabilidade;**

- **Capacitação de 520 servidores municipais** em áreas de gestão ambiental e repasse de R\$ 299,25 milhões através do ICMS Verde para a promoção da conservação de áreas protegidas;
- **Capacitações em Educação Ambiental**, para 6.459 pessoas com prioridade para o público atendido pelas Usinas da Paz.
- **Atividades em parcerias, algumas com transferência de recursos financeiro e/ou técnicos**, destacando-se as seguintes parcerias: Semas, Emater/PA, Iterpa, NGPM e o Fundo Amazônia – PMV/FA, por meio de contrato firmado entre o Estado do Pará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema).

No aspecto do fortalecimento dos meios de implementação do desenvolvimento sustentável, mediante capacitação, sobretudo em ciência, tecnologia e inovação, mencionada na **meta 17.8**, o governo do Pará executa um conjunto de atividades, e formaliza importantes parcerias cujos

resultados influenciam positivamente para os propósitos desta meta. As iniciativas de maiores impactos, inseridas no programa estadual Regulariza Pará, conforme realizações abaixo identificadas:

- **Lançamento do Cadastro Ambiental Rural Automatizado – CAR 2.0**, que aliou tecnologia e inovação no processo de cadastro e regularização de propriedades, resultando num avanço significativo na promoção da sustentabilidade ambiental.
- **Análise de 54.925 Cadastros Ambiental Rural (CAR)** em municípios de todas as Regiões de Integração;
- **Investimentos em capacidades institucionais, tecnológicas e técnicas**;
- **Habilitação de novos municípios para análise e validação do Cadastro Ambiental Rural – CAR**, totalizando 63 municípios hábitos a validar o CAR.
- **Orientação técnica e introdução de novas tecnologias como o Sistema de Cadastro Ambiental Rural– Sicar/PA.**



Governo anuncia a maior política de educação **ambiental e sustentabilidade e clima** do Brasil

- **Entrega de equipamentos de tecnologia aos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental (Nures)**, nos municípios de Santarém, Itaituba, Marabá, Paragominas, Altamira e Redenção.

Importante destacar, na direção da **meta 17.8**, o desenvolvimento e continuidade do Programa Estadual Amazônia Agora (PEAA), que se constitui no conjunto de ações, decisões e regulamentações que

norteiam as políticas ambientais do Estado estimulando a conservação ambiental. Em parceria, o Plano dispõe de Financiamento Ambiental, cujo principal expoente é o Fundo Amazônia Oriental (FAO), mecanismo financeiro de natureza privada que tem o objetivo de municiar ações estatais, da sociedade civil e do setor empresarial para um crescimento econômico sustentável. Até outubro de 2023, o FAO já captou R\$31 milhões.



SEMAS fortalece núcleos regionais com a **entrega de novos equipamentos**



Seminário na capital reuniu municípios para **discutir a política estadual de regularização ambiental**

Alinhado aos propósitos da **meta 17.9**, que recomenda reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, destaca-se a parceria firmada entre o Governo do Pará e a Japan International Cooperation Agency (Jica) que permitiu capacitações de servidores públicos estaduais no curso de "Desenvolvimento Local Através de Michi-No-Eki (Estação Rodoviária), para o Centro e Sul", no Japão,

na cidade de Hokkaido. Dentre os objetivos, aperfeiçoar o conhecimento dos servidores sobre o desenvolvimento local, e em seguida, a elaboração de planos de ação e implementação na organização em que atuam, colaborando com a governança e a sociedade.

Com relação à **meta 17.14**, além das contribuições já mencionadas, o governo estadual, também apresentou realizações que se consubstanciam positivamente para tal, como os avanços na execução do Plano Estadual Amazônia Agora

(PEAA), relacionados à integração de políticas ambiental, entre esferas públicas que contribuirá para maior coerência e efetivação dos planos, programas e ações estratégicas do estado com sustentabilidade.

Destaca-se ainda, as 239 ações de apoio e fortalecimento da municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental, como, a viabilização de recursos e capacitação para os municípios, que promovam a integração entre áreas urbanas e rurais, fortalecendo o planejamento regional e local para o desenvolvimento.

Nessa linha de estabelecer mais coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, conforme especifica a **meta 17.14**, é importante ressaltar que o Estado do Pará e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima firmaram convênios no primeiro quadrimestre de 2023, visando atuação integrada na fiscalização de crimes ambientais, troca de informações e regularização do uso do solo. Essa iniciativa prevê a criação do Grupo de Trabalho de Fiscalização Ambiental (GTF-PA); do Grupo de Trabalho de Integração SISFlora-SINAFLOR (GTSIFlora-PA) e do Grupo de Trabalho de Cadastro Ambiental Rural -Pará (GTCAR-PA).



Convênio entre **Governo e Ministério do Meio Ambiente** para combater crimes ambientais



Terceira Escuta Social do Pará 2050, em Breves

O Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará, denominado de PARÁ 2050, é um projeto relevante e robusto que se coaduna efetivamente com o ODS 17. O PARÁ 2050 tem como premissa principal a busca pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável, contando, em sua elaboração, com participação efetiva de órgãos e instituições públicas, representantes do setor produtivo e da sociedade civil organizada que coletivamente. Em 2023, além dos processos de elaboração da Avaliação Situacional das 12 Regiões de Integração e dos Cenários do Estado do Pará para 2050, realizou Escutas Sociais ocorridas em seis municípios polos das Regiões de Integração do Pará e por meio do site planejacidadao.pa.gov.br, resultando em mais de mais de três mil participações, com o envolvimento das representatividades das diversas áreas de atuação das regiões.

A finalização deste projeto culminará com um conjunto de projetos estratégicos regionalizados e selecionados por eixos temáticos (Educação; Saúde; Desenvolvimento Social; Infraestrutura, Logística e Mobilidade; Desenvolvimento

Econômico; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Saneamento Básico; Governança Administrativa e Gestão Territorial), alinhando-se objetivamente às demandas da sociedade apresentadas no processo de escuta, aos planos estaduais, regionais e setoriais, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e correspondentes metas e indicadores.

Dentro do propósito da **meta 17.16**, de reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, o governo estadual aumentou significativamente sua participação e atuação junto às grandes discussões e fóruns internacionais, com foco em oportunidades de investimentos para o Estado, pautando a biodiversidade amazônica que é peculiar ao Estado do Pará. Iniciativas como as interlocuções ocorridas em Londres, em visita oficial ao Rei Charles III, para viabilizar a realização da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30) na capital paraense, em 2025, ou, na cidade de Sherzen, na China, sede das atividades corporativas da Empresa BYD, primeira e única empresa do mundo que fornece energia sustentável, na busca de parceiras e investimentos para o estado do Pará.

O Pará, em sua capital, Belém, sediou a “Cúpula da Amazônia”, em articulação com o governo federal, com participação de todos os oito países que possuem território amazônico (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), culminado com a definição de uma agenda para o desenvolvimento sustentável na região, originadas a partir das demandas do “Diálogos Amazônicos”, evento que contou com ampla participação social na busca de novas estratégias de desenvolvimento sustentável e valorização das culturas originárias da região, além de representação de mais de 10 países.

O governo estadual esteve presente, em Nova York, participando do Brazil Climate Summit, evento realizado na Universidade de Columbia, onde apresentou os avanços das políticas públicas do Pará, especialmente, a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Participou, ainda, do Fórum Mundial da Alimentação (WFF) promovido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália. Nessa ocasião,

destacou a bioeconomia e os produtos da sociobiodiversidade como nova força motriz da economia paraense e amazônica para os próximos anos. No 26º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, contribuiu na elaboração da Carta de Manaus, e do “Programa de Cooperação Regional para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas da Amazônia Legal” (TBC), apresentado na COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Em 2023, as ações de articulação e acompanhamento de projetos estruturantes foram efetivadas junto a organizações parceiras para a implantação e implementação de sistemas de energia elétrica, em comunidades que desenvolvam atividades econômicas ou em assentamentos e propriedades rurais.

No ano de 2023, foram atendidos 26 municípios com recursos na ordem de R\$ 6,94 milhões oriundos do Plano de Integração Social (PIS) do governo federal, beneficiando mais de um mil famílias.



Expansão da **implantação de sistema de energia elétrica** em zonas rurais

Em 2023, parcerias interinstitucionais na área do desenvolvimento social foram impulsionadas com aplicação de R\$ 20,57 milhões em ações voltadas para a promoção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, oportunizando acesso a serviços ofertados de forma intersetorial por órgãos estaduais e municipais, alinhando-se as **metas 17.16 e 17.17**.

Entre outras parcerias cujos objetivos também se alinham à **meta 17.17**, destacam-se:

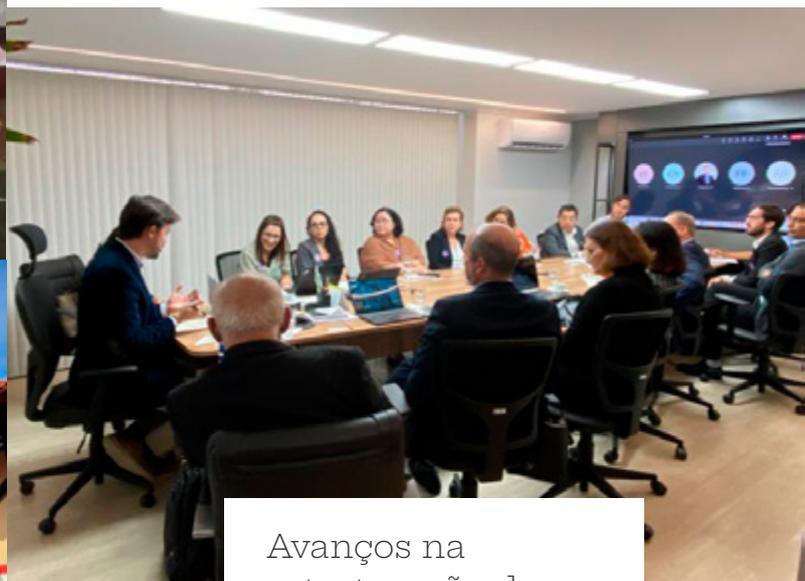
- **O Projeto Enxerga-me** realizado nas Reservas Indígenas das Regiões de Integração Araguaia e Rio Capim. Trata-se de mutirão para expedição de documentação civil e atendimento jurídico realizado na Terra Indígena Barreirinha e Kayapó;
- **Serviços inseridos no Programa Territórios pela Paz (TerPaz), Ter Paz nas Feiras**, que atendeu cerca de 2.000 pessoas com oferta de serviços ao empreendedor local e entrega de equipamentos para feirantes.
- **Promoção de cursos itinerantes** em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Instituto Líderes da Amazônia;
- **Serviços de cultura e lazer para 6.350 pessoas**, com visita ao Teatro da Paz oportunizando acesso a espetáculos de ópera, peças teatrais e musicais etc.



Atendimento jurídico para **comunidades indígenas**



Investimento de US\$ 580 milhões no **Descarboniza Pará e Avança Pará**



Avanços na estruturação do **Descarboniza Pará**

Convergentes com as **metas 17.16, 17.17 e 17.18**, nos aspectos de reforçar parcerias, compartilhar conhecimentos e desagregar dados e disponibilizar base de dados estatísticos, identifica-se atividades, como o monitoramento do trabalho, emprego e renda, realizado por meio de convênio com o Departamento Intersectorial de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas (DIEESE), direciona-se ao acompanhamento do mercado de trabalho e à consolidação de dados, a elaboração de relatórios técnicos, avaliação de indicadores e produção de 16 artigos sobre as políticas setoriais.

O Governo do Pará e o Ministério do Meio Ambiente estabeleceram parceria para a fiscalização de crimes ambientais, troca de informações e na regularização do uso do solo, em alinhamento à **meta 17.17**. Para alcançar esses objetivos, três grupos de trabalho foram propostos: o Grupo de Trabalho de Fiscalização Ambiental (GTF-PA), o Grupo de Trabalho de Integração SISFlora – SINAFLOR (GTSI Flora-PA) e o Grupo de Trabalho

de Cadastro Ambiental Rural – Pará (GTCAR-PA).

Em colaboração às **metas 17.18 e 17.19**, quanto à disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e ainda, no aspecto de desenvolver capacidades estatísticas, o estado do Pará mantém programação constante de elaboração e divulgação de estudos e pesquisas, em parcerias com instituições como a Fapespa, Uepa, IBGE, dentre outros., relacionados às temáticas, econômicas, sociais, ambientais. Em 2023, cerca de 248 estudos divulgados, dentre estes, Anuário Estatístico do Pará, Produto Interno Bruto do Estado e dos Municípios do Pará, Barômetro de Sustentabilidade, Relatórios Técnicos dos Territórios de Paz (TerPaz.); etc. Livros, como “Produção de espaços precários na Amazônia Paraense: Centralidade, Violência e Escola” e “Interfaces territoriais da violência e da criminalidade na Amazônia. Para isso, foram investidos mais R\$ 4,15 milhões.



PIB cresceu em
134 municípios do Pará

Apresentação do PIB do Pará e três estudos econômicos sobre o estado





GOVERNO DO
PARÁ
POR TODO O PARÁ

